

LAYANA KARINE PIMENTEL

POR UMA AMÉRICA LATINA MAIS JUSTA:

**ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES DOS CRISTÃOS DE ESQUERDA SOBRE A AL NA
REVISTA *PAZ E TERRA* (1966-1969)**

DOURADOS – 2010

LAYANA KARINE PIMENTEL

**POR UMA AMÉRICA LATINA MAIS JUSTA:
ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES DOS CRISTÃOS DE ESQUERDA SOBRE A AL NA
REVISTA PAZ E TERRA (1966-1969)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *História, Região e Identidades*.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Quieróz.

DOURADOS – 2010

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

980 Pimentel, Layana Karine
P644p Por uma América Latina mais justa : análise das concepções dos cristãos de esquerda sobre a AL na Revista Paz e Terra : (1966-1969). / Layana Karine Pimentel. – Dourados, MS : UFGD, 2010.
131f.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiróz
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. América Latina - História. 2. Esquerda cristã. 3. Revista Paz e Terra, 1966-1969 (Periódicos) – Análise e interpretação. I. Título.

LAYANA KARINE PIMENTEL

**POR UMA AMÉRICA LATINA MAIS JUSTA:
ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES DOS CRISTÃOS DE ESQUERDA SOBRE A AL NA
REVISTA PAZ E TERRA (1966-1969)**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Paulo Roberto Cimó Queiroz (Dr., UFGD) _____

2º Examinador:

Áureo Busetto (Dr., UNESP/ Assis) _____

3º Examinador:

Ceres Moraes (Dr., UFGD) _____

RESUMO

A década de 1960 é caracterizada por diversas transformações sócio-culturais. Vários questionamentos eram feitos e os tabus eram questionados a todo instante. A própria Igreja Católica tentou se abrir para a modernidade com o Concílio Vaticano II. O Brasil também passava por esses questionamentos, mas vivia sob forte autoritarismo civil-militar. Dentre os diversos setores que resistiram ao regime, destacam-se a Igreja Católica e outras denominações cristãs brasileiras, que, embora tenham majoritariamente apoiado o golpe civil-militar, constituíram-se em um dos principais pilares das lutas contra a ordem estabelecida, disseminando idéias democráticas e de mudança social. A revista *Paz e Terra* foi publicada entre os anos de 1966 e 1969. Ela pode ser considerada como a concretização de um projeto ecumênico, pois em seus artigos fica perceptível um diálogo entre os diversos cristãos e os não cristãos sobre questões tabus como o marxismo, guerras, sexualidade, religião, entre outros. Desta forma, foi um importante instrumento de oposição ao governo, pois problematizava questões consideradas estratégicas naquele contexto sócio-cultural. A principal fonte desta pesquisa é o próprio objeto de estudo, a revista *Paz e Terra*. O estudo também se deu por meio da Encíclica papal *Pacem in Terris* e da bibliografia sobre a década de 1960, sobretudo no que se refere às instituições cristãs. O objetivo desta dissertação é discutir algumas idéias contidas na *Paz e Terra*, principalmente no que se refere à temática da América Latina. Busca-se, portanto, expor e discutir, com base em diversos artigos, o modo como aparecem na revista tanto a análise dos problemas latino-americanos como suas possíveis soluções.

Palavras-chave: Cristãos de Esquerda, Revista Paz e Terra e América Latina.

ABSTRACT

The 1960 decade is characterized by different socio-cultural transformations. Several questions were made and taboos were questioned at any moment. The Catholic Church itself tried to open up to modernity with the Second Vatican Council. Brazil also passed through these questioning, but the country was under strong civil-military authoritarianism. Among the various sectors that resisted the regime, we highlight the Catholic Church and other Brazilian Christian denominations, that, although strongly supported the civil-military coup, constituted themselves in one of the most important pillars of the struggle against the established order, spreading democratic ideas and of social changes. The journal "Paz e Terra" was published from 1966 to 1969. It can be seen as the achievement of an ecumenical project, because it is noticeable in its articles a dialogue between the various Christian and non-Christians on taboo issues such as Marxism, wars, sexuality, religion, among others. Thus, it was an important instrument of objection to the government, because discussed strategic issues raised in that socio-cultural context. The main source of this research is the own object of study, the journal "Paz e Terra". The study also occurred through the Papal encyclical *Pacem in Terris* and bibliography about the decade of 1960, especially regarding Christian institutions. The purpose of this essay is to discuss some ideas in "Paz e Terra", mainly regarding Latin America. We seek, therefore, to expose and discuss, based on several articles, the way both the analysis of Latin American problems and their possible solutions appear in the journal.

Keywords: Christian Left, "Paz e Terra" journal and Latin America.

Aos meus pais, irmãos, amigos e professores que sempre acreditaram em mim.

AGRADECIMENTOS

Quanto tempo esperei por este momento! O sentimento que tenho e verbalizo agora é uma mistura de missão cumprida aliada à grande emoção de lembrar de todos os que estiveram comigo.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, mas não a qualquer deus, mas sim àquele que me ensinou a filosofia de plantar o amor para colher o bem e que me mostrou que eu deveria fazer o bem sem olhar a quem. Um conhecimento que, para mim, ultrapassa qualquer mandamento instituído pela religião construída pelo homem.

Agradeço, com coração apertado e uma vontade imensa de chorar, à minha família. À minha mãe, que sempre falou de boca cheia e repleta de orgulho que sua filha tinha passado no mestrado. Ela que me ensinou a olhar sempre o lado positivo da vida, – Obrigada, mãe! Ao meu pai. Que figura é esse nordestino *arretado*, que mesmo sendo criado num sistema machista passou por cima de muitos valores para poder levar uma relação de grande amor comigo. Pai, você é meu porto-seguro! Também agradeço as orações que minha irmã dedicou a mim, e a paciência do meu grande parceiro de *lulinhas* e boas risadas, meu irmão.

Neste momento, lembro-me de Carlos Drummond Andrade quando escreveu “poderia suportar, embora não sem dor, que tivessem morrido todos os meus amores, mas enlouqueceria se morressem todos os meus amigos”. É verdade, como ficar sem os conselhos pragmáticos que só a Dani pode me dar, sua liberdade e seu jeito de levar a vida me inspiram e acalmam, – Que medo de ficar assim, hein amiga!

Grande Carol, louca e confidente, só você pra aguentar minhas sandices e escutar os meus problemas. Minha amiga, quanta saudade! Dri, linda, agradeço por você sempre querer me vestir *direito* e, mesmo nunca conseguindo, se mostrou sempre ao meu lado quando precisei de ti. Maira, minha amiga mais centrada, te agradeço por sempre colocar meus pés no chão, mesmo diante de brigas e desentendimentos que foram resultados de pensamentos tão distintos. Nós nunca deixamos nossa irmandade de lado, que falta faz aquele tereré logo cedo e aquele café da tarde repleto de salame e queijo.

Minhas amigas Williana e Elis, as parceiras mais sorridentes que estiveram ao meu lado. Meninas, a espiritualidade de vocês sempre me contagiou.

À tão fria e cinzenta Curitiba, que me fez conhecer uma pessoa tão especial quanto a Bárbara. – Obrigada, minha amiga, por ser tão companheira e paciente comigo. Obrigada pelas dicas e pelo tempo que dedica à nossa amizade.

Indo totalmente contra o pensamento machista de vários que me cercam, tenho de agradecer vários amigos homens que fiz durante minha vida, e que se mostraram irmãos durante essa jornada. Meu tão estimado Carlos, quantos favores você me fez, te devo não só um Obrigada! mas um presente de Curitiba. Bom, é melhor nem lembrar... E como esquecer do doce Fabiano, que mesmo não assumindo que perdia pra mim no *pontinho*, sempre esteve ao meu lado nesta caminhada.

Dentro deste cenário masculino, não posso esquecer do Robinson e dos meus mais recentes amigos Bil, Mafer e Bianchi, que me proporcionaram muitas risadas nesta reta final da dissertação, que foram acompanhadas de uma trilha sonora que teve desde Janis Joplin até Lady Gaga, tudo dependia de como e onde estaria a *turma*.

Agradeço também às pessoas que contribuíram para a concretização desta dissertação.

Ao meu *pai intelectual*, Zorzato que, por diversas vezes escutou minhas angústias e me aconselhou de forma tão sábia. O meu obrigada ao professor Damião, que praticamente me deu essa dissertação de presente, e que mesmo não podendo me orientar sempre me ajudou e foi prestativo. Como não falar da bela Marisa, que sempre me motivou e que sempre teve um tempinho para mim. Não posso esquecer também da figura mais engraçada dos corredores da UFGD, Losandro. Foi durante uma conversa que eu tive com esse gaúcho, que minhas ideias ficaram mais direcionadas. – É isso aí, gaudério, *melhor que tu fez*, não foi? Nossa, e a Ceres? Grande mulher, uma professora na qual me inspiro, e muito mais do que isso, uma amiga que posso confiar.

Agora, um agradecimento todo especial vai para o meu grande orientador Cimó. Paro este momento a escrita, por não saber colocar em palavras tudo o que ele representa na minha vida profissional: – Contigo, me senti uma pesquisadora. Sua humildade fez com que eu quisesse pra mim uma vida mais simples. Sua dedicação me fez por diversas vezes sair de nossas conversas mais aliviada, por saber que você estava ao meu lado.

Aos colegas Divino e Camis, eu só tenho a agradecer a companhia, o que fez com que os créditos do mestrado passassem tão rápido. Estas são as duas pessoas mais leves que eu conheci nesse período, com certeza.

Por eu ter mudado de cidade, aqui faço um agradecimento a uma operadora de telefone móvel que fez com que a distância das pessoas que amo não se tornasse um

empecilho para a escrita da dissertação. Foram horas e horas no telefone e isso nunca me fez ficar mais pobre, pois eu só pagava o primeiro minuto.

Não posso esquecer da academia de ginástica que frequentei por diversos anos, pois, devido a uma hérnia de disco, fui obrigada a fazer aqueles exercícios chatos. Depois de horas na frente do computador, era por causa do impulso da Sol e da Pati, gritando “uhuuuuuu Layana,” que eu não *travei* durante estes dois anos e meio de mestrado.

Por último, agradeço as longas conversas sentadas na caçamba da caminhonete, e também ao sorriso largo que a vida se encarregou de unir. Acho que foi devido a essa dinâmica da vida que a música *Deslizes* foi tocada. É isso aí.

Ricardo fica parado, esperando, certamente Frei Timóteo vai vestir a sotaina e levá-lo ao confessionário na capela do arraial. Mas o frade aponta a outra espreguiçadeira:

- Descanse os embrulhos, sente aqui junto de mim, primeiro vamos conversar, depois eu lhe confesso. A tarde está bonita, vamos aproveitá-la, deus a fez assim gloriosa para que os homens fiquem felizes. A felicidade dos homens é a maior preocupação de Deus. [...]

- Meu pai, um dia no seminário ouvi o senhor falando dos hippies para os reverendos padres, dizendo bem deles, dizendo que não são ruins.

- Não me lembro desse dia especialmente mas só digo bem dos hippies são pássaros do jardim de Deus, todos eles, os místicos e os ateus.

- Os místicos e os ateus, como pode ser isso, meu pai? Não cabe em meu entendimento.

- Não é o rotulo que dá a qualidade a bebida, meu filho. Para deus o que conta é o homem e não o rotulo. Você está com vontade de deixar o seminário e seguir com os hippies?

- Não, meu pai. Não sei se tenho vontade ou não de ir com eles, nunca pensei nisso. Mas, se tivesse acho que não ia porque minha mãe era capaz de morrer. Para ela, os hippies são demônios, encontrou alguns em Aracaju, ficou horrorizada. Tem medo que meu irmão se deparar com eles, vá atrás. Meu irmão menor, Peto. Ainda não fez treze anos e não gosta de estudar.

- Por isso você quis saber dos hippies, por causa de seu irmão?

- Não, meu pai. É que, ontem, eu estava de coração pesado, na certeza de ter ofendido a deus e posto fim à minha vocação, estava cheio de raiva e ciúme, como um amaldiçoado; só consegui dormir na praia, depois de nadar muito. Quando acordei, os hippies me cercavam e cantavam para mim. Eles sossegaram meu coração, me deram a paz que eu procurava. –

- Paz e amor, são palavras de Deus as que eles usam. Pássaros do jardim celeste, eu não lhe disse?

(AMADO, Jorge. *Tieta do Agreste*. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 235-236)

“Quando dou comida aos pobres me chama de santo. Quando pergunto por que eles são pobres, chamam-me de comunista.”

(D. Helder Câmara)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACB - Ação Católica Brasileira
AI - Ato Institucional
AL - América Latina
ALA - Ala Vermelha do PC do B
ALN - Aliança de Libertação Nacional
AP - Ação Popular
ARENA - Aliança Renovadora Nacional
CEB - Confederação Evangélica do Brasil
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CELAM - Conferência Episcopal Latino-Americana
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CMI - Comissão Mundial das Igrejas
CPC – Centro Popular de Cultura
DOPs - Departamento de Ordem Política e Social
IBESP - Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política
IPMs - Inquéritos Policiais Militares
ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JEC – Juventude Estudantil Católica
JOC - Juventude Operária Católica
JUC - Juventude Universitária Católica
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro
OEA - Organização dos Estados Americanos
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PC do B - Partido Comunista do Brasil
P&T - Paz e Terra
RCB - Revista *Civilização Brasileira*
SNI - Serviço Nacional de Informações
UNE - União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

Resumo	3
Abstract	4
Lista de abreviaturas	10
Introdução	13

Capítulo 1

A DÉCADA DE 1960: GUERRA FRIA, DITADURA, MUDANÇAS CULTURAIS E POLÍTICAS	20
1.1. Reflexos da Guerra Fria no Brasil: Um Contexto Político Conturbado.....	22
1.2. Mudanças Sócio-Culturais na Década de 1960: Um Contexto Mundial que Influenciou o Cenário Brasileiro.....	28
1.3. As Igrejas no Brasil Diante das Mudanças da Década de 1960.....	32

Capítulo 2

A PROPOSTA ECUMÊNICA DA PAZ E TERRA: A ORGANIZAÇÃO DA REVISTA E SUAS APRESENTAÇÕES	40
2.1. O Ecumenismo.....	40
2.2 A Concretização do Projeto Ecumênico: A Revista Paz e Terra.....	43
2.3 A Revista e sua Organização.....	47
2.4 A Encíclica Pacem in Terris.....	52
2.5 Os Textos de Apresentação de Cada Fascículo.....	54

Capítulo 3

3. PAZ E TERRA E A AMÉRICA LATINA: “DIAGNÓSTICOS” E POSSÍVEIS “REMÉDIOS” PARA OS MALES DA REGIÃO.....	66
3.1. “Diagnóstico” 1: Omissão, negligência ou limites à ação por parte de importantes Instituições e segmentos sociais.....	69
3.2 “Diagnóstico” 2: O peso das políticas dos Estados Unidos (imperialismo).....	80
3.3 “Diagnóstico” 3: Miséria e desigualdade: a sociedade na América Latina.....	87
3.4 Os possíveis “remédios” para os problemas na América Latina.....	90
Considerações Finais.....	110
Referências.....	113
Anexos.....	118

INTRODUÇÃO

O tema abordado na presente dissertação está diretamente ligado a minha trajetória acadêmica desde seu início. Assim sendo, para melhor contextualizá-lo, julgo pertinente expor, resumidamente, a referida trajetória.

Sempre olhei a década de 1960 com grande interesse. Desde minha entrada na universidade, no curso de História, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em 2004, sempre quis me envolver em estudos sobre esse período.

Por sempre ter escutado, de minha mãe, conversas sobre seus professores que sofreram repressão na época da ditadura, falei com o professor Damião Duque de Farias, que na época era chefe do Departamento de Ciências Humanas, se poderíamos fazer alguma pesquisa sobre essa temática. Ele me explicou que seu eixo de pesquisa se voltava, principalmente, à instituição Igreja, abrindo possibilidades para as religiosidades. Diante disso, me perguntou se eu gostaria de assumir a pesquisa de iniciação científica de um colega meu de classe, Humberto Mamedes, que já havia mandado um projeto ao CNPq mas por causa de um acidente não poderia dar continuidade à pesquisa.

Depois de aceitar a proposta do professor Damião, me senti meio perdida, pois o tema a ser discutido tratava de sexualidade dentro de uma revista cristã intitulada *Paz e Terra*. O objetivo principal da pesquisa de iniciação científica era entender as representações presentes nos discursos dos religiosos sobre o sexo.

O desenrolar da pesquisa me fez chegar à conclusão de que, por mais que a revista fosse aberta ao diálogo, podendo ser considerada como progressista, ou de esquerda, ela não deixava de lado seu caráter cristão. Isso se evidencia, por exemplo, por esta nunca se posicionar a favor da homossexualidade ou do sexo antes do casamento.

No ano de 2006, concluí meu projeto. Depois disso, continuei divulgando minha pesquisa em simpósios e encontros. Por onde eu passava, o tema sexualidade e Igreja despertava interesse, o que me motivou, em 2007, a participar da seleção de mestrado na Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD¹.

¹ A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Dourados, se transformou em Universidade Federal da Grande Dourados no ano de 2006.

Por ter obtido certa familiaridade com o tema – esquerda cristã – e com a revista *Paz e Terra*, decidi continuar a pesquisa, focando não mais a sexualidade mas, sim, enfatizando o entendimento dos caminhos dessa esquerda cristã, a partir do periódico.

A possibilidade de entrar em um programa de Pós-Graduação, logo após a graduação, me deixou um tanto quanto insegura, principalmente, pelo meu amadurecimento intelectual. Isso pode ser exemplificado pelas diversas vezes em que quis deixar de lado os textos das disciplinas e me dedicar, exclusivamente, à esquerda cristã, como também às análises da revista *Paz e Terra*, ou ao menos, realizar leituras sobre o contexto da década de 1960.

Todavia, hoje vejo o quanto fui ingênua neste pensamento, pois não percebi, no primeiro momento, que tudo fazia parte de uma construção. Assim, observei que, inicialmente, deveria me entender enquanto pesquisadora, porém, para isso, necessitava compreender minha profissão e, principalmente, seus riscos.

Foi durante a pesquisa que consegui colocar em prática todas as discussões teóricas que tive durante as aulas. Compreender certos conceitos e, sobretudo, entender o que significa a labuta do historiador, o que fez com que a escrita desta dissertação fosse concretizada.

O objeto estudado: recortes, métodos e abordagens

A revista *Paz e Terra* foi lançada em julho de 1966 e teve duração de 3 anos, lançando 10 números, com uma tiragem bimestral de 10 mil exemplares. Era subdividida em diversos artigos escritos por eminentes autores, dentre os quais se destacam: Alceu Amoroso Lima, Martin Luther King, Celso Furtado, Helder Câmara.

A revista teve uma importância significativa, pois serviu como veículo de resistência cultural ao regime militar, congregando uma série de intelectuais, escritores, sociólogos, filósofos, que contribuíram com a revista publicando artigos e debatendo a realidade brasileira que naquele momento vivia sob o governo ditatorial.

O que a diferencia das demais revistas é o fato de ela ser um veículo de imprensa formativa, que dialoga junto a setores intelectualizados, não apenas propondo a apresentação de notícias. Dessa forma, sua abordagem se aproxima da Revista *Civilização Brasileira*, que fez história na vida cultural do país, também na década de 1960, exercendo um papel de esclarecimento da sociedade, ao debater assuntos considerados tabus.

Paz e Terra foi, durante o regime militar, um espaço importante para a articulação das esquerdas que lutavam pelas liberdades individuais e pelo retorno do Estado democrático.

Estavam à frente da revista nomes como Waldo César, Moacyr Felix e Alceu de Amoroso Lima.

A revista foi organizada de forma temática, destacando-se alguns eixos centrais como: Ecumenismo e Humanismo, Encontro e Diálogo; O Cristianismo em Questão; Violência e Não-Violência; Homem, Ciência e Tecnologia; Educação em Debate; 43 anos de Fascismo em Portugal.

Seguindo essa temática, encontram-se vários artigos “polêmicos” para a época, dentre os quais se destacam: “O Brasil e os entraves ao desenvolvimento”, de Celso Furtado; “Marxistas e católicos: da mão estendida ao único caminho”, de Luiz Maranhão, e “Da propriedade capitalista à propriedade ‘humana’”, de Danilo Zolo; “A justa violência dos oprimidos”, de George Houdin; “Tecnologia e Humanização”, de Rubem Alves; “O papel da educação na Humanização”, de Paulo Freire; “Breve análise da repressão à vida intelectual em Portugal”, de Vítor Ramos, entre outros.

Trabalho, na dissertação, com a expressão “esquerda cristã”, que, como qualquer conceito em História, continua em construção. É importante entender que este conceito abrange tanto protestantes como católicos; todavia, não podemos deixar de lado o fato de que existia uma preponderância católica, principalmente quando nos referimos à bibliografia do tema. A palavra “esquerda” tem sentido pela formação política dos autores, mais ligada à questão social. Os ideais desses cristãos objetivavam uma sociedade com mais justiça social, e por isso grande parte deles trabalhava com teorias marxistas; em nenhum momento, contudo, identificamos essas pessoas como comunistas.

Com o amadurecer da pesquisa, percebi que o meu objetivo inicial (entender o caminho da esquerda cristã através da revista *Paz e Terra*) não seria possível cumprir no mestrado, uma vez que a proposta feita demandaria mais tempo para ser desenvolvida. Nesse sentido, compreendi que o mestrado é “apenas” o início de uma carreira de pesquisa. Por isso, vi a necessidade de “afunilar” mais o meu tema, principalmente porque a revista é composta por mais de 200 artigos, além das apresentações e outros textos. Assim, a pergunta que soava era como ler e analisar todos esses artigos, apresentações e outros textos que apareciam em *Paz e Terra*.

Esses questionamentos foram sendo sanados a partir de conversas com o orientador. Inicialmente, decidimos fazer uma planilha com a catalogação de toda a revista – a qual se encontra em anexo no final da dissertação – para, assim, selecionarmos apenas os artigos escritos por cristãos.

As pessoas que identificamos enquanto religiosas foram aquelas que no próprio artigo se intitulavam enquanto participantes de alguma instituição de cunho religioso. Com esse trabalho, os artigos reduziram-se a 50². Porém, mesmo assim, o trabalho seria algo muito além que uma dissertação. Por isso, resolvemos escolher eixos temáticos. A princípio escolhemos os temas: a Igreja no mundo moderno, a Violência e a América Latina.

Por fim, resolvi trabalhar e me aprofundar apenas no tema da América Latina, isso porque participo de um grupo de estudos que visa à concretização de um laboratório de estudos latino-americanos na UFGD.

Para iniciar a pesquisa, precisava ter em mãos todos os números da Revista *Paz e Terra*. Essa missão não me pareceu tão difícil, haja vista que só dez números foram editados. Por isso, fui até a cidade de São Paulo localizá-los.

Com as fontes localizadas, procurei entendê-las a partir de uma totalidade, que é a existência do homem no tempo. E isto é demonstrável no fato de as fontes não estarem isoladas, pois as mesmas são construídas e pensadas dentro de um contexto histórico.

Vale compreender como a fonte histórica também pode preencher a função do próprio fato histórico. Por exemplo, um texto, usado como fonte, já é o próprio objeto de pesquisa a ser analisado, enquanto discurso na época a ser decifrado, a ser compreendido, a ser questionado (Cf. BARROS, 2004, p. 134).

Após entender o conceito acima delineado, pode-se apresentar o exemplo da revista *Paz e Terra* como uma fonte histórica que se caracteriza também como fato histórico e como tal pode ser objeto de pesquisa.

Para desenvolver essa questão, precisei estudar as maneiras de trabalhar minhas fontes de forma mais adequada, desenvolvendo, assim, meu ofício como historiadora.

Através dos textos de Tânia Regina de Luca e Maurice Mouillaud, percebi algumas dificuldades em trabalhar com esse tipo de fonte. Ainda aprendi como encontrar respostas plausíveis às minhas dúvidas.

Percebi assim que a maior tarefa do historiador perante os textos da *Paz e Terra* era a de analisá-los de forma crítica, não reproduzindo seus discursos, mas fazendo o trabalho de contextualizá-los, além de entender os interesses de quem os escreveu. Assim, não necessariamente interessa, na presente pesquisa, se os discursos eram verdadeiros ou não, ou se concordo ou não com seus pontos de vista.

² Em muitos artigos não aparecem nenhuma especificação do autor, por isso esse número, com certeza, seria maior.

Por meio de debates sobre a cientificidade da história, consegui chegar a uma prévia conclusão de que esta pode ser considerada fruto do conhecimento científico. Nesta ótica, consegui enxergá-la, de acordo com Edward Thompson (1981), como provisória e incompleta, embora não falsa, seletiva, limitada e definida pelas propostas formuladas pelos dados empíricos (e os conceitos que informam estas propostas) e, portanto, só “verdadeira” dentro do campo assim definido.

Portanto, a história contida nesta dissertação é uma história com problemas. E isso foi observado, principalmente, na leitura de Roger Chartier, quando escreve sobre a crise que a História passa com relação à sua identidade. Com o decorrer dos anos no mestrado, foi possível perceber isso e discutir a condição de História enquanto verdade. Sendo assim, nesta pesquisa aparece apenas a visão de uma historiadora e não a verdade absoluta, podendo ser questionada a qualquer momento.

Destaco ainda o que Sandra Pesavento aponta sobre o conceito de representação. Ela aborda este conceito como “presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência. A idéia central é, pois, a da substituição, que recoloca uma ausência e torna sensível uma presença” (PESAVENTO, 2004, p. 40). Esse conceito é o que melhor se adéqua ao estudo da esquerda cristã no Brasil, uma vez que este grupo só pode ser entendido por meio de alguma representação do passado. No caso do estudo proposto, esta esquerda está representada através da revista *Paz e Terra*.

Vale mencionar também o que Ginzburg (1989) denomina de *paradigma indiciário*, método minucioso na análise de indícios imperceptíveis para a maioria, comparado às técnicas de investigação dos detetives e estudos da Psicanálise. Nos textos de *Paz e Terra*, percebi várias possibilidades de investigação das entrelinhas dos discursos e da escrita.

Por várias vezes me indaguei se conseguiria escrever algo de que pudesse me orgulhar, pois gostaria que a metodologia – que aprendi ser a teoria somada ao método – aparecesse na escrita de qualquer texto que eu produzisse. Sinto, ao passar desses anos, que mais uma vez fui ingênua, pois hoje percebo que a metodologia não precisa estar explícita mas, sim, necessita estar em diálogo com o objeto a ser estudado.

Durante toda a pesquisa passei por vários conflitos pessoais, que colocavam em xeque tudo o que eu tinha escrito e acreditava que poderia fazer no meu anteprojeto de pesquisa. Todavia, este “pôr em xeque” foi o que mais me enriqueceu. O que me pareceu ruim, no primeiro momento, me fez querer cada vez mais um trabalho coeso e de qualidade.

Foi a partir da pergunta que fiz a mim mesma: “afinal, qual a problemática da sua pesquisa?” que comecei a pensar em um recorte temporal e espacial melhor definido e também em alguns problemas-chave como ponto de partida para a dissertação.

Atenta a essas considerações, a dissertação foi construída em três capítulos. O primeiro foi estruturado com vistas a fornecer um contexto histórico sobre a década de 1960, principalmente no que diz respeito à política externa (Guerra Fria) e à política interna brasileira (ditadura militar). O contexto brasileiro, neste momento, foi mais discutido pelo fato de a revista *Paz e Terra* haver sido publicada no Brasil. O capítulo inclui também uma discussão sobre as mudanças sócio-culturais e até comportamentais que resultaram em questionamentos tanto com relação à modernidade, quanto em relação à cultura moral tradicional. Com relação à Igreja, o capítulo tenta levar ao leitor a compreensão dos movimentos de renovação dentro da instituição, sobretudo no que se refere aos movimentos leigos pós Concílio Vaticano II. As igrejas no Brasil também acompanharam este processo de renovação, e isto não foi só visto dentro da Igreja Católica, mas também em várias igrejas protestantes.

O segundo capítulo traz um estudo acerca do ecumenismo, vale dizer, o que significou na década de 1960 a união dos cristãos frente às questões sociais. Paralelo a isso, existe no capítulo uma discussão sobre a Encíclica *Pacem in Terris*, que além de ter dado nome a revista estudada tinha ideais ecumênicos. Ainda no segundo capítulo aparece a análise da revista *Paz e Terra*, mostrando sua organização e verificando, de forma geral, suas propostas em cada número. Nesse momento as apresentações de cada revista serviram como fonte principal do estudo.

No terceiro e último capítulo, faço uma discussão sobre a mudança nas religiões cristãs na AL, principalmente a católica, e abordo o objeto central da dissertação ao discutir como os cristãos da revista olhavam o continente latino-americano, colocando em pauta seus problemas e as possíveis soluções.

Este estudo propõe-se a contribuir para o entendimento da história da esquerda cristã no Brasil. A trajetória dos cristãos na década de 1960 se encontra presente nesta pesquisa, mas fica em aberto, a quem se interessar, um aprofundamento das questões aqui propostas. A pesquisa sobre a revista *Paz e Terra* era até então algo inédito. Espera-se que esta dissertação impulse questionamentos sobre este periódico, que teve uma destacada importância na compreensão da história do Brasil num contexto tão complexo quanto o da ditadura militar.

Por último, vale lembrar o que John Lewis Gaddis explicou quando escreveu que “faz parte do amadurecimento [do pesquisador] aprender que existem versões competitivas da

verdade, e que devemos escolher em qual acreditar” (GADDIS, 2003, p. 24). Por isso, o que me propus aqui foi delinear uma possibilidade de entendimento sobre a esquerda cristã.

CAPÍTULO I

A DÉCADA DE 1960: GUERRA FRIA, DITADURA, MUDANÇAS CULTURAIS E POLÍTICAS

For the times they are a-changin¹. (DYLAN, 1964)

Como a problemática principal deste trabalho pauta-se em um contexto político muito tumultuado de nossa história, o primeiro capítulo objetiva comentar questões relacionadas ao cenário da época, como, por exemplo, a Guerra Fria e algumas quebras de tabus, assim como desvelar aspectos de uma sociedade de consumo e as críticas ligadas a ela especificamente uma esquerda cristã que se torna mais forte e engajada pós-Concílio do Vaticano II.

A década de 1960 é melhor entendida através da compreensão do seu contexto de Guerra Fria. Esta pode ser caracterizada por dois sistemas políticos e econômicos, capitalismo e socialismo, que se rivalizaram não só nos aspectos econômicos e militares, mas também numa dimensão ideológica. Nesse contexto, destaca-se que a possibilidade de utilização de armas atômicas, que poderia levar a uma catástrofe mundial, estava no poderio das maiores potências na época: Estados Unidos e União Soviética.

Com relação à América Latina, Olivier Dabène (2003) frisa que de início, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, para os Estados Unidos o subcontinente não figurava entre suas prioridades em matéria diplomática. Era como se a região latino-americana estivesse protegida da “ameaça” comunista, de maneira que, do ponto de vista estratégico, pouco importava. O autor cita como prova dessa relativa desatenção a Conferência sobre Segurança Coletiva, que, programada para outubro de 1945, foi adiada durante anos. (DABÈNE, 2002, p. 139).

De acordo com Luis Fernando Ayerbe (2002, p. 81), a preocupação dos Estados Unidos, em relação à América Latina, se dirigiu, sobretudo, nas décadas de 1950 e 1960, aos governos e movimentos nacionalistas “que visualizavam uma perspectiva equidistante da influência do país como base para qualquer política de afirmação nacional.” Ayerbe afirma que o maior medo seria a “disponibilidade dos recursos naturais da região em caso de uma

¹ Pois os tempos estão mudando.

guerra com a União Soviética e a eventualidade de um boicote de governos, sindicatos e demais movimentos, em que a infiltração de idéias antiamericanas poderia ser decisiva”. (AYERBE, 2002, p. 81).

Os estudos de Maria Helena Moreira Alves (1985) apontam que a Guerra Fria trouxe o medo do confronto inevitável das duas superpotências que se incorporou à ideologia da segurança nacional na América Latina. Essa segurança nacional se referia à garantia dos Estados diante de qualquer “ameaça” do comunismo. Alves salienta ainda que os movimentos sociais na década de 1960 ganhavam fôlego e as elites latino-americanas, preocupadas com o crescimento destes movimentos, enfatizavam a ameaça de subversão e de uma revolução comunista.

As elites dirigentes na América Latina não custaram em aproveitar a chance que lhes proporcionou a Guerra Fria para voltarem a praticar políticas baseadas na manutenção e na defesa da ordem estabelecida, mesmo que isso fosse sinônimo de deixar a democracia de lado.

Os Estados Unidos, com seu modelo capitalista, colocavam seu imenso poderio econômico e militar a serviço de objetivos mundiais hegemônicos, utilizando-se do discurso de “portadores e defensores da democracia”, em que o comunismo era incompatível com essa liberdade política.

Importa salientar que existia um clima de tensão na América Latina devido ao impacto da revolução cubana. Assim, qualquer aliança com a esquerda, ou mesmo qualquer reforma social, já era vista como subversiva. Estes fatores externos podem ajudar a entender algumas tentativas de golpes de Estado latino-americanos. Todavia, os fatores internos de cada país tiveram maior peso dentro destes golpes.

Com isso, houve um grande dilema no discurso democrático dos Estados Unidos, pois como manter este discurso e apoiar regimes autoritários? Tem-se aqui um grande paradoxo encontrado na Guerra Fria, os EUA carregavam a “bandeira da liberdade”, no entanto priorizaram seus interesses – de não deixar a influência comunista se sobrepor nos países latino-americanos – em prejuízo da natureza dos regimes políticos. Para Dabène, os militares que tomaram o poder na América Latina “pareciam ser a garantia mais sólida contra a expansão castro-comunista e, depois de tudo, quiçá, personificavam a necessidade prévia de purificar as sociedades”. (DABÈNE, 2002, p. 175),

1.1 Reflexos da Guerra Fria no Brasil: Um Contexto Político Conturbado

O período posterior à Segunda Guerra Mundial, de 1945 a 1964, é comumente chamado de Período Democrático na história brasileira. Porém, este foi caracterizado por várias rupturas político institucionais. Isso pode ser exemplificado com o golpe em outubro de 1945 que depôs Getúlio Vargas e instituiu um regime de transição sob a direção do Supremo Tribunal Federal. Logo após, ainda tem-se o suicídio de Vargas, em 1954; a tentativa de impedir a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek, em 1955; a renúncia de Jânio Quadros, em 1961; a criação do regime parlamentarista para impedir a posse do Vice-Presidente João Goulart, em 1961, e o Golpe civil-militar de 1964. Na verdade, ao longo desse período há apenas dois presidentes eleitos que cumpriram os seus mandatos: Eurico Gaspar Dutra – 1946 a 1950 – e Juscelino Kubitschek – 1956 a 1960.

Mas as tensões se acentuaram, principalmente, após a renúncia de Jânio Quadros (um político populista de direita que teve uma ascensão meteórica, sem base partidária sólida). Nesse momento, o país viveu uma profunda crise institucional, começando com a instituição do regime parlamentarista e o impedimento de João Goulart tomar posse.

Goulart também pode ser considerado como um político populista, mas com maior tradição na política brasileira. Ex-ministro do Trabalho Vargas, vice-presidente de Juscelino Kubitschek e cunhado de Leonel Brizola, pertencia ao PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, que tinha grande inserção no meio sindical. Era conhecido como inimigo das elites brasileiras por tais vinculações e estaria supostamente próximo aos ideais comunistas.

Após o fracasso do parlamentarismo, que durou aproximadamente um ano, e a realização de um plebiscito nacional sobre o regime de governo, Goulart assumiu a direção do poder executivo com plenos poderes. Depois das frustradas tentativas de conciliação com as forças conservadoras, assumiu a bandeira do PTB, das esquerdas e dos movimentos sociais.

O governo de Goulart sofreu pressões externas, pois era visto como sendo a favor do comunismo, devido à posição favorável com relação às lutas anticolonialista na África e à não-intervenção a Cuba. Além do que manteve relações com os países socialistas e se posicionou a favor do ingresso da República Popular da China nas Nações Unidas. Luis Fernando Ayerbe (2002) exemplifica outras políticas, como:

[...] a lei de remessas de lucros regulamentada em janeiro de 1964 – considerando os lucros do reinvestimento de capitais estrangeiros como capital nacional– e os dois decretos de 13 de março – nacionalizando a distribuição de produtos petrolíferos, as refinarias de petróleo e expropriando

os latifúndios próximos às grandes estradas federais – consolidam a indisposição com os interesses dominantes nacionais e estrangeiros. (AYERBE, 2002, p. 143).

Jango se apoiou dos setores políticos e sindicais favoráveis às mudanças estruturais, fortalecendo-se perante esses movimentos principalmente com as Reformas de Base. Essas reformas pretendiam amplas transformações na sociedade brasileira, como a reforma bancária, urbana, educacional e a mais destacada e polêmica que era a reforma agrária.

É necessário considerar que o poder político no Brasil esteve, quase sempre, vinculado aos setores oligárquicos. Mas não foram apenas tais segmentos que se opuseram tenazmente às ideias reformistas. De um modo geral, as classes médias, o empresariado e a própria Igreja Católica foram contra o governo de Jango. Desta forma, os militares tinham o apoio suficiente para dar um golpe de Estado no Brasil. Assim, em março de 1964, instaurou-se um governo autoritário, que se mostrou totalmente ditatorial, contudo, tinham em seu discurso as palavras democracia e liberdade, algo realmente contraditório. Deu início então, a um dos períodos mais obscuros da história política brasileira.

Os militares se propuseram a “restaurar a legalidade,” que o governo Jango tinha deixado de lado, e a reforçarem a democracia, eliminando “o perigo da subversão e do comunismo”. Para isso, fomentou-se a ideia sobre a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, formulada pela ESG – Escola Superior de Guerra. Esta que pode ser conceituada com base nos estudos de Maria Helena Moreira Alves como um “abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais”. (ALVES, 1985, p. 35)

Alves salienta que, conforme o Manual Básico da ESG, estavam entre os fatores mais importantes para a segurança de um país “sua capacidade de acumulação e absorção de capital, a qualidade de sua força de trabalho, o desenvolvimento científico e tecnológico e a eficiência de seus setores industriais.” (ALVES, 1985, p. 48)

Todas essas características eram interpretadas como algo que deveria ser seguido para ter afastado o “mal comunista”. Os militares tinham o objetivo de excluir todas as pessoas que estivessem ligadas ao governo anterior, como também a partidos políticos considerados comunistas e a movimentos sociais do período anterior ao golpe. (Cf. ALVES, 1985, p. 48).

A autora explica que a ameaça à segurança nacional era “definida como uma ameaça antes a *fronteiras ideológicas* do que a *fronteiras territoriais*,” e ainda acrescenta que

[...] a defesa da segurança nacional seria de responsabilidade não só das Forças Armadas como de “toda pessoa natural ou jurídica” da sociedade civil. Indivíduos ou organizações poderiam ser considerados criminalmente responsáveis por deixar de fornecer informação sobre as atividades daqueles considerados pelo Estado como parte do “inimigo interno”. Como em qualquer Estado totalitário, os indivíduos eram juridicamente transformados em informantes. (ALVES, 1985, p. 108).

A estratégia militar concentrava-se nos movimentos sociais que ganharam força nos anos anteriores ao golpe civil-militar, assim como nos líderes sindicais e estudantis, intelectuais e organizadores leigos dos movimentos católicos. Por mais que a Igreja Católica tivesse apoiado os militares, não podemos considerar que essa atitude fosse de toda a hierarquia e também dos leigos. Assim, ocorreram buscas e detenções de “elementos suspeitos” nas várias universidades, sindicatos, ligas camponesas e, inclusive, nos movimentos católicos.

Os militares ampliaram seus mecanismos de controle sobre a sociedade. Para isso, foram criados diversos dispositivos legais. Dentre eles, podemos destacar o poder dos organismos especializados em investigação, repressão e censura, os chamados Inquéritos Policiais Militares. Estes se instituíram logo no primeiro mês de ditadura militar e comissões especiais de inquérito foram criadas em todos os níveis de governo: nos ministérios, órgãos governamentais, empresas estatais, universidades federais e qualquer outra organização vinculada ao governo federal. (Cf. ALVES, 1985, p. 56).

Existiam também órgãos governamentais que foram postos a serviço da preservação da “segurança nacional”, como é o caso do Serviço Nacional de Informações (SNI), criado com o objetivo de colaborar nas questões relacionadas à Segurança Nacional. Este deveria coletar e analisar informações pertinentes à segurança da Nação, o que geralmente estava relacionado a informações sobre subversões internas.

Contudo, a maior parte do autoritarismo militar ocorreu à margem da lei que, conforme Michele Rossoni Rosa (2004, p. 115-116), “não cumpria senão a função de manter as aparências de um movimento político que se institucionalizou”.

Não podemos esquecer os cinco Atos Institucionais, instituídos em menos de cinco anos. As ações militares, desde o início da ditadura, surpreenderam os que haviam apoiado o golpe na crença de que sua intenção era restaurar e preservar a democracia. Com a promulgação do Ato Institucional Nº 1, houve uma ruptura da aliança civil-militar. Isso fez com que se fortalecesse a posição do governo militar. Diante disso, a reação da imprensa foi quase unanimemente negativa.

O Ato Institucional Nº 1 foi responsável pela expulsão de alguns militares de seus postos, e também tirou de cena vários políticos, fazendo com que muitos fossem exilados, como foi o caso do próprio presidente deposto João Goulart e o ex-presidente Juscelino Kubitschek. Com o AI-1, os militares se valeram

[...] dos IPMs para neutralizar qualquer cidadão que pretendesse opor-se organizadamente a políticas em aplicação. Ela tinha alvos gerais e específicos, de acordo com as estratégias da Doutrina de Segurança Nacional, que dividia a sociedade em diferentes compartimentos a serem individualmente controlados. (ALVES, 1985, p. 78).

Com relação aos Atos Institucionais 2, 3 e 4, destacamos o aumento do poder por parte do Executivo, com o Congresso perdendo seu lugar diariamente. Com isso, os partidos políticos foram extintos, fato que fez a oposição se associar para formar o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), já o partido de apoio ao governo foi denominado de Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Em 1967, uma nova Constituição foi promulgada. Embora fosse autoritária, objetivou restaurar a democracia, tornando-a, assim, um tanto quanto contraditória. Isto porque visava o controle exigido pela Doutrina de Segurança Interna que tinha em vista a destruição do “inimigo interno”. (Cf. ALVES, 1985, p. 111).

De acordo com Ridenti (1997, p. 14), grande parte da esquerda brasileira sentia “a necessidade de criar uma vanguarda, que rompesse com o imobilismo e opusesse uma resistência armada à força bruta do governo, não só para restabelecer a democracia, mas especialmente para avançar em direção à superação do capitalismo.”

Muitos intelectuais sentiam a responsabilidade coletiva no processo de construção de ações voltadas para um projeto de nação mais igualitária e inclusiva. Eles teriam, então, “a incumbência de balizar os caminhos e de iluminar os debates e as discussões acerca das dificuldades e dos empecilhos atuais, no que diz respeito às soluções dos problemas atinentes às desigualdades, à pobreza e à concentração de renda”. (REZENDE, 2004, p. 240).

Maria José de Rezende afirma que Celso Furtado:

[...] destacava desde os anos 50 que o intelectual deveria assumir inteiramente o desafio de compreender o sentido do processo social em curso no mundo atual. Na América Latina, e também em outros continentes, era premente que a ação intelectual estivesse voltada para a proposição de mudanças que levassem a uma redefinição do padrão de organização social e do padrão de domínio prevalecentes. (REZENDE, 2004, p. 240).

Existia, conforme Marcelo Ridenti (2001), esperanças alternativas “libertadoras no *Terceiro Mundo*, inclusive no Brasil, que vivia um processo acelerado de urbanização e modernização da sociedade”. Para o autor, parte dessas alternativas estava pautada no que ele conceitua de *romantismo revolucionário*, que pode ser entendido como

[...] partidos e movimentos de esquerda, seus intelectuais e artistas que valorizavam a ação para mudar a História, para construir o *homem novo*, nos termos de Marx e Che Guevara. Mas o modelo para esse *homem novo* estava no passado, na idealização de um autêntico homem do *povo*, com raízes rurais, do interior, do “coração do Brasil”, supostamente não contaminado pela modernidade urbana capitalista, o que permitiria uma alternativa de modernização que não implicasse a desumanização, o consumismo, o império do fetichismo da mercadoria e do dinheiro. Em suma, buscava-se no passado uma cultura popular autêntica para construir uma nova nação, ao mesmo tempo moderna e dasalienada, no limite, socialista. Eram versões de esquerda para as representações da mistura do branco, do negro e do índio na constituição da brasilidade, não mais no sentido de justificar a ordem social existente, mas de questioná-la. É a isso, em linhas gerais, que se pode chamar de romantismo revolucionário brasileiro do período, sem nenhuma conotação pejorativa. (RIDENTI, 2001, p. 13).

Neste contexto, apareciam diversas formas de se enxergar o Brasil e por isso diferentes maneiras de concretização da revolução brasileira. Uma delas pode ser caracterizada pela opinião majoritária dos partidários do Partido Comunista Brasileiro – PCB. Para eles, o Brasil ainda tinha características feudais. Assim, os revolucionários deveriam se aliar à burguesia local para que mais tarde o comunismo tomasse o poder. Essa ideia perdeu muito espaço nas discussões dos intelectuais logo após golpe de 1964.

A outra noção de revolução, que teve mais força pós-golpe civil-militar brasileiro, pode ser explicada a partir de uma sociedade – a brasileira – que já era capitalista e precisava se unir contra todos os empecilhos (burguesia local, internacional, capital estrangeiro) para que assim ocorresse a mudança na sociedade. Muitos intelectuais, ainda, se divergiam em relação à luta armada, pois muitos achavam que a revolução deveria ser pacífica, com a conscientização popular. Todavia, vários optaram por pegar em armas e lutar, o que ficou conhecida por “guerra de guerrilha”.

Os intelectuais, assim como todos os grupos e instituições que se opuseram ao regime militar, foram alvo de uma repressão que se tornou mais violenta à medida em que se faziam necessários meios que garantissem a permanência do Estado autoritário. Vale ressaltar que esse movimento dos intelectuais estava dentro de uma conjuntura de instalações das comissões especiais de inquérito, que levavam os IPMs a todas as universidades brasileiras.

Sendo assim, o Ministério da Educação passou a se envolver diretamente na contratação e demissão de funcionários das Universidades. Para as autoridades militares, “os IPMs eram necessários para erradicar a penetração de agentes comunistas que se valiam de instituições de ensino para ‘conquistar as mentes’ do povo segundo o que julgavam ser uma estratégia indireta da União Soviética.” (ALVES, 1985, p.66).

Mesmo diante do aparato repressivo, cresciam as reivindicações de operários, camponeses, estudantes, sindicalistas, intelectuais, artistas e militares de baixa patente. Estes não aceitavam a imposição de um governo ditatorial e, por isso, em meio a tanta repressão, continuavam em clima de contestação.

A oposição se utilizava dos dizeres da Constituição de 1967 que demonstrava o objetivo de restaurar a democracia. À proporção que crescia o impasse entre o Estado e a oposição, chegando a níveis mais altos em 1967 e 1968, aumentava a crise institucional. O resultado de todas essas contestações foi a ampliação da repressão, institucionalizada pelo Ato Institucional Nº 5, que “declarou guerra” a qualquer um que tivesse atitudes “subversivas” ou que, pelo menos, fosse suspeito de ter.

O AI-5 ficou conhecido por o “golpe dentro do golpe.” Conforme Alves (1985), ele serviu como justificativa legal para a punição de mais de 1.607 pessoas. Entre elas, podemos destacar vários militares, políticos, professores e membros do judiciário.

O aumento da repressão pode ser considerado como a consequência mais grave de Ato Institucional. Alves exemplifica algumas medidas que o AI-5 acarretou à sociedade brasileira:

[...] as restrições impostas ao Judiciário e à abolição do *habeas corpus* para crimes políticos. Podiam-se efetuar prisões sem acusação formal e sem mandado. Juntamente com as restrições ao Judiciários, isto impedia advogados e outros que defendiam presos políticos de aplicar as garantias legais. Não podiam assim evitar sérios abusos de poder e a tortura de presos políticos. Por outro lado, a ausência de um prazo de vigência do ato significava que os poderes extraordinários haviam se tornado ordinários. O Estado de Segurança Nacional estava totalmente centralizado e isolado; o Estado corporificava-se no Executivo e a ele se circunscrevia. O Ato Institucional nº 5 deu origem a um *Leviatã* que General Golbery de Couto e Silva antecipara em seus textos dos anos 50, um Estado hobbesiano que absorvia todo o poder. (ALVES, 1985, p. 135).

O Ato Institucional nº 5 marcou o fim da primeira fase de institucionalização do Estado de Segurança Nacional. Nessa fase, a ditadura militar conseguiu se alicerçar através da repressão. O AI 5 forneceu, desta forma, o quadro formal para profundas transformações estruturais na sociedade brasileira.

Entre os anos de 1964 e 1968, período de instauração da ditadura, predominou nos discursos militares a “caça aos comunistas”, “a soberania da nação brasileira”, e a “defesa da democracia”. O autoritarismo era a ferramenta que os militares utilizaram para manter as instituições que eles diziam democráticas, ameaçadas “pelas idéias e contingentes comunistas internacionais”. (ROSA, 2004, p. 116).

Neste primeiro momento da ditadura, a ação dos militares se voltou especialmente para os “movimentos mais organizados, através de prisões e cassações de direitos políticos.” Assim, “deixou relativamente livre a esfera da produção cultural”. (ROSA, 2004, p. 115). Isso nos possibilita entender a publicação de vários periódicos na época que questionavam a situação do país, sendo a Revista Paz e Terra um deles.

O período posterior ao AI 5 se caracterizou pela ampla violência. Parte da oposição buscou nas armas o combate contra a ditadura, o que resultou no fortalecimento dos setores ligados à Segurança Interna do Brasil com a implantação de um formidável aparato de repressão e institucionalização da estratégia de controle pelo terror. Desse modo, “os demais setores da oposição e grande parte da população não envolvida foram esmagados por brutal ofensiva das forças de segurança. Seguiu-se um período de silêncio, medo, confusão e desânimo”. (ALVES, 1985, p. 137).

1.2 Mudanças Sócio-Culturais na Década de 1960: Um Contexto Mundial que Influenciou o Cenário Brasileiro

Mesmo num período de divergências ideológicas, que poderiam levar a uma terceira guerra mundial, percebe-se durante a década de 1960 um acelerado crescimento econômico e um grande desenvolvimento tecnológico nos países desenvolvidos, embora de forma desigual mesmo dentro dessas regiões. As multinacionais, sobretudo as americanas, atravessaram as fronteiras, dominando a economia mundial e ligando o mundo em dimensões planetárias. De acordo com Maria Helena Simões Paes (1982), as maravilhas tecnológicas, nos anos 1960, viveram o apogeu dessa prosperidade, levando o homem à lua e fazendo com que ficasse conhecida a frase: “Nada é impossível, apenas não foi inventado”. A política do pleno emprego e da seguridade social garantia à maioria da população dos referidos países o acesso a um conjunto de bens materiais e culturais.

Vale lembrar o que Eric Hobsbawm (2003, p. 315) escreveu em seu livro: “A era dos Extremos”, que “a mudança espetacular é (foi) vista de maneira mais clara em países de moralidade fortemente impositiva, como os católicos.”

Essa melhoria nas condições de vida das pessoas também era compartilhada, segundo Marcelo Ridenti (2001), por países em desenvolvimento, como no caso o Brasil. O autor cita alguns exemplos das mudanças na sociedade brasileira, como:

[...] crescente urbanização, consolidação de modos de vida e cultura das metrópoles, aumento quantitativo das classes médias, acesso crescente ao ensino superior, [...] avanço tecnológico (por vezes ao alcance das pessoas comuns, que passaram a ter cada vez mais acesso, por exemplo, a eletrodomésticos como aparelhos de televisão). (RIDENTI, 2001, p. 15).

Ridenti (2001) aponta ainda que essas condições materiais não explicam por si sós as ondas românticas de rebeldia e revolução, apenas possibilitaram que frutificassem ações políticas e culturais inovadoras e diversificadas, aproximando a política da cultura e da vida.

Assim, essa dimensão histórica da expansão do mundo moderno não impedia, por outro lado, o desenvolvimento de uma reflexão crítica sobre os significados da modernização acelerada. Dessa maneira, foi possível perceber o florescimento de vários movimentos e de críticas àquela sociedade de cultura de massa ou de consumo, acerca da manutenção de várias formas morais que limitavam a liberdade e a autonomia humana.

Esse período pode ser visto como o palco de várias críticas, tanto com relação à modernidade, quanto em relação à cultura moral tradicional. Dessa forma, a mentalidade estava em modificação, de modo que a cultura moral, herdada das gerações anteriores, era posta em xeque. Nesse sentido, outras expressões culturais e artísticas eram buscadas e novas ideias surgiam a todo instante. A quebra de tabus morais e a ruptura com padrões familiares eram as consequências dessa busca pela liberdade.

Sobre o conceito de moralidade, vale lembrar a discussão feita por Friedrich Nietzsche, em 1881:

[...] a moralidade não é outra coisa (portanto, antes de tudo, nada mais) senão a obediência aos costumes, sejam eles quais forem; ora, os costumes são a maneira mais tradicional de agir e de avaliar. Em toda parte onde os costumes não mandam, não há moralidade. O homem livre é imoral [...] (NIETZSCHE, 2007, p. 23).

Mesmo tendo sido escrita quase um século antes do tema estudado, percebemos nas palavras do filósofo alemão, nada mais que o desejo de muitos jovens da década de 1960, que

lutavam pela liberdade e criticavam os costumes. O desejo de ser livre era visto pela maioria das pessoas como um ato imoral.

As angústias vividas pela geração de 1960 resultaram posteriormente em alterações comportamentais. Grande parte das mudanças que temos hoje tem sua raiz nos movimentos de contestação daquela sociedade. O que na época era visto, por grande parte das pessoas, como ruim e imoral, fez a sociedade se modificar e repensar sobre seus costumes, práticas e ações. Sobre isso, Nietzsche explica:

Todos aqueles que subvertem a lei moral estabelecida sempre foram considerados em primeiro lugar como *homens maus*: mas quando já não era mais possível restabelecer essa lei e quando a mudança se tornou u hábito, o atributo se transformava pouco a pouco; - a história trata quase exclusivamente desses *homens maus* que, mais tarde, foram declarados *bons*. (NIETZSCHE, 2007, p. 32).

Diante dessa discussão, duas palavras revelavam o espírito da década de 1960: contestação e rebelião. Ao lado dos *hippies* e dos jovens envolvidos em manifestações, explodiam as rebeliões dos universitários engajados nos movimentos estudantis. Para Hobsbawm (2003, p. 317), “a juventude, um grupo com consciência própria que se estende da puberdade até a metade dos vinte, agora se tornava um agente social independente”. Assim, “a cultura jovem tornou-se a matriz da revolução cultural no sentido mais amplo de uma revolução nos modos e costumes”. (2003, p. 323).

Para milhões de jovens, naquele momento, a saída foi buscar um mundo alternativo. Conforme Marcelo Ridenti, algumas peculiaridades desta parte da sociedade eram:

[...] a liberação sexual, o desejo de renovação, a fusão entre vida pública e privada, a ânsia de viver o momento, a fruição da vida boêmia, a aposta na ação em detrimento da teoria, os padrões irregulares de trabalho e a relativa pobreza, típicas da juventude de esquerda na época, são características que marcaram os movimentos sociais nos anos 60 em todo o mundo, fazendo lembrar a velha tradição romântica. (RIDENTI, 2001, p. 13).

Da recusa à cultura dominante e da crítica ao “sistema” nasceram novos significados: um novo modo de pensar, de encarar o mundo e uma nova maneira de se relacionar com as outras pessoas. Surgia, na verdade, uma revolta cultural que contestou a cultura Ocidental. (Cf. MACIEL, 1987).

Vale notar que, nessa época, o papel social das mulheres ainda estava pautado pela representação da moral e dos bons costumes. O texto de Carla Bassanezi, “Mulheres dos anos

dourados”, nos ajuda a entender isto. Nele a autora mostra um panorama do papel da mulher na sociedade nos anos de 1950. Panorama este que prosseguiu imperando no comportamento feminino na década seguinte.

A mentalidade dominante concretizava-se na moral judaico-cristã, que sempre teve em sua base o homem como provedor e a mulher como sua submissa. A esposa ideal seria aquela que complementasse o marido. A grande ameaça estava na figura da separação, pois “o divórcio, [...] só passou a fazer parte das leis brasileiras na década de setenta.” (BASSANEZI, 1997, p. 637).

Ainda de acordo com Bassanezi (1997), a virgindade era a garantia de honra e pureza feminina, já que quem tinha “maiores necessidades sexuais” eram os homens. A vocação da mulher estava restrita à vida doméstica, à maternidade e a obrigações conjugais.

Desse modo, a popularização da pílula anticoncepcional, que é também um fenômeno da década de 60, pode ser um exemplo de algo concreto e palpável que possibilitou mudanças consideráveis de comportamento de várias mulheres. Estas, por sua vez, lutavam por sua liberdade.

Hobsbawm (2003, p. 330) lembra ainda que as instituições mais prejudicadas pelo questionamento da moral foram a família tradicional e as igrejas, “que desabaram de uma forma impressionante no último terço do século XX. O cimento que agregava as comunidades de católicos romanos desfez se com espantosa rapidez”. Sobre isso, o autor salienta ainda que

[...] para melhor ou para pior, a autoridade moral e material da Igreja sobre os fiéis desapareceu no buraco negro que se abriu entre suas regras de vida e moralidade e a realidade do comportamento de fins do século XX. As igrejas ocidentais que tinham um domínio menos compulsório sobre seus membros, incluindo mesmo algumas das mais antigas seitas protestantes, declinaram ainda mais rapidamente. (HOBSBAWM, 2003, p. 330-331).

O estudioso salienta que “o drama das tradições e valores desmoronados [...] estava na desintegração dos velhos sistemas de valores e costumes, e das convenções que controlavam o comportamento humano. Essa perda foi sentida”. (HOBSBAWM, 2003, p. 334). Desta forma, nesse período, procuravam-se rupturas de tabus estabelecidos e a quebra de alguns dogmas. O pensamento de certos segmentos da sociedade daquela época influenciou o mundo contemporâneo, fazendo com que algumas regras comportamentais fossem repensadas e até modificadas.

1.3 As Igrejas no Brasil Diante das Mudanças da Década de 1960

Considerando que a Igreja é uma instituição, cuja função social é estabelecida sobre a existência e o controle de alguns tabus, e que a década de 1960 foi um período de rupturas de alguns padrões estabelecidos, a Igreja Católica precisava abrir as portas para a modernidade, de forma que necessitava pensar a respeito das mudanças que estavam acontecendo no mundo. Essas discussões, no interior da Igreja Católica Romana, resultaram no Concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII² no ano de 1962 e encerrado pelo Papa Paulo VI em 1965.

O Concílio reuniu bispos de grande parte do mundo, e dentre as temáticas focalizadas destaca-se a nova perspectiva na pastoral católica, que deveria ser mais aberta aos sinais do mundo moderno, alicerçada em um conceito político que sustentaria uma nova tese teológica: o conceito de Deus libertador dos fracos e oprimidos, que estaria comprometido pela história do Homem e tinha como um de seus marcos teológicos fundamentais a Encíclica *Pacem in Terris*, de 11 de abril de 1963.

A Igreja no Brasil acompanhou esse movimento de renovação principalmente sob a liderança de D. Helder Câmara, secretário da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Dom Helder ficou conhecido na época como “Bispo Vermelho” por possuir ideias consideradas subversivas e por defender os direitos humanos durante o regime militar.

Luiz Gonzaga de Souza Lima (1977, p. 30) aponta para o fato de que desde o “final dos anos 50 e começo dos 60 (do século XX), iniciou-se no Brasil o deslocamento de alguns setores da Igreja e de parte do mundo católico organizado, no sentido de uma aproximação ao movimento das classes dominadas”.

A hipótese que Lima formula é que esse deslocamento se deve, sobretudo, ao envolvimento sempre mais intenso dos setores do mundo católico nos conflitos sociais que caracterizavam o período.

² “João XXIII, morreu dia 3 de junho de 1963, vítima de câncer. Ele abriu uma nova era na história da Igreja: defendendo o ecumenismo, aproximou-se dos protestantes e dos ortodoxos, mandou retirar da liturgia da Semana Santa a palavra ‘pérfidos’ referentes aos judeus, esforçou-se por ter boas relações com todos os sistemas políticos, recebendo representantes de países comunistas; frisou a independência da Igreja em relação aos poderes estabelecidos e defendeu sua intervenção nos assuntos políticos, econômicos e sociais. Reformista e modernizador, João XXIII deu novas diretrizes à Igreja através de Encíclicas como *Mater et Magistra* (1961), e *Pacem in Terris* (1963). Antes de chegar ao trono papal, Angelo Roncalli [João XXIII] já alcançara notoriedade como núncio apostólico da Turquia, ao salvar, entre 1940 e 1942, quase meio milhão de judeus da morte nos campos de concentração hitleristas, ajudando-os a fugir para Israel, indicando esconderijos e fornecendo-lhes documentos falsos. Mostrou-se sempre sensível a questão social.” (NOSSO Século, 1980, p. 80)

Para Lima, as transformações em curso na Igreja Brasileira na década de 1960 deviam-se

[...] à influência de pequenos grupos e às posições particulares que esses grupos ocupavam dentro da Igreja; ao desenvolvimento do pensamento social católico no final dos anos 50; e/ou à conexão entre esses elementos. Outros ainda atribuem grande valor causal ao fato de que a Igreja se tenha sentido ameaçada pelo ateísmo e pelo aumento de adesões a outros credos religiosos. (LIMA, 1977, p. 26).

O autor atribui a mudança de um segmento da Igreja Católica Brasileira ao contexto social de crise no qual o país estava inserido. Pois se não fosse isso, seria possível que

[...] a ‘velha Igreja’, bem como a ‘Igreja moderna’, tivessem dado respostas completamente diferentes daquelas que foram realmente dadas e estão em curso de atuação. Em outros contextos, grupos progressistas que interpretavam o novo pensamento social católico, em uma chave de transformação das estruturas sociais, foram marginalizados pelas componentes moderadas da instituição, e a ação delas não gerou um processo transformador de toda a estrutura da Igreja. (LIMA, 1977, p. 26).

Dessa forma, iniciaram-se as transformações no campo católico brasileiro, o que resultou na formação de uma igreja católica mais progressista. Muitos membros da hierarquia e, inclusive, bispos envolveram-se com as questões sociais e políticas da época, como, por exemplo, o Arcebispo de São Paulo, Dom Carlos Motta, que esteve muito próximo do presidente Juscelino Kubitschek e também de João Goulart, apoiando as ideias de modernização e de nação, bem como atuando diretamente na campanha das reformas de base, com destaque para a reforma agrária e urbana. Por isso, foi condenado pelo regime pós-64 como um opositor. (Cf. FARIAS, 2002).

Lima (1977, p. 31) ressalta que desde a metade da década de 1950, um grupo progressista do episcopado brasileiro começara a elaborar uma nova ideologia, que entendia “como um problema grave as injustiças sociais que existiam como reflexo das contradições estruturais da sociedade”.

Segundo Lima (1977, p. 31), a partir dessa consideração, bispos progressistas tinham como lema um comportamento novo, “agir para transformar a sociedade.” Assim, suas ações foram determinadas “pela convicção da necessidade primordial de resolver algumas situações concretas, criadas pela estrutura da sociedade, e que para serem resolvidas exigiam correções nas próprias estruturas sociais”. (LIMA, 1977, p. 32).

O autor ainda aponta que o grupo progressista dentro da hierarquia conseguiu, no início da década de 1960, o apoio da Igreja para programas de reformas “em colaboração com o governo e em aliança com os setores mais progressistas das classes dominantes, com objetivo de propor soluções para algumas injustiças sociais consideradas graves”. (1977, p. 35). Por mais que o grupo progressista tivesse esse apoio era ele quem atuava no sentido de realização das referidas reformas.

Vale destacar que essa renovação não foi linear, sendo mais acentuada em alguns setores do laicato. Entre os leigos foram destaques, no início da década de 1960, os movimentos de juventude: JUC – Juventude Universitária Católica –, JOC – Juventude Operária Católica – grupos de vanguarda da Ação Católica Brasileira (ACB), que se engajaram em uma perspectiva completamente diversa do episcopado progressista. Isso porque eram a favor de “transformações radicais da estrutura social, que deveriam realizar-se em ascensão das massas ao controle do poder político, para suprir as causas estruturais das injustiças.” (LIMA, 1977, p. 35).

Lima salienta ainda que a ACB fez uma escolha revolucionária. Neste sentido, a “ACB [...] foi a primeira protagonista do deslocamento da Igreja e dos católicos brasileiros de suas tradicionais bases sociais e, vista nesta perspectiva, é necessário constatar que influenciou profundamente toda a instituição”. (LIMA, 1977, p. 35- 36).

A orientação política da ACB voltava-se para a luta contra o capitalismo subdesenvolvido brasileiro, o que caracterizou a participação de seus militantes no processo político brasileiro. Por ter sido o setor católico que assumiu com maior responsabilidade a participação ativa e transformadora de seus participantes nas lutas das classes dominadas do Brasil daquele período, esta influenciou outros setores da instituição para apoiarem ou participarem daquelas lutas. (Cf. LIMA, 1977, p. 39).

Para Lima,

Esse gigantesco trabalho extrapolava as concepções tradicionais do trabalho de evangelização e transbordava as margens de ação pastoral como era então concebida. A ACB se estruturava, autonomamente, em níveis nacional, estadual e municipal, especializados nessas novas funções. É a este processo político e institucional de adaptação organizacional às novas circunstâncias que nos referimos afirmando que a ACB estaria agindo, “de fato”, inclusive como organização política. (LIMA, 1977, p. 41).

Diante deste maior engajamento nas questões políticas, a ACB se distanciou das posições do episcopado e se aproximou das posições das esquerdas.

No ano de 1962, nasceu a Ação Popular, que tinha em sua constituição membros da Ação Católica Brasileira. Isso fez com que muitos militantes da JEC e JUC optassem pela dupla militância (AP e ACB). A criação da AP se deu por várias razões, entre as quais podemos destacar as divergências com a hierarquia católica ao lado de questões significativas, como o trabalho orgânico com os não-católicos. Sobre a AP, Lima explica que:

O movimento Ação Popular (AP) parecia ser inicialmente o canal através do qual se realizaria a participação dos católicos progressistas na política brasileira. Essa organização se achava presente (quase hegemonicamente) em setores que tradicionalmente sempre tiveram alto nível de participação política (as classes médias); difundia rapidamente em setores que começavam a ter uma participação autônoma, os camponeses e a sua ação começava a refletir-se promissora em classes sociais nas quais os católicos não tinham nunca conseguido participar com sucesso, como o movimento operário urbano. (LIMA, 1977, p. 43).

Ação Popular, “entendida como mundo católico engajado que apresentava uma organização política própria, que partia do humanismo, que a caracterizava, e chegava a uma proposta de socialismo, baseado na participação democrática e pluralista” (LIMA, 1977, p. 47), posteriormente radicalizou suas posições em favor do socialismo, declarando “[...] que o capitalismo é intrinsecamente mau, contrário ao homem e às virtudes cristãs.” (Michel Löwy, 1998, p. 100 *apud* MANOEL, 2000, p. 135). Muitos desses participantes radicais entraram em choque com a hierarquia católica e foram expulsos da Igreja.

Em 1964, quando ocorreu o golpe de Estado, a maioria da hierarquia católica, conhecida como conservadora, não apoiou Dom Carlos Motta, e ficou a favor dos militares. Isso se deve principalmente ao fato de que vários membros da Igreja tinham medo da instalação de um governo comunista e para grande parte deles, João Goulart se aproximava desse governo. De acordo com o livro *Brasil Nunca Mais*:

[...] é consenso entre os historiadores que a hierarquia da Igreja Católica desempenhou um papel fundamental na criação do clima ideológico favorável a intervenção militar, engajando-se na campanha anticomunista sustentada pelas elites conservadoras: contra a reforma - agrária, contra os movimentos grevistas, contra as reivindicações dos sargentos, cabos e soldados da força armada, contra as alianças de cristãos e marxistas que começava a ocorrer em entidades sindicais e estudantes (ARNS, 1985, p.147).

Todavia, existiam vários setores da Igreja que se posicionaram contra a ditadura militar, desde o início. Ivan Manoel (2000) afirma que se percebia, portanto, uma cisão no

catolicismo brasileiro – enquanto uma parte do clero e do laicato ainda continuava a apoiar o golpe de Estado em 1964 e a rejeitar propostas de mudanças estruturais na sociedade brasileira, fundamentando-se ainda no tradicional discurso da Igreja Ultramontana. Outra parte não só se opunha ao Estado brasileiro, militarizado e autoritário, mas lutava por revoluções que levassem o país a adotar as soluções, nos moldes do bloco soviético. Com relação aos católicos que possuíam uma visão mais progressista, o autor explica que muitos chegaram a atitudes mais radicais e acrescenta que

Tratava-se, portanto, de uma situação deveras singular: parte do clero e do laicato, não só absorveu a doutrina comunista, na sua vertente marxista, como também contrariando toda doutrina católica de pacífica convivência entre patrões e empregados (Leão XIII, 1950), aceitou como válida a tese de que as mudanças estruturais somente seriam possíveis por meio da revolução, corolário da tese marxista da luta de classes. (MANOEL, 2000, p.136).

Nesse momento histórico, ocorreu a institucionalização de diversas Comissões Pastorais, criadas em quase todas as Dioceses, com a finalidade de congregar os católicos em torno de lutas por mudanças estruturais. Importa ressaltar que grande parte dessas pastorais teve suas raízes na década de 1960, todavia, somente na década seguinte conseguiu obter mais força.

À medida que a repressão política e militar se ampliava, atingindo os leigos, os padres, as freiras, os bispos e os militantes católicos, que em alguns casos se envolveram com a contestação e com a guerrilha, a posição católica – até a ala mais conservadora – se inverteu até chegar a uma franca oposição política entre os dois poderes principalmente depois da promulgação do Ato Institucional nº 5.

Paralelamente a tanta repressão, o processo de renovação católica aumentava cada vez mais sobretudo nos países da América Latina. Prova disso, foi a Conferência Episcopal Latino Americana de Medellín na Colômbia (1967), em que se delineou a ideia de uma Igreja mais comunitária e que, posteriormente, nas décadas de 1970 e 1980, assumiu a forma de uma política eclesial denominada Teologia da Libertação, que tinha como opção preferencial os pobres. A Teologia da Libertação expandiu-se por todo território brasileiro, permanecendo bastante firme em sua atuação, tendo como nomes em destaque Leonardo Boff e Frei Betto.

É importante entender que esse processo de renovação não ocorreu apenas dentro dos limites desejados pelos dirigentes da Igreja, de modo que onde houvesse espaço para o questionamento, todo tema era passível de discussões. Com a maior aproximação dos leigos

pós Concílio Vaticano II essa situação aumentou. Dessa forma, dentro e fora da Igreja, foram tecidas várias críticas a alguns valores, dogmas, e normas católicas. Para Manoel,

[...] ao chamar o laicato à ação e em particular os segmentos de classe média ligados à JUC e ao Centro D. Vital, a igreja engajou segmentos suficientemente intelectualizados, capazes de elaborar ou absorver e reinterpretar teorias e doutrinas sociais mais na proposta de transformações sociais, e no caso do engajamento da JOC, composta por jovens operários, chamou à ação segmentos que sentiam na prática os reais efeitos do liberalismo capitalista e ansiavam por transformações e não mais aceitavam discursos acomodatórios. (MANOEL, 2000, p. 146)

Paralelo ao processo de renovação, de crítica e de envolvimento com a questão social por parte de segmentos católicos, ocorria algo similar com setores do protestantismo histórico, que teve algumas discussões sobre humanização desde a década de 1950.

Em um contexto mundial, existia a Comissão Mundial das Igrejas – CMI. De acordo com informações contidas no site desta Comissão, no ano de 1954 ocorreu sua II Assembléia realizada na cidade de Evanston, nos EUA, que passou a tratar de assuntos sobre a responsabilidade da igreja diante dos problemas sociais de todo o mundo, o que, de certa forma, influenciou os pensadores protestantes no Brasil.

Um movimento conhecido como CEB – Confederação Evangélica do Brasil – foi a primeira organização ecumênica organizada no Brasil, que reunia a maioria das igrejas evangélicas e promovia a cooperação nas áreas de educação cristã, de trabalhos de juventude, e de atividades diaconais. Tratava-se de uma organização que promovia a fraternidade e o trabalho em conjunto. A CEB se organizava em departamentos e representações regionais. Eram cinco departamentos: imigração e colonização; ação social; educação religiosa; mocidade e literatura. Sua fundação foi no ano de 1934, mas só na década de 1950 passou a ter grandes discussões sobre a responsabilidade dos cristãos frente aos problemas sociais brasileiros. Isso porque foi influenciada pelas discussões e Assembléias organizadas pelo Conselho Mundial das Igrejas. (Cf. DIAS, 2009).

Richard Shaull³ foi uma importante figura protestante nesta época, pois começou uma articulação com evangélicos de diversas denominações para que esse tema fosse tratado no Brasil através de grupos de estudos. Assim, Shaull deixou Waldo Cesar⁴ como responsável pela organização de um dos grupos, em 1953, que mais tarde se incorporou à CEB com o nome de Setor de Responsabilidade Social, ligada ao Departamento de Estudos.

³ O terceiro capítulo trará análise e discussão sobre um texto da *Paz e Terra* escrito por Richard Shaull.

Com este maior envolvimento político dos setores das igrejas evangélicas, começaram a ocorrer várias discussões sobre a situação brasileira. Para Agemir de Carvalho Dias, as transformações ocorridas no Brasil, desde 1950,

[...] causaram muita perplexidade. O êxodo rural, a nova situação dos trabalhadores na indústria, o surgimento de novos movimentos sociais, a turbulência política, tudo isso conduziu à idéia de que se estava vivendo um período de “rápidas transformações sociais” e que essas transformações exigiam uma posição de *responsabilidade* da igreja e do cristão. (DIAS, 2009, p. 180).

Grande parte dos jovens evangélicos começou a se envolver nos movimentos estudantis, nos sindicatos e em outras associações. Assim, de acordo com Anivaldo Padilha (2001), houve um diálogo mais próximo com os católicos. Foi uma abertura ecumênica que coincidia também com a abertura ecumênica da Igreja Católica, sob a influência do Vaticano II.

Nesse contexto, começava-se a discutir o papel dos cristãos na *revolução brasileira*. Desenvolveu-se, também, uma luta pela renovação das Igrejas, para que estas avançassem no seu compromisso social. Criaram-se núcleos ecumênicos e evangélicos em várias regiões do país para ajudar a ganhar espaços de reflexão e para incentivar os jovens das igrejas a participarem dos movimentos políticos e sociais que estavam ocorrendo no Brasil.

A CEB, no ano de 1962, organizou uma conferência na cidade de Recife, conhecida como Conferência do Nordeste. O tema era “Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro”, e objetivava discutir e analisar a situação brasileira a partir da situação do Nordeste. Isso porque existia um “processo ecumênico de se compreender a realidade local que a igreja estava inserida.” (DIAS, 2009, p. 194). Existia, desta forma, realidades locais que se divergiam, por isso a necessidade de um estudo específico de cada uma.

Conforme Dias, a Conferência contou com a participação do representante da Comissão Mundial das Igrejas, Paul Abrecht, e teve a cobertura da imprensa local. Além disso, podem ser destacados como conferencistas nomes como Celso Furtado e Gilberto Freyre. (2009, p. 194).

Uma das discussões na Conferência estava ligada ao apoio às reformas de base propostas pelo governo Goulart. Vale ressaltar que o protestantismo brasileiro se manifestou favorável à reforma agrária. Assim, como explica Dias (2009, p. 197), umas das recomendações que foi feita na Conferência afirma “que os evangélicos votassem em

⁴ Waldo Cesar foi um dos responsáveis pela Revista *Paz e Terra*, assunto que trataremos no capítulo seguinte.

políticos comprometidos com a reforma agrária”, pois “o campo deveria ser apoiado e o governo deveria incentivar a diversificação da produção, modernizando a área rural, protegendo o trabalhador, evitando-se o seu aviltamento.” (Idem).

Dias (2003) afirma que as conclusões da Conferência do Nordeste estabeleceram uma crise na CEB, que se agravou com o golpe de 1964 e que acabou com o esvaziamento da instituição anos mais tarde.

Em âmbito internacional, a Comissão Mundial das Igrejas era acusada pelos conservadores do protestantismo americano de ser comunista, assim como a CEB, no Brasil, foi acusada durante o regime militar.

Para Dias (2009, p. 176), com a ditadura militar brasileira, “o pêndulo dentro das instituições eclesiásticas evangélicas pendeu para os agrupamentos conservadores, que no Brasil se caracterizavam pela sua posição anti-ecumênica, anticatólica, anticomunista, contrária à ação social das igrejas”.

Desta maneira, podemos entender o nascimento da Revista de Cultura *Paz e Terra*, que surgiu em 1966. Isto porque, pós 1964, houve a formação de várias “organizações ecumênicas que não eram instituições eclesiais, mas associações de pessoas que representavam, estas sim, as suas tradições, porém sem serem representantes oficiais dessas tradições, e mesmo em alguns casos, até à revelia delas”.(DIAS, 2009, p. 231).

A Revista *Paz e Terra* teve seu nome inspirado na famosa Encíclica *Pacem in Terris*. Era escrita e destinada ao público intelectual e cristão de esquerda, a fim de repensar questões tabus, consideradas estratégicas naquele contexto sócio-cultural. Os temas eram escolhas práticas e presentes no cotidiano social, tais como, marxismo, guerras, sexualidade, Igreja, religião. Os discursos eram inerentes às reivindicações de padres, de militantes e de intelectuais que cada vez mais lutavam por reformas na sociedade. A Revista trouxe junto com suas discussões uma proposta de ecumenismo, pois teve um diálogo entre várias religiões. O capítulo seguinte tratará deste conceito.

CAPÍTULO II

A PROPOSTA ECUMÊNICA DA PAZ E TERRA: A ORGANIZAÇÃO DA REVISTA E SUAS APRESENTAÇÕES

Imagine there's no countries / It isn't hard to do / Nothing to kill or die for / And no religion too / Imagine all the people / Living life in peace.¹ (LENNON, 1971).

2.1 O Ecumenismo

Como foi dito anteriormente, a Revista Paz e Terra apareceu no cenário brasileiro no ano de 1966. Neste período, o debate sobre o ecumenismo estava no dia a dia de grande parte dos intelectuais religiosos, tanto católicos como protestantes.

Conforme Carlos Barros Gonçalves (2009), o termo ecumenismo vem da palavra grega *oikumene*, utilizada no Evangelho segundo Marcos com o significado de “todo mundo,” “a terra habitada”. Contudo, sabemos que esse conceito, como grande parte dos conceitos na história, é dinâmico. “A consciência ecumênica se construiu no tempo. O ecumenismo foi uma realidade construída por teólogos e pelos agentes dessa teologia”. (2009, p 22). Dessa forma, trabalharemos, neste capítulo, com o conceito de ecumenismo que se desenvolveu durante a década de 1960.²

Os estudos de Agemir de Carvalho Dias (2009, p. 37) apontam que o termo “ecumênico” “foi utilizado para designar os primeiros concílios da igreja que definiram seu corpo doutrinário. A palavra foi resgatada para designar a conferência missionária que se realizou em Edimburgo em 1910, chamada de *conferência ecumênica*”. Em seu livro, Dias (2009, p. 23) define o ecumenismo como um desejo de unidade. Seria um movimento que algumas instituições tinham com o objetivo da promoção da unidade dos cristãos.

Temos, desta forma, um conceito de ecumenismo que significa, e que significou na década de 1960, a disposição à convivência e ao diálogo entre diferentes confissões religiosas.

¹ Imagine não existir países / Não é difícil de fazê-lo / Nada pelo que lutar ou morrer / E nenhuma religião também / Imagine todas as pessoas / Vivendo a vida em paz.

² Este trabalho é uma dissertação de mestrado, que futuramente será publicado em livro pela editora da UFGD, com o título: E até aos confins da Terra: o movimento ecumênico protestante no Brasil e a evangelização entre os indígenas.

Seria o movimento de aproximação entre as diversas igrejas e religiões. (Cf. GONÇALVES, 2009).

No Brasil, a idéia de ecumenismo na década de 1960 se desenvolveu principalmente a partir da preocupação com a sociedade brasileira que passava por diversas transformações neste período. O Brasil precisava, como explicou Dias (2009), de um projeto que o tornasse uma nação justa e igualitária. Assim, “o movimento ecumênico brasileiro procurou dar respostas aos processos de transformação entendendo que as revoluções que estavam acontecendo eram um momento oportuno de se construir um mundo mais justo e igualitário”. (2009, p. 26).

A Confederação Evangélica Brasileira foi a instituição protestante que mais articulou esse projeto de unidade durante os primeiros anos de discussão deste ideal no país.

Gonçalves (2009), assim como Dias (2009), aprofundou seus estudos nas religiões protestantes. Todavia, não podemos esquecer que esse diálogo também ocorreu dentro da Igreja Católica, principalmente, com o Concílio Vaticano II. Esse Concílio teve dois objetivos principais: adaptar a Igreja ao mundo moderno e reconstituir a unidade cristã, construindo um diálogo ecumênico com diferentes denominações religiosas.

As idéias de cooperação e de diálogo com outras igrejas cristãs fortaleceram o ideal ecumênico católico. Os protestantes foram reconhecidos, em certa medida, “católicos”. (Cf. DIAS, 2009, p. 38).

Com a desarticulação da CEB, a Igreja Católica no Brasil se tornou uma importante força no movimento ecumênico. Isso pode ser explicado pela preferência aos pobres, uma das maiores discussões no debate cristão, que fez o movimento ecumênico ver “o Cristo encarnado no pobre o motivo da aproximação mútua”. (DIAS, 2009, p. 22).

Com o golpe de 1964 no contexto brasileiro, os líderes do movimento ecumênico foram identificados como comunistas principalmente porque defendiam ideais de humanismo e eram contra o governo ditatorial. Com relação aos protestantes, a Confederação Evangélica Brasileira (CEB) foi uma das instituições religiosas que mais sofreu com a repressão do regime militar. Os católicos também sofreram grande repressão. Alguns padres foram ameaçados e muitos dos movimentos leigos foram perseguidos.

Diante deste contexto, inseriu-se a Paz e Terra –*P&T*³, que trouxe como sua principal proposta o diálogo e a união de todos, católicos, protestantes e, inclusive, ateus, como o caso de vários marxistas. Isso fica perceptível no seu corpo editorial, pois apresenta nomes como

³ Para simplificar a escrita, utilizo a abreviatura *P&T* para me referir à revista *Paz e Terra*.

Waldo César (líder protestante), Alceu Amoroso Lima (líder católico) e Moacir Felix (membro do Partido Comunista).

Conforme Antonio Gouvêa Mendonça (2007), Waldo César nasceu no ano de 1922, era filho de pastor e teve sua formação como sociólogo. Foi bolsista do Instituto Ecumênico, do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), em 1957, para a especialização em ecumenismo e igreja e sociedade.

De acordo com Dias (2009), Waldo César foi líder da mocidade presbiteriana, presidente da Confederação da Mocidade Presbiteriana (CMP) e também secretário geral do Trabalho de Mocidade do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil. Tornou-se um dos mais importantes articuladores do movimento ecumênico no Brasil. Dentro da CEB, fundou o setor de Responsabilidade Social e, por muitos anos, atuou como secretário geral desse departamento (2009, p. 169-170), além de ter sido responsável pela organização da célebre Conferência do Nordeste, Recife (1962). De 1966 a 1968, o sociólogo foi o diretor responsável da *P&T*.

O *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*⁴ aponta que Alceu Amoroso Lima, também conhecido pelo pseudônimo literário Tristão de Ataíde, nasceu no Rio de Janeiro, em 11 de dezembro de 1893. Durante sua vida, passou por diversas mudanças ideológicas que foram desde uma postura existencialista, passando por um período de certo conservadorismo ao se converter ao catolicismo, chegando até a uma postura de maior diálogo com as questões sociais.

Alceu Amoroso Lima dirigiu o Centro Dom Vital⁵ por muitos anos e compareceu como membro da delegação brasileira, no Concílio Vaticano II. Foi influenciado pelas tendências do pensamento católico francês da época, tornando-se fiel às ideias de Jacques Maritain e Pierre Teilhard de Chardin.

Moacyr Felix nasceu no Rio de Janeiro, em 11 de março de 1926. Formou-se em Direito e fez pós-graduação em Estudos de Filosofia e Letras na Universidade de Letras de Paris. De acordo com Ozias Paese Neves (2006, p. 70, nota 238), Felix “dedicou boa parte de sua vida e obra à poesia, seja como escritor, seja como editor e fomentador de uma maior atuação do escritor junto aos problemas sociais de seu país.”

⁴ Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>

⁵ Ainda de acordo com *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, o Centro Dom Vital era o principal núcleo de intelectuais ligados à Igreja Católica. Foi fundado em 1922 por Jackson de Figueiredo e algumas autoridades eclesiásticas. O Centro procurava discutir as doutrinas cristãs, seus princípios e atrair a intelectualidade católica.

Na ementa do ato que concedeu o título de benemérito do estado do Rio de Janeiro “post mortem” ao poeta, demonstra-se que, em 1954 e 1955, ele foi membro do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP). Ainda na década de 1950, foi colaborador do jornal de cultura do Partido Comunista Brasileiro (PCB), *Para todos*, dirigido por Jorge Amado e Oscar Niemeyer.⁶

Felix foi idealizador e membro atuante do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). Em 1965, Moacyr Félix fez parte do conselho de redação e depois foi secretário da famosa *Revista Civilização Brasileira*, editada por Ênio Silveira. Em 1966, tornou-se diretor desta revista. No mesmo ano, foi também um dos idealizadores, junto com Ênio Silveira, da Editora Paz e Terra.

O diálogo entre as igrejas e os homens, independente de instituição, credo, cultura e partido para se encontrarem na defesa dos valores de dignidade e grandeza do ser humano, foi o grande objetivo da revista *P&T*:

[...] necessidade de um amplo diálogo entre homens que são de diferentes orientações, mas que se identificam, e se reúnem, pelo simples fato de serem homens que tentam resolver dentro de uma mesma história os mesmos problemas que afligem ou movimentam a todos. (*P&T*, n.1, 1966, p. 7).

Diante disso, cada um teria “plena liberdade de contribuir, nesta revista, com o pensamento que considerar mais válido para a instauração das ensolaradas respostas do humanismo sobre a brutalidade dos crepúsculos com que nos desafia o nosso tempo.” (*P&T*, n.1, 1966, p.9).

2.2 A Concretização do Projeto Ecumênico: A Revista Paz e Terra

Uma característica muito importante do movimento ecumênico no Brasil foi a sua articulação em organizações que não eram eclesíásticas. Para Dias (2009, p. 24), “o movimento ecumênico brasileiro teve essa característica de ser em muitos casos um movimento de pessoas e não um movimento eclesial.” Para o autor:

[...] não eram instituições eclesiais, mas associações de pessoas que representavam, estas sim, as suas tradições, porém sem serem representantes oficiais destas tradições e mesmo, em alguns casos, até à revelia delas. [...]. A formação de organizações ecumênicas sem vínculos com igrejas – muitas

⁶ Disponível em <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br>

dessas organizações tinham caráter informal - e mesmo assim financiadas por organizações internacionais ecumênicas, criou uma série de possibilidades para a formação de uma nova ação ecumênica no Brasil. (DIAS, p. 231-232).

Diante de tal explicação, entendemos a *P&T* como um lugar em que ocorria o debate sobre o ecumenismo. Seria um lugar que reunia os cristãos, mas não era nenhuma instituição religiosa. Com o decorrer da pesquisa, compreendemos que a revista nada mais era que a concretização de um projeto ecumênico, que mesmo não estando situada dentro de uma instituição religiosa trazia debates sobre a união cristã e os problemas da sociedade moderna. Vale lembrar também que o termo ecumenismo era tão levado a sério que até os não cristãos poderiam colaborar, como foi o caso de alguns marxistas:

Mas mesmo em julho de 1966, apesar da censura e dos expurgos, apareceu a *Revista Paz e Terra*, inspirada em Encíclica de João XXIII, com a participação de cristãos evangélicos, católicos e marxistas. O subtítulo indicava “Ecumenismo e Humanismo: encontro e diálogo”. O clima na Igreja, ao final do Concílio Vaticano II (1962 – 1965), permitia esse exercício. No primeiro número da revista colaboraram, no lado católico, Alceu Amoroso Lima, Pe. Henrique de Lima Vaz, Eduardo Wanderley e o autor deste texto. (Luiz Alberto Gómez de Souza *apud* DIAS, p. 246-247).

P&T foi lançada por Ênio Silveira. Este que, no âmbito do desenvolvimento do mercado editorial no Brasil, foi “responsável por uma contribuição extremamente valiosa em termos de administração, publicidade, produção gráfica, e política editorial, que, no conjunto, foi quase tão importante, em seu tempo, quanto haviam sido as inovações de Monteiro Lobato.” (ROSA, 2004, p. 119, nota n. 2).

Ênio Silveira era comunista e proprietário da Editora Civilização Brasileira, responsável também pela edição da Revista *Civilização Brasileira* – RCB. Michele Rossoni Rosa (2004) explica que o editor “buscou privilegiar para sua empresa, a Editora Civilização Brasileira, o caráter ‘concreto e mobilizador’ da palavra através da divulgação de estudos e idéias que interferissem nas ações políticas de educação e conscientização popular”. (ROSA, p. 119, nota n. 2).

Marcelo Ridenti (2000) considera a RCB a principal revista de esquerda do período, e foi lançada por Ênio Silveira com o objetivo de aglutinar os intelectuais e os artistas de esquerda no movimento de resistência ao regime militar e de elaboração de uma possível revolução brasileira.

A RCB tinha uma tiragem de 20.000 exemplares, o que representava um imenso sucesso editorial. Segundo Ridenti, a revista não sofria influência direta do Partido Comunista, e o seu editor Moacyr Felix e o próprio Ênio Silveira eram os principais responsáveis por sua organização, mas se encaixava no interior da ampla influência que os intelectuais e artistas comunistas exerciam sobre a intelectualidade brasileira, particularmente de esquerda. Para Rosa (2004, p. 119), a RCB “se propunha a servir de núcleo de resistência intelectual, aberta a diversas tendências teóricas, unidas, entretanto, pelo repúdio ao regime político.”

A Revista *Paz e Terra* aparecia no mesmo ano da RCB e dentro da mesma perspectiva, de acordo com Moacyr Felix:

Tivemos que fazer [a revista *Paz e Terra*], porque eles (cristãos de esquerda) queriam ter uma série de idéias deles. A RCB ficou muito marcada como socialista, aberta, mas dentro de uma linha materialista. Nós queríamos mostrar que colaborávamos também com eles, dentro de qualquer linha de humanismo. Lutou pela liberdade, pela humanização da vida, contra a alienação, tem consciência de que este mundo está desumanizado, quer um mundo qualitativamente transformado num mundo melhor? Estamos de acordo, vamos expor suas teorias. (Moacyr Felix *apud* RIDENTI, 2000, p. 134).

De acordo com o depoimento, podemos inferir que a iniciativa em trabalhar com um grupo editorial com vinculações com o PCB era dos cristãos de esquerda, o que certamente produziu relações complexas de articulações e reflexões, como podemos observar ao analisar a presença na revista de variadas concepções cristãs, católicas e não-católicas e mesmo autores e temas marxistas⁷.

A edição de número 305 da Revista *Ultimato* (destinada ao público evangélico em geral), publicada entre os meses de março e abril de 2007, trouxe uma entrevista com o intelectual que foi um dos principais responsáveis pela *P&T*, Waldo César. Na entrevista, ele comenta a dificuldade da concretização de um projeto ecumênico na década de 1960, pois a CEB (Confederação Evangélica Brasileira) estava em decadência pós a instalação do regime militar:

⁷ Entre os anos de 1960 a 1964, o número de leitores em proporção à quantidade de alfabetizados era muito alto. “A esquerda escrevia sem parar. As principais editoras “progressistas” eram a Civilização Brasileira, a Brasiliense e a Fulgor. A Editorial Vitória, do PCB, publicava obras de Lênin, Marx Engels, Mao Tsé-tung, Nikita Krushev, a História do Partido Comunista da União Soviética e manuais do marxismo-leninismo. Mas a parte mais substancial das publicações era feita em revistas”. (NOSSO Século, 1980, p. 49).

Outras portas, no entanto se abriram, então com maior liberdade de ação. Uma delas talvez a mais expressiva, foi a criação da revista Paz e Terra (tiragem bimestral de 10 mil exemplares, 300 páginas), da qual fui diretor responsável desde a fundação em 1966, ao encerramento em 1968, com minha prisão pelos órgãos de segurança e declaração de inocência depois de anos de processo na Justiça Militar. Paz e Terra cultivava o que poderia se chamar “ecumenismo secular”. Seu corpo de redação era formado por protestantes (maioria), católicos e não cristãos, com análises pontuais sobre o Brasil e a realidade internacional, levando-nos a cruzar, por vezes com assombro, essas “paragens não eclesiais” (expressão de Gustavo Gutiérrez). A editora também traduziu e publicou dezenas de livros de teólogos contemporâneos. De toda maneira vivíamos a frustração da igreja que poderia ter sido e que não foi, parodiando o poeta Manuel Bandeira.⁸ (*Ultimato*, n. 305, 2007, p. 52-53).

Um ano depois da criação da Revista *Paz e Terra* foi lançada a editora (que existe até hoje) com o mesmo nome. No site da editora,⁹ aparecem atualmente algumas informações sobre seu histórico, tais como a fundação feita por Enio Silveira, a inspiração pela encíclica papal *Pacem in Terris*, a colaboração de Moacyr Felix e o objetivo de divulgar idéias ecumênicas progressistas. Ainda conforme o site, a editora passou por algumas crises, principalmente, devido à repressão do governo militar.¹⁰

Por *P&T* trazer artigos “revolucionários”, tendo em seu bojo ideais cristãos humanísticos, os temas da revista revestem-se de importância histórico-cultural, fazendo com que optamos pelo estudo neste universo, verificando, através de um trabalho crítico analítico dos ideais propostos nessa revista, como a esquerda cristã brasileira analisava o conjunto desses temas e como dialogava com outros setores da sociedade.

A orientação da revista, expressa em sua apresentação no primeiro número, tem como base o próprio homem, este que vive num mundo onde a tecnologia apresenta condições de uma dominação ampla da natureza, mas mesmo com o pleno desenvolvimento dessas potencialidades, também desnuda a miséria de milhões. Para a *Paz e Terra*, esse homem vive

⁸ Vale aqui um questionamento com relação ao número de protestantes que escreveram na *P&T*. Waldo César na entrevista afirmou ser maioria com relação aos católicos e não cristão (que poderíamos enquadrar alguns marxistas), contudo, diante das informações que temos ao catalogar os artigos e seus respectivos autores, não podemos concordar com o sociólogo. Diante disto, fica aberto mais uma dúvida para outras pesquisas sanarem.

⁹ Disponível em <http://www.pazeterra.com.br>

¹⁰ Desde o início da pesquisa, nos propomos a conseguir mais informações sobre a editora, já que esta surgiu depois da Revista *P&T*. A partir destas informações poderíamos obter mais fontes para nosso estudo. Porém, todas as vezes que tentamos alguma aproximação e devido ao desconhecimento dos funcionários, não conseguimos nenhuma informação satisfatória. Em conversa com alguns professores das Universidades PUC e Metodista do estado de São Paulo, descobrimos que por causa das crises que a editora passou, é possível que as informações tenham se perdido ao longo do tempo. E por ter mudado os donos, os funcionários que atualmente trabalham na editora não estão informados sobre a história, o acervo e as fontes de nossa pesquisa.

um processo de “Libertação de todas suas alienações e contradições [...]. Busca permanente da paz. A Paz no mundo. Paz que una os homens num ecumenismo cujos limites se confundem com a humanidade toda.” (P&T, n.1, 1966, p.3).

2.3 A Revista e sua Organização

Na construção de interpretações sobre o passado, o ofício do historiador exige a utilização de fontes para a edificação da sua narrativa. A fonte histórica se torna precisamente o material através do qual o historiador examina ou analisa as relações humanas no seu tempo, podendo ela preencher a função de ser o próprio fato histórico. Porém, Marc Bloch explica que essa fonte só passa a existir a partir de sua problematização.

Para ajudar na problematização do objeto desta pesquisa, me utilizo dos textos de Tânia Regina de Lucca e Maurice Mouillaud. Neles, percebi algumas dificuldades em trabalhar com periódicos. Ainda aprendi como encontrar respostas plausíveis às minhas dúvidas.

Lucca (2005, p. 140) explica em seu texto que jornais e revistas, por reunirem um conjunto de indivíduos, agregam pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se difundem a partir de uma escrita, “[...] daí a importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para o tema escolhido do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas.” Dessa forma, conforme a mesma autora, o pesquisador “necessita recorrer a outras fontes de informação para dar conta do processo que envolveu a organização, o lançamento e a manutenção do periódico.” (LUCCA, 2005, p. 141).

Nesta perspectiva, a análise da revista *Paz e Terra* realiza-se através de outras fontes, como, por exemplo, de referências bibliográficas, para o entendimento do contexto de sua publicação, da biografia de seus principais formuladores e de documentos como a Encíclica *Pacem in Terris*. Essas fontes ajudam a entender a Revista enquanto um veículo de formação. A verificação dessas fontes levou ao entendimento do que estavam pensando aquelas pessoas que escreveram os artigos da Revista e, ainda, demonstrou quais eram os objetivos de cada discussão inserida na Revista, assim como qual era o processo de seleção do que seria publicado e qual era a política editorial, dentre outros aspectos.

Para Lucca (2005, p. 142), o primeiro passo para se trabalhar com periódicos, como a principal fonte de uma pesquisa, é a localização da fonte e a averiguação de suas condições.

Outro problema, destacado pela autora, “é a obtenção de longas séries completas, o que muitas vezes exige a peregrinação por várias instituições em busca de exemplares.” Com relação a este aspecto, a revista, que apresenta dez números, foi localizada na Biblioteca da USP e seus exemplares foram fotocopiados.

Minha abordagem teórico-metodológica corresponde às sugestões apresentadas por Luca (2005, p. 142), que visam caracterizar o grupo responsável pela publicação, identificar os principais colaboradores, assim como o público a que se destinava e, ainda, analisar todo material de acordo com a problemática escolhida.

Ainda acerca das fontes impressas, importa fazer referência ao texto de Maurice Mouillaud (2002), *A informação ou a parte da sombra*. Com base neste texto, entendo a minha fonte principal a partir do que está atrás da informação, os discursos, havendo, assim, interesses e ideologias escondidas nas entrelinhas dos textos analisados. Dessa forma, o importante, ao trabalhar a *P&T*, é entender a intencionalidade dentro de seus discursos, bem como sua inserção num contexto histórico. Não é papel prioritário do historiador, que trabalha com esse tipo de fonte, saber se as afirmações contidas na Revista são verdadeiras ou não, mas, sim, importa compreender a finalidade do que está escrito. Em outras palavras, fazer a análise crítica frente às fontes.

A maior tarefa do historiador perante esses textos é a de analisá-los de forma crítica, não reproduzindo seus discursos, mas fazendo o trabalho de contextualizá-los, além de entender os interesses de quem os escreveu. Vale ressaltar que não necessariamente interessa, na presente pesquisa, se os discursos são verdadeiros ou não, ou se concordamos ou não com seu ponto de vista.

Em todas as edições de *P&T*, aparece que seu lançamento era feito pela própria Editora Paz e Terra Limitada, no entanto era uma distribuição exclusiva da Editora Civilização Brasileira S.A.

As informações contidas nos diversos fascículos nos mostram que elas eram bimestrais, mas isso não aconteceu de fato, pois temos as seguintes datas de publicação:

P&T nº 1: julho de 1966;

P&T nº 2: setembro de 1966;

P&T nº 3: [não consta data]

P&T nº 4: agosto de 1967;

P&T nº 5: outubro de 1967;

P&T nº 6: abril de 1968;

P&T nº 7: abril de 1968 [sic];

P&T nº 8: setembro de 1968;

P&T nº 9: outubro de 1969;

P&T nº 10: dezembro de 1969.

Como fica visível, não existia regularidade na edição de *P&T*, uma vez que a proposta de ser bimestral apenas foi seguida algumas vezes. Uma hipótese para isso pode estar relacionada à repressão que governo militar impunha à imprensa brasileira, aumentando cada vez mais a censura.

Também podemos perceber que a revista de número 6 e a de número 7 possuem a mesma data de edição. A única resposta para isso seria um erro de grafia.

Por último, temos na análise das datas dessas publicações que a revista de número 8 e a de número 9 possuem uma distância de mais de um ano. Uma possibilidade que surge para o entendimento disto se encontra no Ato Institucional de número 5 que, como dito no capítulo 1, apertou o cerco contra vários setores da sociedade. Devido ao fato da *P&T* possuir um círculo de intelectuais que valorizavam o humanismo e abria portas para os debates marxistas, com certeza ela se identificava como oposição ao governo militar, sofrendo assim as consequências de estar contra uma ditadura.

O diretor responsável pela revistas de 1 a 9 era o presbiteriano Waldo César e o secretário era Moacyr Felix. Somente na revista de número 10 que esse cenário muda, pois Waldo César sai e Moacyr Felix assume seu posto, tendo como redator chefe Fausto Cunha.

Na própria revista de número 9, há uma nota de Waldo César explicando que este seria seu último trabalho como diretor da *P&T*:

Deixo registrado meu reconhecimento a todos aqueles que confiaram e cooperaram com esta proveitosa experiência cultural e ecumênica – tanto os leitores quanto os membros do Conselho de Redação – e faço votos que o debate aberto e honesto entre os homens de boa vontade continue a experiência destes anos. (Waldo Cesar in *P&T*, n. 9, 1969, p. 1).

A editora da revista lastimou a saída de Waldo César, grande líder religioso que ficou à frente da *P&T* por três anos, e explicou que o fato ocorreu devido a circunstâncias particulares. A nota revela também que a revista, mesmo sem um dos seus principais colaboradores, continuaria na mesma perspectiva do debate ecumênico e humanista.¹¹

¹¹ Coloco como autoria a própria *P&T*, pois não aparece nenhuma identificação de autoria.

Lastimando sua ausência, queremos apresentar-lhe de público os protestos sinceros de nosso reconhecimento, certos de que ele, no curso de sua jornada intelectual, será sempre o mesmo batalhador corajoso pela compreensão entre os homens. De nossa parte, garantimos a continuidade dos propósitos que orientam o surgimento desta publicação, convencidos que estamos da necessidade cada vez mais premente do encontro e diálogo de todas as tendências do humanismo contemporâneo. (P&T, n. 9, 1969, p. 1).

Sobre o Conselho de Redação, nos números 1 e 2, observam-se os seguintes nomes: Alceu Amoroso Lima; Frei Pedro Secondi; Edgar de Godoy Mata Machado; Bernardo Catão; João Dias de Araujo; José Honório Rodrigues; Antônio Otávio Cintra; Jovelino Pereira Ramos; Jânio de Freitas; Alfredo Bosi; Francisco Whitacker Ferreira; Maria José Brandão; Maria Helena Kühner; Lucia Ribeiro de Souza Ramos; Luis Alberto Gomes de Souza; Raul Landim Filho; Glauco Soares de Lima; Luiz Eduardo Wanderley; José Paulo Moreira da Fonseca; Padre Francisco Guimarães; Breno Schumann; Jorge César Mota; Esdras Borges Costa, Celso de Sylos.

Vale salientar que, ao longo do período de existência da revista, esse Conselho, no geral, se manteve apenas com uma ou outra alteração. Apenas na última edição consta o Conselho de Redação com nomes totalmente diferentes. (Cf. discussão que será feita posteriormente).

Nas edições de número 1 e 2, verificam-se os correspondentes estrangeiros: Richard Shaull (Estados Unidos); André Dumas (França); Hiber Conteris (Uruguai); Gonzallo Castillo Cárdenas (Colômbia); Hector Borrat (Uruguai). Somente uma pesquisa específica sobre *P&T* pode nos responder qual a função e a influência desse pessoal. A pesquisa nos revelou que vários deles escreveram artigos na revista.

As cinco primeiras edições de *P&T* apresentam como lema “Ecumenismo e humanismo: encontro e diálogo”, mas somente as revistas 2, 3, 4 e 5 trazem um tópico que trata sobre movimento ecumênico. A revista de número 1 não apresenta um tópico específico para o assunto, mas ele se encontra em quase todos seus artigos. O mesmo vale para as revistas de número 6 até a de número 10, que trazem temas específicos (cristianismo em questão; violência e não violência; homem, ciência e tecnologia; educação em debate e fascismo), contudo abordam a união das igrejas ou mesmo o humanismo em quase todos os seus artigos.

A maior parte das revistas *P&T* se divide da seguinte maneira: *tema principal*; *temas vários*, *documentário* e *perspectiva sobre o mundo dos livros*. Todavia, cada fascículo tinha suas particularidades nessa divisão.

Os *temas principais* eram escolhidos conforme as discussões que estavam em pauta, como, por exemplo, a edição de número 9, “educação em debate”. A revista deixou um grande espaço para as discussões, como o papel da educação na sociedade brasileira, a função da universidade, entre outros.

Os *temas vários* estavam sempre ligados a temáticas como a humanização e ao ecumenismo. Contudo, em algumas revistas, como no caso da de número 7, “violência e não-violência”, só apareceu o tema principal.

Os *documentários* registravam os acontecimentos mais marcantes e os documentos da atualidade, como as “Três cartas abertas sobre o Vietname” e o “Discurso do Papa Paulo VI na ONU.”

A *perspectiva sobre o mundo dos livros* era nada mais que alguns comentários, algumas indicações de livros sempre relacionados ou ao ecumenismo, ou algum tema marxista ou ao humanismo. Percebemos que grande parte desses livros era editada pela própria Editora Paz e Terra, ou pela Editora Civilização Brasileira.

Importa lembrar que a revista pode ser considerada como um periódico de *formação* e não de *informação*. Isto porque, *P&T* pretendia, além de fazer a discussão sobre temas relacionados à religiosidade e à política, também queria formar certos valores cristãos humanísticos, de ajuda ao próximo, caridade e solidariedade.

No interior do periódico, ainda, aparecem várias imagens que aumentam a possibilidade de entender do que a esquerda cristã se utilizava, naquele momento, para mostrar seus posicionamentos. Imagens estas que são carregadas de ideologias, que exprimem suas lutas e crenças, e que nos ajudam a entender melhor sua representação de mundo. Percebemos, a partir de uma simples análise dessas imagens, a orientação de esquerda de toda *P&T*.

Tais imagens são compostas por várias propagandas de livros que a editora Paz e Terra ou que a Editora Civilização Brasileira publicavam. Exemplo disso são os livros relacionados à oposição à guerra do Vietnã. Livros semelhantes a esse nos fazem entender o quanto a revista deixava exposto seu posicionamento perante valores humanísticos de procura por um mundo melhor.

Aparecem também várias propagandas de livros relacionados ao marxismo aliado a Cristo ou mesmo temas relacionados ao movimento comunista. Percebemos, desta forma, que o ecumenismo está presente até nos anúncios da *P&T*, pois a presença de autores do materialismo histórico mostra o caráter de diálogo e união entre pessoas com os mesmos

ideais. Assim, é necessário entender o que está atrás dessas imagens, pois as propagandas revelam os interesses e as ideologias da revista.

Vale ressaltar o que Francisco Falcon (2002, p. 86) aponta sobre as propagandas. Para ele, quando se trabalha com a linguagem dos discursos do poder ou com a propaganda, deve-se observar que ambas buscam “manipular ou criar hábitos, atitudes, comportamentos e ideais coletivos no seio de determinada audiência ou público receptor.

Como qualquer outra fonte, essas imagens precisam ser interpretadas considerando sua historicidade. (Cf. KOSSOY, 2001). Por isso, a primeira ressalva ao trabalhar com elas é não utilizá-las apenas como ilustração, desvinculadas de um contexto político, religioso e social.

A análise dessas propagandas poderia enriquecer o presente trabalho, uma vez que ajudaria a entender o projeto ideológico do grupo que compunha a revista. Contudo, pensamos que só o estudo destas imagens exigiria outra dissertação, e por esse motivo deixamos de efetuar aqui tal análise.

2.4 A Encíclica *Pacem in Terris*

Por mais que grande parte da literatura afirme que o movimento ecumênico dentro do campo católico tenha se fortalecido pós Concílio Vaticano II, não podemos esquecer da Encíclica *Pacem in Terris*, pois se trata de um dos documentos em que se verifica o ecumenismo se fazendo parte do debate dentro da Igreja Católica. A Encíclica foi publicada no dia 11 de abril de 1963. Ela estava diretamente ligada à Doutrina Social da Igreja Católica e influenciou os debates dentro do Vaticano II.

De acordo com o depoimento de Luiz Alberto Gomes de Souza, que aparece no livro de Agemir de Carvalho Dias, “em julho de 1966, apesar da censura e dos expurgos, apareceu a *Revista Paz e Terra*, inspirada em Encíclica de João XXIII.” (2009, p. 246). Assim, podemos concluir que a Encíclica *Pacem in Terris* serviu como fundamento ideológico da sua publicação da *P&T*.

O que pode ser questionado com relação à influência ou não da Encíclica no nome da revista diz respeito ao termo *in* que significa *na*, tem-se a tradução da Encíclica como *Paz na Terra*, se diferenciando do nome da revista *Paz e Terra*.

A primeira expressão pode ser entendida levando em consideração seu contexto histórico e político de Guerra Fria. O papa João XXIII, diante da possibilidade de uma terceira Guerra Mundial, fez um pedido de paz para toda sociedade.

A expressão *Paz e Terra* torna-se mais ampla devido à conjunção *e*. Esta adiciona ao desejo da paz mundial a terra. Desta forma, diante da proposta de humanismo e de um diálogo com o marxismo, podemos entender a palavra *terra* como sinônimo de reforma agrária, ou qualquer tipo de divisão de terra enquanto justiça social.

Diante de tal diferença, é válido o que se ouve sobre as semelhanças entre a proposta da revista *P&T* e a da Encíclica *Pacem in Terris*.

Logo de início, observamos o que vem escrito após o nome da Encíclica: “A paz de todos os povos na base da verdade, justiça caridade e liberdade”, o que pode ser interpretado como um pedido de paz feito a todas as pessoas, independente da religião, isto é, seria uma paz ecumênica. Da mesma forma aparece na introdução “a paz na terra, anseio profundo de todos os homens de todos os tempos, não se pode estabelecer nem consolidar senão no pleno respeito da ordem instituída por Deus.”¹²

Pacem in Terris está dividida em 5 partes. A última corresponde às diretrizes pastorais. Neste momento na encíclica, é destacado melhor o seu aspecto ecumênico, pois João XXIII aconselha “a todos os homens de boa vontade” a se incumbir da “imensa tarefa de restaurar as relações de convivência humana”. Desta maneira, dentro de “todos os homens de boa vontade” estão os católicos e não-católicos, cristãos e não-cristãos.

Outro item que deve ser ressaltado na *Pacem in Terris* é mais explícito em sua abordagem ecumênica e se denomina: “Relações dos católicos com os não-católicos no campo econômico-social político.” João XXIII pede a colaboração dos católicos com outros cristãos e também com os não-cristãos, podendo fazer parte desses, os marxistas, comunistas e etc. O que interessa, no primeiro momento, se relaciona ao bem comum, a paz:

156. As linhas doutrinárias aqui traçadas brotam da própria natureza das coisas e, às mais das vezes, pertencem à esfera do direito natural. A aplicação delas oferece, por conseguinte, aos católicos vasto campo de colaboração tanto com cristãos separados desta sé apostólica, como com pessoas sem nenhuma fé cristã, nas quais, no entanto, está presente a luz da razão e operante a honradez natural. ‘Em tais circunstâncias, procedam com atenção os católicos, de modo a serem coerentes consigo mesmos e não descerem a compromissos em matéria de religião e de moral. Mas, ao mesmo tempo, mostrem espírito de compreensão desinteresse e disposição a colaborar lealmente na consecução de objetivos bons por natureza, ou que, pelo menos, se possam encaminhar para o bem’.

¹² Neste trabalho, todas as citações desta Encíclica referem-se ao texto que aparece no site oficial do Vaticano, na versão em português, disponível em <http://www.vatican.va>

O diálogo é algo que fica perceptível nas palavras do papa, porém não devemos esquecer que a fé católica é vista como a única verdade. Percebemos, assim, certo limite ao lado progressista da encíclica. Este discurso é justificado por ser proferido pelo líder da Igreja Católica Apostólica Romana:

157. Não se deverá jamais confundir o erro com a pessoa que erra, embora se trate de erro ou inadequado conhecimento em matéria religiosa ou moral. A pessoa que erra não deixa de ser uma pessoa, nem perde nunca a dignidade do ser humano, e portanto sempre merece estima. Ademais, nunca se extingue na pessoa humana a capacidade natural de abandonar o erro e abrir-se ao conhecimento da verdade. Nem lhe faltam nunca neste intuito os auxílios da divina Providência. Quem, num certo momento de sua vida, se encontre privado da luz da fé ou tenha aderido a opiniões errôneas, pode, depois de iluminado pela divina luz, abraçar a verdade. Os encontros em vários setores de ordem temporal entre católicos e pessoas que não têm fé em Cristo ou têm-na de modo errôneo, podem ser para estes ocasião ou estímulo para chegarem à verdade.

Mesmo explicando a fé católica como a única verdade, tem-se na encíclica várias menções à responsabilidade de todas as pessoas em construir a paz, a partir de valores como justiça e amor, usando como fio condutor o diálogo. Observamos que isso vai ao encontro do grande objetivo da Revista *P&T*.

162. A todos os homens de boa vontade incumbe a imensa tarefa de restaurar as relações de convivência humana na base da verdade, justiça, amor e liberdade: as relações das pessoas entre si, as relações das pessoas com as suas respectivas comunidades políticas, e as dessas comunidades entre si, bem como o relacionamento de pessoas, famílias, organismos intermédios e comunidades políticas com a comunidade mundial. Tarefa nobilíssima, qual a de realizar verdadeira paz, segundo a ordem estabelecida por Deus.

2.5 Os Textos de Apresentação de Cada Fascículo

Uma das principais questões para entender o objetivo da *P&T* refere-se aos textos inseridos no início de cada fascículo a título de apresentação de seu conteúdo ou da orientação da revista. Alguns destes textos eram assinados e outros não, o que deixa subentendido que estes últimos eram de responsabilidade da direção da revista. Cada edição de *P&T* também nos ajuda a compreender o caminho trilhado pelos cristãos que estavam à frente do periódico.

Para este capítulo, as apresentações das revistas serão discutidas, a fim de entender o propósito de cada edição. Isso porque cada número abordava um tema específico.

A apresentação da revista de número 1 foi dividida entre uma nota da direção e um pensamento de Moacyr Felix sobre o significado da expressão *Paz e Terra*. A direção se utiliza da nota para mostrar quais as intenções e objetivos do periódico. Assim, aparece na discussão a temática sobre a natureza humana. Percebemos, desde as primeiras páginas, um discurso de tom marxista de libertação deste homem, mas a direção explica que a ênfase da revista consistirá no latino-americano, em especial ao brasileiro. O objetivo que une as pessoas que participaram da *P&T* estava na “confiança nesse homem.” (*P&T*, 1966, n. 1, p. 4). Fica explícito o caráter ecumênico da revista, quando ela se mostra como um lugar de união e de diálogo entre as pessoas que compartilham dos mesmos ideais, independente de qualquer outra diferença:

Paz e Terra é o campo onde os humanismos, as igrejas e os diálogos dos homens de boa-vontade superam as diferenças de estrutura e instituição, raça credo, cultura e partido, para se encontrarem no reconhecimento da necessidade de defender e promover os valores que se ligam à dignidade e a grandeza da vocação do homem. (*P&T*, 1966, n.1, p. 4).

Ainda na Revista de número 1, o poeta Moacyr Felix reflete sobre o sentido no nome da revista. Importa destacar que o tom marxista estava fortemente presente, o que não causa nenhum estranhamento, uma vez que Felix fazia parte do Partido Comunista:

Boa vontade, portanto, não se identifica com a maciez dos sofás em que se deita a *conscience malheureuse* dos conservadores, ou seja, dos que sabem que apenas eles lucram deixando as coisas como estão, para derrubar sobre as dores do tempo as suas secas ou acidas definições de moral ou de justiça, de equilíbrio e de bom senso. Definições como essas que vemos por aí, impingidas por dois vinténs em qualquer manual do tipo “como ser bom moço” (leia-se: bom consumidor), ou “como vencer na vida” (leia-se: como explorar o próximo, objetivando-se ao objetivá-lo), ou “como o bom partidário não deve duvidar” (leia-se: como se tornar cúmplice numa alienação de poder). (Moacyr Felix in *P&T*, nº1, 1966, p. 6).

Felix chama atenção para todos de boa vontade a escrever na revista, e logo faz a crítica aos que detém o poder e permitem injustiças e desigualdades sociais. Convoca, desta forma, as pessoas com objetivos em comum, de lutar por mundo melhor para um amplo diálogo:

Impossível, como conseqüência imediata dessas reflexões, não admitir a necessidade de um diálogo, de um amplo diálogo entre homens que são de diferentes orientações, mas que se identificam, e se reúnem, pelo simples fato de serem homens que tentam resolver dentro de uma mesma História os

mesmos problemas que afligem ou movimentam a todos. (Moacyr Felix in P&T, nº1, 1966, p. 7).

Dentro desta perspectiva, o poeta demonstra que o meio para alcançar esta união está no humanismo. Pois independente da religião, ou crença, o ser humano e suas necessidades aparecem em primeiro lugar.

Encontro e diálogo – eis o alvo que pode ser atingido, que deve ser atingido, dentro das linhas de um humanismo que cresce a partir de raízes filosóficas ou religiosas diversas, mas que encontra na melhor altura do tempo, como um seu fruto geral a transformar-se em alimento e vida, aquele denominador comum que a todos vem co-movendo através dos séculos, aquele ponto a que todos chegam por caminhos diferentes, e em torno do qual todos se unem: a confiança no homem. (Moacyr Felix in P&T, nº1, 1966, p. 7-8).

Tendo em vista as discussões do humanismo, é possível afirmar que qualquer pessoa poderia escrever na *P&T*, mesmo que o debate ecumênico não aparecesse:

Assim é que achamos que, no respeito recíproco, cada um deverá ter a plena liberdade de contribuir, nesta revista, com o pensamento que considerar mais válido para a instauração das ensolaradas respostas do humanismo sobre a brutalidade dos crepúsculos com que nos desafia o nosso tempo. (Moacyr Felix in P&T, nº1, 1966, p. 9).

A revista de número 2 apresenta-se no mesmo sentido da anterior, em que o diálogo, o ecumenismo, o humanismo e o encontro serviriam “como necessidades e caminhos urgentes para todos os homens de boa vontade” (P&T, nº2, 1966, p. 3). Nesta parte da apresentação, intitulada como Introdução, os editores deixaram explícito que a orientação a que se propuseram seria no sentido de “oferecer elementos para a reflexão, estudo e debate que leve ao engajamento concreto, procurando estar tão intimamente enraizada no processo brasileiro quanto na situação universal”. (P&T, nº2, 1966, p. 3).

Mesmo que nem todas as revistas tenham sido editadas na mesma forma, elas apareciam divididas de forma semelhante. Sobre esta divisão, a revista explica que

Ao lado de um tema central, algumas idéias e assuntos aparecerão constantemente. Diálogo, que é a marca e a feição da revista: Igreja, um ponto de referência e de partida para a humanização e o próprio dialogo, tanto do lado católico-romano (Concílio Vaticano II), como protestante (Conselho Mundial das Igrejas), Temas do momento, apresentando algum trabalho cultural do momento ou abrindo sugestões para novas preocupações; Documentário, onde se registrarão acontecimentos e documentos da atualidade; e “Perspectiva sobre o mundo dos livros”

(Bibliografia), com algumas indicações de livros considerados de interesse. (P&T, n. 2, 1966, p. 3).

Percebemos que quando o assunto igreja é tratado neste trecho, os dois marcos levados em consideração são o Concílio Vaticano II e o Conselho Mundial de Igrejas. Tanto um, como o outro, foi responsável pelo diálogo e união entre os cristãos.

A discussão sobre o significado e sentido da expressão Paz e Terra foi feito neste segundo fascículo pelo frei Eliseu Lopes. Neste ele explica que a paz não admite fronteiras, e devido ao fato da palavra “católica” significar universal, a paz deve ser compreendida como católica. Contudo, não sabemos o que esse jogo de palavras pode ter causado do lado protestante, mas Lopes fundamenta bem seu discurso mostrando que a Igreja precisa exercer uma de suas maiores funções, a de estar unida. O movimento ecumênico aparece, desta forma, como algo que não precisaria nem estar em discussão, pois a união entre todos já deveria estar no seio desta Igreja.

É estranho sentir o impacto que tem sido o fenômeno do Ecumenismo. Ora, a Igreja, sendo universal, é ecumênica por sua própria natureza. Não se trata de criar instrumentos para cumprir sua missão: trata-se de ser ela mesma, de ser conseqüente com o que se pensa de si. O movimento ecumênico não pode reduzir-se a um mover de braços, mas antes deve ser um palpitar de coração. E se a igreja de Cristo é universal, seu sangue há de banhar o universo todo, sem discriminações. (Eliseu Lopes in P&T, n. 2, 1966, p. 7).

Também fica explícita nas palavras de Lopes uma crítica tanto para os católicos que não praticam o humanismo, quanto para a divisão dentro da própria Igreja. Pois o Frei desejava a união de todos para a formação da Igreja de Cristo:

[...] Católicos verdadeiros são aqueles que imprimem à sua ação e à sua prece um timbre de universalidade, que inspire um verdadeiro humanismo, um profundo e leal respeito à pessoa humana. Nesse sentido, trabalharão incansavelmente pela construção não de ‘sua’ IGREJA (‘sua’ enquanto vista partidariamente), mas da IGREJA DE CRISTO UNA, da unidade universal da Igreja, lutando contra a divisão da Igreja em unidades que se chocam e se competem entre si. (Eliseu Lopes in P&T, n. 2, 1966, p. 7).

A partir da edição de número 3, *P&T* passou a ter temas mais específicos já tratados nas apresentações. O tema do ecumenismo continuou sendo trabalhado, mas dentro de outras discussões ou na seção *Igreja e Diálogo*.

O tema escolhido para a terceira revista foi a Juventude. A Justificativa para o tema estava no envolvimento e na participação dos jovens “nos problemas contemporâneos, de

ordem prática ou teórica, que alcançaram tal nível de expressão, que não é mais possível desprezar a sua contribuição ou simplesmente reprimi-la.” (P&T, n.3, 1967, p. 3).

Compreendemos que a escolha desta temática aconteceu em decorrência do grande destaque da juventude naquele contexto, pois os movimentos de contra cultura, que questionavam o sistema, estavam sendo liderados pelos jovens. Na política, os jovens se envolviam opinando contra as guerras e mostrando sua insatisfação com as formas de governo. *P&T* retratou na apresentação a juventude norte-americana como a vanguarda na luta dos jovens por uma sociedade melhor:

Procuramos, portanto, levar a sério a sadia e desafiante insatisfação da juventude frente a problemas como a guerra, o neo-colonialismo, os regimes de opressão e a fome. [...] De fato, a sociedade norte-americana contemporânea apresenta uma vanguarda jovem que está colocando novas alternativas ao próprio governo dos Estados Unidos, não propriamente como um grupo de pressão, mas ainda como grupo de expressão manifestando-se, especialmente, quanto à política externa do país. (P&T, n. 3, 1967, p. 3).

A luta dos jovens se tornou tão significativa na década de 1960 que seu engajamento na política foi de fundamental importância dentro dos movimentos sociais mais organizados. Tem-se, assim, uma preocupação de setores da Igreja com esses jovens, por isso a grande participação da juventude nos movimentos leigos dentro das igrejas, tanto nas católicas quanto nas protestantes. Sobre isso, a revista escreveu:

Esta nova e sintomática dimensão do *engajamento* dos jovens em aspectos políticos da sociedade, com sua inevitável implicação internacional, não podia deixar de envolver a Igreja, os movimentos cristãos e ecumênicos da atualidade, porque afinal, qualquer manifestação de renovação ou de relevância da Igreja na transição presente só pode vir através da aproximação com a situação humana concreta. Isto significa que a prática da fé cristã não pode mais ser apenas artigo de domingo, mas é envolvimento e compromisso cotidiano com o sofrimento humano. (P&T, n. 3, 1967, p. 4).

Ainda nesta apresentação, os editores salientaram que junto aos jovens no processo de mudança, deveria aparecer o intelectual, explicando que este não poderia se omitir, assim como as organizações políticas partidárias que pretendiam participar do processo de mudança social na América Latina e no Brasil. (cf. p. 4).

A reflexão sobre o sentido de Paz e Terra foi feita na apresentação deste número 3 pelo pastor da igreja Presbiteriana Jovelino Pereira Ramos. O pastor retratou a desigualdade social brasileira através das palavras de João Cabral de Melo Neto no livro *Morte e vida*

Severina, “de velhice antes dos trinta; emboscada antes dos vinte e de fome ... um pouco por dia.” Com essas palavras demonstra que a verdadeira paz não é alcançada numa sociedade que vive na miséria e na injustiça:

Não é justo que uma pequena minoria tenha todos os privilégios e direitos na vida, enquanto a maior parte dos homens carrega nas costas a morte severina, [...] Não há tranquilidade que possa justificar o império da fome, do analfabetismo, da mortalidade dos inocentes e da exploração desumana do semelhante. Numa situação assim pode até haver calma e ordem. É a calmaria da iniquidade e a ordem da opressão. É contra o hábito de confundir distorções desse tipo com a vontade de Deus que o profeta Jeremias repta os que proclamam ‘paz, paz’, quando não há paz. (Ramos in P&T, n. 3, 1967, p. 6).

Ramos tece uma crítica acirrada aos que entendem e promovem a paz como sinônimo de calmaria e ordem. Mostra, desta maneira, seu posicionamento contra o governo ditatorial imposto no Brasil desde 1964. Ele é mais explícito ainda quando fala que Jesus Cristo seria visto como subversivo em sua tentativa de promover a paz:

A paz evangélica é um grito de guerra contra espécie de tranquilidade do status quo sacralizado pelo poder dos poucos. [...] E é o caso de se perguntar: que aconteceria a Jesus de Nazaré se aparecesse hoje, pregando a paz do Reino de Deus? Não resta a menor dúvida de que seria logo enquadrado em alguma lei de segurança. No mínimo seria acusado por algum IPM de subverter a ordem da ‘sociedade cristã’. Desafiar a paz dos donos da ‘nossa’ terra é arriscado e perigoso. Que o diga uma vocação profética como a do D. Helder Câmara. No entanto é um imperativo da fé cristã a coragem de denunciar e de desafiar a iníqua segurança dos poderosos. (Ramos in P&T, n. 3, 1967, p. 6).

Para o pastor, a busca por um mundo melhor era a única forma de se lutar pela paz, mas, diante de um contexto de regime militar, qualquer pessoa que se arriscasse nesta batalha se tornaria uma ameaça ao governo ditatorial.

A revista de número 4 teve como tema central a América Latina, porém na sua apresentação não é exposta nenhuma discussão específica sobre tal, mas apresentou o pensamento do Frei Pedro Secondi sobre Paz e Terra. Secondi entendia, assim como Jovelino Pereira Ramos, que se alcançada a paz somente através da justiça.

O frei expôs também crítica ao governo quando escreveu “não chamem desordem ou subversão ao grito dos corações feridos pela injustiça que lhes não reconhece o direito a convivência digna e tranqüila na comunidade dos homens e dos povos.” (P&T, nº4, 1967, p.

6). O que pode ser inferido através da análise desta revista, assim como da anterior, são as duras críticas à ditadura brasileira.

A revista de número 5 exprimiu o tema sexualidade. Sua apresentação seguiu o mesmo caminho da quarta edição, pois nenhuma discussão foi feita sobre este assunto, mas apenas uma reflexão sobre a Paz e Terra, escrita desta vez pelo historiador José Honório Rodrigues.

Para o historiador, as palavras Paz e Terra remetem a João XXIII e sua Carta Encíclica. Ele explica que da *Pacem in Terris* se colheu muitos frutos espirituais e sociais.

Rodrigues é enfático quando explica que as duas palavras precisariam ser refletidas, pois não era somente a paz que precisaria ser pensada, mas a posse da terra. Remetendo-se à história, o autor fez um debate sobre a distribuição de terra feita no Brasil e mostrou que desde o começo da formação da sociedade brasileira a posse da terra foi distribuída a poucos, deixando a maior parte da população sem acesso a esse bem.

Usando a mesma linha de raciocínio de outros autores aqui abordados, Rodrigues entendia que a paz só “é conquistada e só merece existir quando a justiça, a liberdade, a dignidade humana são respeitadas” (José Honório Rodrigues in *P&T*, nº5, 1967, p.8), objetivos estabelecidos por João XXIII na *Pacem In Terris*.

Na apresentação da revista de número 6, voltou-se a ser abordada a discussão sobre o tema central da revista, desta vez o Cristianismo em Questão. Os editores da *P&T*, logo de início, fizeram a crítica sobre as divergências entre os próprios cristãos e demonstraram que a própria mensagem do cristianismo poderia possibilitar a construção de uma sociedade mais humana.

A proposta desta edição não era oferecer “uma análise definitiva do problema da participação da igreja na realidade humana e social, mas encaminhar algumas pistas [...] fundamentais.” (*P&T*, n. 6, 1968, p. 3). Assim, a revista abriu o debate para a situação das igrejas na época, como também sobre suas relações com o Estado e com as ditaduras militares instaladas em quase toda América Latina, assim como sua participação frente à situação de miséria de grande parte da população:

E se bem que a Paz e Terra tenha praticamente se dedicado desde o início a esta tarefa (inclusive com relação aos livros que ela edita), este número especifica determinados problemas da crescente tensão que se manifesta entre a Igreja e o Estado, o transcendente e o imanente, o fundo da fé e o da religião, a crença irresponsável e o ateísmo honesto. De que forma se manifesta ontologicamente a linguagem, expressão da encarnação de Cristo para cada tempo e lugar da Terra? Que perspectivas que abrem para o cristianismo na América Latina? Qual o resultado e a profundidade das tensões diárias entre o atual governo brasileiro e a Igreja no Brasil?

Católicos, protestantes e marxistas, como expressões do pensamento contemporâneo, analisam este e outros aspectos do cristianismo e seu papel na sociedade. (P&T, n. 6, 1968, p. 3).

O tema da sétima edição era *Violência – Não Violência*, visto como um dos problemas mais críticos que a sociedade da década de 1960 vivia. Este tema foi pensado “diante do quadro crescente de crise social e de impaciência,” no qual “a opção pelas formas violentas e a repressão correspondente, aumentaram em todas as partes do mundo”. (P&T, n. 7, 1968, p. 4).

Percebemos que esta edição de *P&T* se relaciona aos vários tipos de violência na qual a sociedade da época estava sujeita. Isso significa dizer que a sociedade passava por um período de violência perante a Guerra Fria, além de que grande parte dos países latino-americanos estavam sujeitos a regimes ditatoriais quem implantavam a tortura.

A revista enfatizou em seus artigos a violência como forma de se conseguir a revolução. Isso se remete à opção de várias pessoas pela guerra de guerrilha. Nesta edição, alguns artigos mostraram-se a favor, porém muitos se expressaram contra, conforme as palavras da própria revista:

Sobre esse quadro, com o objetivo de levantar as implicações éticas e sociais do fenômeno da violência, publicamos uma série de artigos de teólogos católicos e protestantes e de intelectuais não religiosos. Alguns não vêem outra alternativa senão a violência como instrumento para mudar as estruturas atuais; outras, vêem na atitude praticada por Gandhi (cujo pensamento resumimos no documentário), o caminho para a paz, uma forma radical de coação ética, um elemento superior de julgamento na opção violência- não- violência. (P&T, n. 7, 1968, p. 4).

P&T incitava a leitura de seus artigos, para que a partir deles o leitor se posicionasse a respeito dos resultados da escolha da violência ou não, para a tentativa da revolução. Para a revista, entre as várias áreas nas quais havia necessidade de um diálogo franco e aberto, o tema da violência era um dos mais urgentes:

Com esta finalidade julgamos oferecer contribuição indispensável a todos quantos se sentem responsáveis pela hora presente, certos de que só a justiça – e não a pura repressão ou acomodação fácil – oferecerá as bases para uma sociedade na qual a violência não seja opção. (P&T, n. 7, 1968, p. 4).

Ainda de acordo com o exposto na apresentação da revista de número 7, os debates levantados, desde a sua primeira edição, foram escolhidos em função de situações ou de

assuntos cuja discussão se tornou universal, por isso contou com a contribuição de várias pessoas de diversas áreas do conhecimento que se enquadravam com os objetivos da revista:

O ritmo dos acontecimentos não permite que se acompanhem ou documentem todos os temas importantes e urgentes de nossa época. De qualquer maneira, a seleção feita até aqui se relaciona com aspectos permanentes da situação e da realidade humana [...] Paz e Terra se propõe a fornecer elementos para a reflexão de todos aqueles que se preocupam pela solução das crises nas quais estamos envolvidos e pelo futuro da sociedade. Isto nos tem levado a percorrer várias áreas do pensamento e a publicar as diversas contribuições – desde que honestas e sérias – sobre os temas escolhidos. (P&T, n. 7, 1968, p. 3- 4).

A revista de número 8 apareceu com a temática *Ciência e Tecnologia*. Em sua apresentação, *P&T* teve a intenção de levar aos seus leitores alguns dos temas “mais cruciais do drama deste desencontro entre a maravilha da técnica moderna e a crônica feiúra de uma terra gravemente efêmera.” (P&T, nº 8, 1968, p. 4). Assim, o questionamento era a aplicação do desenvolvimento da ciência e a rapidez da tecnologia em prol de uma melhoria na sociedade.

Talvez a maior e mais nova tensão – que diariamente rói e consome o nosso íntimo e a nossa consciência – seja criada pelas ilimitadas potencialidades da ciência e a nossa incapacidade de vivê-la integralmente e de aplicá-la para o benefício de toda humanidade. (P&T, n. 8, 1968, p. 4).

No campo brasileiro, o tema ciência e tecnologia também seria abordado e analisado por especialistas, “todos eles preocupados com o destino e os objetivos da tecnologia e, sobretudo com os novos dados que ela veio a fornecer na relação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos”. (P&T, n. 8, 1968, p. 4).

Seus artigos estavam sempre relacionados à tecnologia e à humanização, principalmente, no que se refere aos potenciais benefícios aos países mais pobres. Para *P&T*, esta relação aprofundaria as tarefas e responsabilidades de todos que se interessassem pelo futuro da humanidade. (cf. p. 4). Nesse sentido, a ciência e a tecnologia deveriam ter o objetivo de “justiça que superasse as mesquinhas da hora presente e nos levasse ao humilde reconhecimento comum de que somos todos irmãos na mesma jornada”. (P&T, n. 8, 1968, p. 4).

O tema da nona revista foi *Educação*. Este debate estava acalorado devido ao contexto de luta estudantil por melhorias nas condições de ensino e, também, pela grande discussão sobre a reforma universitária.

Assistimos hoje, no campo da educação, a um amplo movimento de revisões e reformas. Sejam quais forem as motivações das tentativas de mudanças de sistemas e de métodos educativos esse movimento é de âmbito universal, e todas as correntes de pensamentos delas participam. Governos, professores e estudantes, pesquisadores e pais, todos se empenham e se manifestam frente às necessidades de novos experimentos pedagógicos e estruturais que – fundamentalmente – realizem melhor a integração da vida no mundo da ciência e da técnica. (P&T, n. 9, 1969, p. 3).

Os editores da revista explicaram a dificuldade de selecionar o material existente sobre esse assunto, pois a todo o momento a imprensa da época publicava vários projetos e sugestões, assim como pessoas mais especializadas no assunto discutiam a respeito. Por isso, P&T preferiu ficar no campo mais amplo da educação, ao invés de se dedicar à discussão desses projetos. A revista apresentou ao leitor “várias contribuições de especialistas de diferentes partes do mundo, assim como estudos sobre a educação no Brasil.” (P&T, n. 9, 1969, p. 4).

Por último, a revista número 10 discutiu o *Fascismo em Portugal*. Moacyr Felix, mais uma vez, foi o responsável pela apresentação da revista. Explicou que a história das quatro décadas de ditadura em Portugal ainda estaria por se escrever, mas seria

[...] importante proceder a um levantamento amplo que permitiria ao leitor brasileiro formar uma idéia mais aprofundada e exata da época de Salazar, das transformações estruturais operadas na sociedade portuguesa durante esse período e da sua significação histórica. Não é outro o objetivo deste caderno especial da Revista Paz e Terra. (P&T, n. 10, 1969, p. 4).

Vale notar também que este fascículo é qualificado por Felix como um “caderno especial.” Isso reforça a ideia de que esse número 10 – devido à repressão – não era, propriamente, a “velha revista de sempre”, preocupada e tentando intervir nos temas brasileiros e latino-americanos, o que nos faz pensar que *P&T* estava ali apenas tentando sobreviver.

Felix explicou ainda que a revista se dividia em duas partes. A primeira reunia seis sínteses de conferências e debates realizados por pessoas antifascistas, no âmbito do Curso de Introdução à Ciência Política, promovido pela PUC de São Paulo, em setembro de 1968.

A segunda parte era documental e serviu como complemento necessário da primeira. Os documentos confirmavam o que se depreendia “das análises dos aspectos fundamentais da conjuntura portuguesa, tal como ela evoluía há nove meses.” (Moacyr Felix in P&T, n. 10, 1969, p. 4).

Mesmo com a “morte política de Salazar”, existia a tentativa de implantação do Salazarismo sem Salazar. Assim, *P&T* deixou um espaço para mostrar alguns documentos, no final da revista, que comprovavam isso. Dessa forma, tinha “o mérito de chamar a atenção para a verdade bastante esquecida: um sistema político não pode ser confundido com um homem. Em Portugal, o fascismo sobreviveu ao seu criador”. (Moacyr Felix in *P&T*, n. 10, 1969, p. 4- 5).

Felix explica que os brasileiros não poderiam ficar indiferentes aos terríveis sofrimentos daqueles que também falam a língua portuguesa e que contribuíram culturalmente com nosso país.

P&T mostrou a importância dos intelectuais frente aos problemas das ex colônias portuguesas, uma vez que eles teriam nas mãos a responsabilidade de encaminhar essa população mais sofrida a melhores condições de vida,

A intelligentsia portuguesa mostra-se dia a dia mais solidária com as reivindicações de Angola, de Moçambique e da Guiné. [...] Na África de hoje, onde chegam os livros brasileiros, consola-nos a certeza, como intelectuais humanistas que somos, de que milhares de crianças e jovens da Guiné ou de Angola neles estarão aprendendo a escrever a pensar na língua em que, em quinhentos anos, o colonialismo português não soube e não quis ensinar-lhes a possibilidade e o conhecimento e o exercício das exigências éticas que dignificam a vida. (Moacyr Felix in *P&T*, n. 10, 1969, p. 7).

P&T fecha a apresentação de sua última edição, se posicionando “a favor de todos os povos que lutam por sua independência e, portanto, contra quaisquer forma de colonialismo ou de opressão política e econômica com que alguns Estados mantêm ou tentam manter, ainda hoje, nações a eles subjugadas”. (Moacyr Felix in *P&T*, n. 10, 1969, p. 7).

Interessa perceber no tema deste último número de *P&T* é que, devido à repressão do governo ditatorial, os editores da Revista não poderiam falar da repressão brasileira, utilizando, desta forma, o exemplo de Portugal para fazer a crítica a qualquer forma de governo imposto e mantido com violência.

As pessoas que escrevem ou participam da revista de número 10 não eram as mesmas que vinham participando dos números anteriores. Não apenas Waldo Cesar deixou *P&T*, mas praticamente todo seu corpo editorial e colaboradores. Lançamos assim, a hipótese de uma maior pressão do governo com algumas figuras da Revista. Esta hipótese pode ser mais reforçada com o livro de Dias (2009) em que é descrita uma visita que Waldo Cesar recebeu de um agente do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) antes mesmo do AI5 (Cf. p. 188).

Somente os nomes de Moacyr Felix e Fausto Cunha apareceram, como dito anteriormente, nas funções de diretor responsável e redator chefe respectivamente.

Ao se posicionar contra as formas de opressão política, fica meio implícito uma crítica ao governo militar, que pós o Ato institucional de número 5, apertou o cerco contra qualquer forma de resistência e questionamento à ordem vigente. Desta forma, a Revista encerrou suas tarefas. Conforme uma pequena passagem encontrada na obra *Nosso século*, a revista *P&T* foi fechada pelo governo, mas isso deverá ser estudado com maiores detalhes em outras pesquisas. (cf. NOSSO século, 1980, p. 136)

Percebemos, de acordo com essa discussão de todo capítulo 2, o caráter da revista: de *formação*, de *intervenção* na realidade brasileira e, principalmente, latino-americana. *P&T*, desta maneira, ficou profundamente inserida no contexto nacional e mundial da época – o que fica evidente, na maioria dos fascículos, pela escolha de temas atuais e candentes – violência, juventude, ciência e tecnologia, etc. Em outras palavras, o pessoal não estava ali “brincando”, sentiam-se imbuídos de uma “missão”. Mostravam uma disposição generosa, engajada, ecumênica, corajosa – e inclusive pagaram um preço por isso, sob a forma da repressão pós AI-5.

CAPITULO III

PAZ E TERRA E A AMÉRICA LATINA: “DIAGNÓSTICOS” E POSSÍVEIS “REMÉDIOS” PARA OS MALES DA REGIÃO

Uma vez na vida, a revolução foi sentida como uma lua de mel coletiva. Aonde iria levar? Tinha de ser para algum lugar melhor. (HOBSBAWM, 2003, p. 426).

O Concílio Vaticano II levou um novo olhar para a Igreja na América Latina, especialmente, devido à intensificação das pastorais que assumiram novos rumos, sobretudo, em meios populares.

O Conselho Episcopal de Mar del Plata, em 1966, com o tema *A Igreja na América Latina: Desenvolvimento e Integração*, apontava para a realidade do continente. Uma parte do episcopado latino-americano passou a discutir sobre o significado do capitalismo dependente, entendendo este como sistema desumanizador.

Como já discutiu Marcelo Ridenti, a década de 1960, para a América Latina, foi importante, pois houve

Uma mudança de postura de setores significativos de uma das instituições mais importantes: a Igreja Católica. Em agosto [de 1968], foi realizada em Medellín, na Colômbia, a Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM), na qual se esboçaram a opção preferencial pelos pobres e a defesa dos direitos humanos, constantemente violados pelas ditaduras que dominavam a região. (2002, p. 154).

A Conferência em Medellín, que teve como tema *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio*, constitui-se em um estímulo para o desenvolvimento de uma nova pastoral. Em Medellín, foi posta em evidência a contradição entre a miséria, como fator coletivo que atinge a maioria, e a riqueza, concentrada nas mãos de uma minoria. Situação esta caracterizada como injusta e desigual. Grande parte dos membros religiosos exigiu uma resposta ao assumir a luta dos pobres pela transformação social. A resposta da Igreja, na América Latina, ao fato brutal da pobreza foi uma *evangelização libertadora*, que se mobilizou de várias formas para atingir seus objetivos. O movimento dos leigos, nesse contexto, também se comprometeu com a construção da justiça com os mais necessitados.

Desta forma, apresentou-se um novo olhar eclesial na década de 1960, uma vez que a Igreja Católica na América Latina encontrou no Concílio Vaticano II e no seu *aggiornamento*¹ uma recepção legítima para seus ideais.

Além disso, muitos religiosos sofreram influência de pensadores católicos europeus, como Emmanuel Mounier e Jacques Maritain. No Brasil, a presença do Padre francês Louis Joseph Lebret ajudou na mudança de pensamento de vários cristãos brasileiros, tendo em vista que este tinha um olhar humanista frente aos problemas sociais.

Conforme Cleto Caliman (s.d), a Igreja Católica na AL, enquanto instituição, também se movimentou para uma renovação bíblica, litúrgica e comunitária, que obteve mais força com o Concílio Vaticano II. Entre esses movimentos destacou-se na Ação Católica o método “ver, julgar e agir”² e pela redescoberta da dimensão social da fé.

Do lado dos protestantes, as preocupações sociais estavam presentes o tempo todo no movimento ecumênico latino-americano. Nasceu, desta maneira, um ecumenismo de base, efetivado por diversas instituições que não estavam ligadas às estruturas eclesiais, promovendo o ideal ecumênico na causa comum das lutas pela justiça e pela dignidade humana. (Cf. DIAS, 2009, p. 26-27). Assim, a cooperação entre os cristãos deveria estar ao lado dos que necessitavam e aliada aos movimentos sociais. A unidade pela luta de uma América Latina mais igualitária e justa deveria ser possível através da pluralidade e colaboração entre os cristãos. Sobre a situação dos protestantes na AL e no Brasil, Dias observa que:

No Brasil e na América Latina, ser ecumênico representou afinidade com uma teologia que se propunha a pensar o cristianismo a partir do pobre. Essa teologia do movimento ecumênico sofreu a influência de uma ideologia de esquerda. Os participantes do movimento ecumênico, ou os que defendiam a teologia da libertação, foram identificados como sendo comunistas e, no Brasil, depois do golpe de 1964, foram também chamados de *subversivos*. (2009, p. 38).

¹ Conforme o site da Enciclopédia Católica Popular, a tradução de *aggiornamento* é “estar em dia”. Este foi um termo italiano que João XXIII popularizou como expressão do desejo de que a Igreja saísse atualizada do Vaticano II. (<http://www.ecclesia.pt/catolicopedia> Acesso em maio de 2009).

² De acordo com o site do Pontifício Instituto Missões Exteriores – PIME –, o modelo que se tornou conhecido na realidade latino-americana (método ver, julgar e agir). Nascido no seio da Ação Católica dos anos de 1950, na Bélgica, encontrou um campo fértil para seu desenvolvimento na Igreja da América Latina que foi recebendo novos elementos conforme as necessidades da realidade latino-americana e com a compreensão teológico-pastoral. Em muitos lugares, é chamado de “método participativo”, colocando em destaque o aspecto “comunhão e participação”, tão importantes à Igreja, especialmente a partir do Concílio Vaticano II (www.pime.org.br. Acesso em maio de 2009).

De acordo com Paulo Fernando Carneiro de Andrade (2007), a comunidade cristã latino-americana assumiu a responsabilidade de discernir sobre a realidade e estabeleceu opções e compromissos concretos que deveriam ser realizados no campo político e social, isso para realizar as transformações sociais, políticas e econômicas que se apresentavam como necessárias e urgentes para seu tempo. Muitos desses cristãos começaram a participar de movimentos sociais, que exigiam mudanças radicais. Assim, nasceu, na década de 1960, uma nova tradição da Igreja no continente, que teve uma consciência eclesial diferenciada.

Paralelo a isso, a AL estava situada em um período político atribulado. Período este que foi marcado principalmente pelas ocorrências de “ondas” revolucionárias de grupos esquerdistas. Em contrapartida, vários regimes autoritários aliados aos EUA apareceram para conter esses grupos em nome da *segurança nacional*.

E mesmo dentro deste cenário se observou um otimismo suscitado pelo Concílio Vaticano II que alimentou as expectativas de mudanças dentro da Igreja e na sua relação com a sociedade latino-americana. Portanto, os movimentos sociais latino-americanos, que estavam cada vez mais organizados, mas se deparavam com governos conservadores e ditatoriais, encontraram, nas igrejas, um apoio que aumentou gradualmente durante as décadas de 60 e 70 do século XX.

Tendo em vista os problemas enfrentados pelos países latino-americanos e a reação da Igreja a estes problemas, a revista *Paz e Terra* publicou diversos artigos para que ocorresse a discussão sobre o tema. Os artigos que serão trabalhados aqui foram escolhidos, como escrevi na introdução, a partir da seleção de textos escritos por religiosos. Assim, pretendo focar tanto os “diagnósticos” como os “remédios” dos problemas latino-americanos apontados nos seguintes artigos:

1. “Os intelectuais na América Latina”, Nestor Raúl García, argentino, membro do MEC – Movimiento Estudiantil Cristiano e da ISAL – Igreja e Sociedade na América Latina, P&T, 1966, n. 1, p. 195-207.

2. “O compromisso do escritor latino-americano”, Hiber Conteris, uruguaio, secretário de estudos da Junta Latino-Americana de Igreja e Sociedade, P&T, 1966, n.1, p. 208-213.

3. “Considerações em torno do liberalismo latino-americano”, Pablo Piacentini, argentino, jornalista, P&T, 1967, n. 4, p. 9-26.

4. “A miséria na América Latina: fatalidade ou pecado”, grupo do laicato católico brasileiro, P&T, 1967, n. 4, p. 27-43.

5. “As origens e as causas da política latino-americana nos Estados Unidos”, Brady Tyson, estadunidense, pastor metodista. P&T, 1967, n. 4, p. 67-93.

6. “O novo espírito revolucionário da América Latina”, Richard Shaull, estadunidense, professor do seminário presbiteriano de Princeton, P&T, 1967, n.4, p. 103-121.
7. “A Revolução de Mensaje”, Hector Borrat, jornalista, advogado e leigo católico. P&T, 1967, n. 4, p. 133-152.
8. “A Violência – Única opção?”, Helder Câmara, bispo. P&T, 1968, n. 7, p. 89-97.
9. “Encruzilhadas da Igreja na América Latina”, Camilo Torres, padre, P&T, 1968, n. 6, p. 117-139.
10. “Guatemala: revolução, única saída”, Thomás Melville, padre, P&T, 1968, n.7, p. 217-259.
11. “Colômbia: Camilo, o padre guerreiro”, Entrevista com Monsenhor Germán Guzman, grande intérprete da problemática colombiana, P&T, 1968, n. 7, p. 259-269.

Esclareço, contudo, que, em aspectos específicos das discussões que procuro efetuar, lanço mão, eventualmente, de outros artigos, além dos elencados acima.

3.1“Diagnóstico” 1: Omissão, negligência ou limites à ação por parte de importantes instituições e segmentos sociais

A omissão dos intelectuais na América Latina

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por um discurso da intelectualidade que via na dependência econômica um dos maiores problemas da América Latina. De acordo com Torcuato Di Tella, que escreveu mais ou menos na época da *Paz e Terra*, em 1969, a capacidade de uma sociedade para re-analisar constantemente suas próprias estratégias e de avaliar os processos de transformação que nela ocorrem é requisito indispensável para sua independência. O autor identifica os intelectuais como especialistas nesta tarefa, que nem sempre, segundo ele, a realizam adequadamente.

Para o autor, na AL, existiam vários profissionais dedicados à pesquisa científica. O problema consistia no fato de que estes profissionais não estavam consolidados no que ele chamava de *intelligentsia*. A *intelligentsia*, para Di Tella, seria uma parte da sociedade, tão verdadeira quanto os empresários, os latifundiários ou os operários, “porém, como seu produto é formado por idéias, apresenta-se, freqüentemente, uma resistência a outorgar um

papel causal importante no processo de transformação social a um grupo tão suspeito de superestruturalismo.” (1969, p. 116).

A noção de *intelligentsia*, também debatida por Michele Rossoni Rosa (2004), está associada a um traço marcante da intelectualidade, em relação à política, razão pela qual se tornou instrumental no trabalho. Para ela,

O termo é de origem russa, e foi utilizado para designar o conjunto de intelectuais que refletiam e discutiam ardorosamente acerca dos prós e dos contras da Revolução, passando a designar, de forma mais específica, aquela parcela de intelectuais que possuía relação privilegiada com a política, tendo condições de se colocar para além das ideologias parciais e de dispor, assim, de uma visão ‘mais verdadeira’ do conjunto, distinguindo-se dos seus pares, principal e justamente, por essa natureza particular de suas relações com a política. Tal atributo define e delimita um certo tipo de intelectual, cuja emergência, enquanto sujeito coletivo, parece estar ligada a condições sociais, políticas e culturais específicas. (ROSA, 2004, nota de rodapé n.1, p. 117).

Para Di Tella, existia uma tendência em buscar as causas dos processos de transformação em aspectos econômicos, da realidade social como o “latifundiário, a influência imperialista, a distribuição da propriedade e rendas, a estrutura de poder herdada da colonização hispânica, a preponderância dos grupos militares, etc.” (p. 116). Esses fatores seriam responsáveis em grande parte pelo atraso da AL, mas os setores empresariais, sindicatos, partidos políticos, burocracia administrativa, todos eles deveriam ser examinados e esquadrihados se é que pretendiam ter, em algum momento, uma estratégia de mudança da AL.

Essa *intelligentsia* seria formada por professores, pesquisadores, artistas, escritores, jornalistas, especialistas e assessores científicos de vários tipos. Alguns dos membros desta *intelligentsia* desempenhavam posições importantes próximas ao centro de poder, e seus resultados eram usados pelos que mandavam. Porém, este grupo, em geral, era mais assessor do que diretivo (Cf. DI TELLA, 1969, p.119). Isso quer dizer, sempre aconselhava, mas nunca estava à frente do poder.

A ausência do que Di Tella chama de “espinha dorsal” contribui para dar às equipes políticas reformadoras essa característica amorfa, desagregada, facilmente desbaratada e desorientada, que com razão leva muitos ao desespero, como é o caso da sociedade latino-americana.

Para o autor, “nenhum grupo de tomadores de decisões pode conduzir com êxito um processo de mudança social se não tem por trás, uma bem organizada *intelligentsia*” (DI TELLA, 1969, p. 119), por isso a importância deste setor ser fortalecido na AL.

No contexto brasileiro, segundo Michele Rossoni Rosa (2004), na história do campo intelectual, é identificada primeiramente a ideia da necessidade de intervenção na realidade nacional. Vale ressaltar que essa ideia era atribuída ao intelectual pelo próprio intelectual. O campo intelectual também se auto-atribuía enquanto responsáveis pelas mudanças nas estruturas sociais, pois via outros grupos ou segmentos enquanto incapazes de se valer politicamente frente seus interesses.

Existia uma tentativa de conscientização política por parte dos intelectuais que serviria para sua própria legitimação. Consequência disto foi uma postura de crítica de grande parte deles ao regime ditatorial, implantado no Brasil em 1964. Durante o período de publicação da *Paz e Terra*, os intelectuais se sentiam na condição de responsáveis na transformação de suas “produções” em pensamento militante de esquerda. Para Rosa, houve uma modificação qualitativa no pensamento da esquerda, mesmo durante a ditadura brasileira, havendo, assim, um “relativo domínio deste pensamento sobre o teatro, o cinema, as manifestações estudantis” (ROSA, 2004, p. 118), e o que podemos identificar também dentro do nosso periódico estudado.

Temos, nesta mesma época, o destaque de um grupo de intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)³ que se estruturou, conforme Renato Ortiz, a partir dos “conceitos fundamentais: o de alienação e o de situação colonial.” (ORTIZ, 1994, p. 50). Para ISEB, os intelectuais tinham um papel fundamental na elaboração e na concretização de uma ideologia do desenvolvimento; eram eles que deveriam explicitar o processo de tomada de consciência, e, por conseguinte, viabilizar o projeto de transformação do país. (Cf. ORTIZ, 1994, p. 68). Importante perceber, ainda de acordo com Ortiz, que a teoria do ISEB, ou pelo menos parte dela, penetra tanto as forças de esquerda marxista quanto o pensamento social católico.

Diante desta questão, a revista *Paz e Terra* publicou, em seu segundo número, dois artigos relacionados ao tema da América Latina e seus intelectuais, mostrando seus deveres enquanto membros de uma sociedade desigual.

³ De acordo com Caio Navarro de Toledo, o ISEB foi criado em 1955 “para servir de instrumento para uma ação eficaz no processo político do país. No Brasil contemporâneo, o ISEB foi a instituição cultural que melhor simbolizou ou concretizou a noção (e a prática) do engajamento do intelectual na vida política e social de um país”.(Jornal da Universidade Estadual de Campinas – 8 a 14 de agosto de 2005, p. 11) O instituto foi extinto após o golpe de 1964.

Em um dos artigos, “Os intelectuais na América Latina”, o autor Nestor Raúl García⁴ elaborou um debate sobre o conceito de intelectual. Para isso, utilizou de grandes pensadores, como é o caso de Antonio Gramsci e Jean Paul Sartre. Para que se possa entender o papel do intelectual na sociedade, o autor chega à conclusão que:

Os intelectuais são os que constituem a vanguarda do progresso humano, interpretam o sentido e as metas da comunidade a que pertencem, orientam-na na consecução desses fins e exercem uma função crítica sobre o que obstaculiza sua realização. (GARCIA, 1966, p. 196).

O autor define o intelectual por “sua atitude crítica posta a serviço de seu tempo.” (GARCIA, 1966, p. 197). Todavia, as condições de falta de liberdade também eram abordadas por Garcia. Isso porque ele fez uma crítica às condições precárias da sociedade latino-americana, tendo como uma das consequências o analfabetismo. Ele questiona o fato de como uma sociedade pode viver em condições miseráveis e ser livre, como escrever livremente para uma população que não é livre:

Podemos agregar que nenhum lugar, no Ocidente, o intelectual é menos livre do que na América Latina, onde 45% da população é analfabeta, onde uma estrutura entre o feudal e a capitalista impede a quase todo continente de viver de forma humana. Aqui se nota claramente como a liberdade do intelectual está condicionada pela liberdade dos demais homens. [...] É claro que [os intelectuais] protestam, mas em edições de mil exemplares que se vendem parcialmente. Esta literatura é uma variação do silêncio, as vezes por seu pequeno alcance e as vezes porque fala sem dizer nada, para distrair, para mentir. (GARCIA, 1966, p. 200).

Essa falta de liberdade ainda pode ser entendida pelo contexto histórico em que o autor estava inserido, de baixa liberdade política diante da imposição de vários golpes civis-militares nos países latino-americanos.

Os intelectuais da década de 1960 também podem ser caracterizados por seus estudos apoiados na valorização das reformulações dos esquemas marxistas. Autores marxistas influenciaram enormemente a América Latina e eram constantemente citados em vários trabalhos. Isto fica visível em grande parte da escrita de Garcia. No trecho, a seguir, palavras como “estruturas” e “alienação” deixam claro o uso desta teoria quando o autor explica o contexto do trabalho do intelectual:

⁴ “Argentino, professor de filosofia. Autor de vários estudos e ensaios sobre ideologias, a tarefa do intelectual e as áreas de atuação da responsabilidade do cristão. Membro ativo do Movimiento Estudiantil Christiano na Argentina e da Igreja e Sociedade na América Latina”. (cf. P&T n. 1, 1966, p. 195).

Neste caso, dever-se-á considerar o contexto em que o intelectual trabalha. Na América latina, onde a transformação acelerada exige o fim das colocações indefinidas, há situações em que a mudança não é tão rápida como em outras. No Brasil inicia-se modificação de estruturas que já divide a população entre os que a alienam e repudiam, e que em qualquer momento pode alcançar uma radicalização maior. Na Argentina, os grupos de pressão econômica e militar, apesar de sua deteriorização interna, parecem em condição de manter a conformação sócio-política atual, pelo menos nos próximos anos. Tanto num como noutro caso, a ética dos intelectuais deve ser distinta, e assim demonstram reconhecê-lo alguns partidos políticos de extrema-esquerda que atuam na Argentina, sobretudo depois das últimas eleições, mais como partidos reformistas do que como partidos revolucionários. (GARCIA, 1966, p. 198).

Isto fica visível em vários trechos do artigo “O compromisso do escritor latino-americano”, de Hiber Conteris⁵, que descreveu os problemas da AL e demonstrou que era a partir deles que o intelectual deveria se posicionar. Importante salientar que as concepções marxistas de exploração capitalista foram citadas como argumento da miséria e das precárias condições de vida da sociedade latino-americana:

Não se pode negar que a frustração e, em definitivo, a existência do escritor latino-americano é consequência do subdesenvolvimento econômico, da injustiça social e da exploração capitalista. De modo que não pode haver compromisso mais urgente para o escritor do que o de denunciar as causas da sua própria frustração; e ao proceder desta maneira defende a causa do povo latino-americano. (CONTERIS, 1966, p. 211).

Por fazer parte de uma sociedade com tantas desigualdades e injustiças, Conteris afirmou a obrigação do intelectual com seu povo, demonstrando suas responsabilidades e deveres com os problemas latino-americanos:

Com efeito, é impossível deixar de relacionar alguns dos maiores problemas da sociedade latino-americana com esta falta de participação dos intelectuais. O fato de que a América Latina seja uma das regiões do mundo com o maior alto índice de analfabetismo é algo que parece estar diretamente relacionado a isto. O continente tem sido explorado, vilipendiado, devastado por uma classe fundamentalmente inculta, por uma oligarquia para qual o problema da educação e da cultura em geral são completamente indiferentes; como consequência, a sociedade latino-americana ficou marcada com o selo desse materialismo bárbaro. Os escritores das gerações mais recentes não

⁵ Uruguaio. Estudou teologia, filosofia e letras. “Trabalhou como operário no Brasil, numa experiência de relacionamento e testemunho cristão com o mundo operário. Foi professor na Bolívia, em Buenos Aires e Montevidéu. Ocupou o cargo de secretário de estudos da Junta Latino-Americana de Igreja e Sociedade. Escreveu peças, contos e novelas”. (P&T n.1, 1966, p. 208)

têm outro caminho senão pronunciar uma espécie de “mea culpa” que afeta retroativamente os seus predecessores nesta tradição intelectual, e que marque com caracteres inequívocos a assunção de sua responsabilidade como classe. (CONTERIS, 1966, p. 210).

No trecho acima citado, percebemos o incômodo que Conteris sentia com relação ao analfabetismo. Da mesma forma, Nestor Garcia fez a crítica à realidade educacional latino-americana: “Quando o sistema social reduz o orçamento da educação, limita o número de universitários e suas investigações, produz deserção escolar e todas as outras características do atraso latino-americano, os intelectuais ficam cada vez mais isolados.” (GARCIA, 1966, p. 200).

Para Conteris, a história latino-americana sempre foi escrita por militares, pelo clero, pelos latifundiários, pela oligarquia capitalista e pelos políticos profissionais a serviço dessa oligarquia. O resultado, para o autor, tem sido lastimável “e os intelectuais de hoje tem que aceitar certo grau de culpabilidade coletiva pela defecção de sua classe no processo de nossa formação histórica e cultural.” (CONTERIS, 1966, p. 210).

Diante dos dois artigos citados (“O compromisso do escritor latino-americano” e “Os intelectuais na América Latina”), fica perceptível que um dos diagnósticos dos problemas da AL, o fato de os intelectuais estarem de costas para esses problemas, e a falta de engajamento destes com os movimentos sociais, é o que Pablo Piacentini⁶ explica posteriormente em seu artigo publicado na revista *Paz e Terra* de número 4, “Considerações em torno do liberalismo latino-americano”, como a “escassa contribuição da intelectualidade latino-americana no campo das doutrinas políticas.” (PIACENTINI, 1967, p. 13).

Para Piacentini, isso ocorreu, pois os intelectuais latino-americanos adaptavam suas ideias de acordo com a realidade europeia que possuía outras condições, com diferenças substanciais da AL. Resultado disto foi o que Piacentini chamou de imitação rasteira, que trouxe “à tona a característica dominante do subdesenvolvimento, e que correspondeu mais às elites do que aos marginais: o subdesenvolvimento político.” (PIACENTINI, 1967, p. 13-14). É no mesmo sentido que Di Tella caracterizou os intelectuais latino-americanos da década de 1960, como “vítimas de um verdadeiro efeito de fascinação ante as luzes mais brilhantes da civilização européia e norte-americana” (DI TELLA, 1969, p. 115), o que os impedia de ver o

⁶ “Argentino. Estudou ciências políticas e fez especialização, em Roma, de História das Doutrinas Políticas. Compareceu a congressos e reuniões internacionais muita vez relacionados com a corrente democrata cristã a cuja ala avançada filia-se no plano ideológico”. (P&T n. 4, 1967, p. 9).

solo onde pisavam. Sendo assim, as discussões trazidas da Europa precisam servir de influência, mas não serem adaptadas à AL sem o entendimento das diferenciações de cada local.

A negligência das instituições cristãs com os problemas da América Latina

Na análise dos textos selecionados, podemos perceber que grande parte dos cristãos que escreveram sobre a América Latina teve o objetivo de mostrar o quanto esta área era formada por uma população que sempre foi desrespeitada pelas injustiças sociais. A ação contra a pobreza e a miséria é facilmente notada na leitura dos textos da *Paz e Terra*, assim como a luta contra a situação econômica que oprimia e que ignorava a cidadania dos latino-americanos.

Os países da AL, de um modo geral, são considerados cristãos. Isso fez com que muitos que escrevessem para a revista atentassem para os problemas da região e até chamassem a atenção do Vaticano.

O artigo “A miséria na América Latina: fatalidade ou pecado” foi escrito por um grupo do laicato católico brasileiro⁷ justamente nesta intenção, haja vista que o texto estava em forma de documento e se endereçava aos Padres Conciliares de Vaticano II. Vale lembrar que este artigo foi publicado pela *Paz e Terra* no ano de 1967. Todavia, imaginamos que tenha sido escrito antes do Concílio terminar, o que demonstra fortalecimento dos leigos antes mesmo de 1965.

O artigo mostrou números da CEPAL que explicitavam a miséria pela qual passa grande parte dos latino-americanos⁸. Tais números fundamentavam o discurso do grupo de leigos, que pediam aos padres, que faziam parte do Concílio Vaticano II, para tomarem uma providência com relação aos problemas enfrentados na AL. Isso se comprova quando no artigo o grupo escreveu “sendo a miséria uma grave desordem introduzida no plano de Deus para a humanidade, não terão os cristãos o dever de se interrogar sobre a sua eventual cumplicidade neste pecado?” (GRUPO DO LAICATO CATÓLICO BRASILEIRO, 1967, p. 27).

No artigo “Guatemala: Revolução, a única saída”, padre Thomás Melville tece uma crítica à igreja católica quando escreveu, “como esperar que o cristianismo floresça num

⁷ O responsável por esse artigo era: Fábio Konder Comparato, secretário jurídico no Supremo Tribunal Federal, em Brasília. (cf. P&T n. 4, 1967, p.28)

⁸ Esses números serão tratados mais adiante.

ambiente onde o homem luta para sobreviver, onde mal conseguem vestir-se e alimentar-se? Como cuidará de seu semelhante?” (MELVILLE, 1968, p. 218).

O padre observou ainda que a hierarquia católica precisava se preocupar com os problemas da América Latina, pois a situação de miséria da região fazia com que uma parte da população questionasse a religião e o próprio Cristo: “a atual caracterização sócio-econômica e política da América Latina não é justamente não-cristã, mas sim anticristã.” (MELVILLE, 1968, p. 219).

Melville aborda também a conformidade de grande parte da população com a situação de precariedade. Para o padre, muitos acreditavam que seria um castigo de Deus toda a miséria passada por eles:

Sua sociedade apresenta uma distinção de classes tão marcante e detestável, que muitos têm chegado às raias do desespero de maneira a crer que sua miséria, doença e ignorância são o castigo de Deus por seus pecados passados e há tempo esquecidos; enquanto que os ricos crêem que sua riqueza é uma indicação da benção de Deus e a predestinação à salvação. (MELVILLE, 1968, p. 219).

Por último, Melville explicou que existia, na maioria do clero guatemalteco, o sentimento de insatisfação ante a pobreza em seu país, mas estes raramente podiam protestar, uma vez que grande parte dos dirigentes da igreja, como o dirigente do secretariado nacional dos bispos e o principal diretor do novo seminário nacional da Guatemala, eram norte-americanos. Percebemos aqui a influência dos Estados Unidos, inclusive no que diz respeito à política interna dentro da Igreja Católica.

Pablo Piacentini, no artigo “Considerações em torno do liberalismo latino-americano”, observava que na sociedade latino-americana existia uma estruturação de poder muito simples, que estava dividida “entre poucas forças institucionalizadas e representadas por indivíduos em grande maioria de origem comum, ou que aderiram à classe dominante”. Para ele, nesta divisão encontravam-se a oligarquia nacional, como ainda os interesses externos, as forças armadas e a própria Igreja Católica, que “são geralmente os quatro pilares em que assenta o sistema. Adotam a mesma ideologia de conservação e, por isso, entendem-se.” (PIACENTINI, 1967, p.16). Fica explícita, nesse discurso, a crítica aos setores conservadores da sociedade, e dentro deles, à Igreja.

Hector Borrat⁹, em seu artigo “A Revolução de *Mensaje*”, discute o termo *revolução* contido numa revista que se destinava ao público católico no Chile. A crítica do autor dizia respeito ao fato de a revista *Mensaje* expressar suas ideias sobre a revolução de forma conservadora. Por isso, como discutir sobre revolução se o sentido deste termo é negligenciado pelo periódico?

Para fundamentar sua ideia, Borrat explica que na leitura de *Mensaje* não aparece no glossário a palavra “imperialismo”. A crítica do autor se baseava no fato de como a revista chilena poderia abordar o tema “Revolução na América Latina” omitindo uma discussão tão importante. Discussão sobre um tema que “a própria *Mater et Magistra* denunciava como perigo à paz mundial?” (BORRAT, 1967, p. 148).¹⁰

Outra omissão na revista cristã foi “Cuba”. Para Borrat, como o título da edição poderia ser “Visão Cristã da Revolução na América Latina” se não existia um debate sobre a única revolução concreta na América Latina?

Borrat questiona qual o tipo de revolução que *Mensaje* tratava e que América Latina seria esta que suprimia Cuba e sua influência revolucionária. Para o estudioso, a “revolução” que desejavam os cristãos de *Mensaje* seria uma revolução iniciada e dirigida pela classe alta, sendo assim, de cima pra baixo. Desta forma, percebemos que dentro do próprio ambiente cristão existia um grande conservadorismo, e a crítica a este conservadorismo é feita por Borrat, sinalizando, assim, parte do diagnóstico de uma das “doenças” na AL.

Finalmente, no que concerne às críticas às hierarquias católicas, destaca-se o caso do padre Camilo Torres – um ícone, sem dúvida nenhuma, na discussão sobre a religião cristã na América Latina. Colombiano, foi ordenado padre em 1954. Como capelão dos estudantes universitários, introduziu em seu país muitas reformas do Concílio Vaticano II. Importa perceber no discurso do próprio Torres, trazido no artigo de Luigi Bordin, a forma na qual ele se auto-caracterizava:

[...] eu sou como revolucionário, como colombiano, como sociólogo, como cristão e como sacerdote. Como colombiano, pois não posso permanecer estranho às lutas de meu povo. Como sociólogo, pois através do conhecimento científico da realidade cheguei à conclusão que não é possível obter soluções técnicas eficazes sem uma revolução. Como cristão, pois a

⁹ Uruguaio. Advogado, leigo católico e jornalista. “Destacou-se no exame de aspectos e atitudes da Igreja Católica Romana em relação à situação social da América Latina e participou de reuniões ecumênicas locais e continentais”. (P&T n. 4, 1967, p. 133)

¹⁰ Vale perceber que o quanto o termo “imperialismo” estava na discussão da esquerda naquele momento, o que será abordado mais adiante.

essência do cristianismo é o amor ao próximo, e só através da revolução pode-se realizar o bem da maioria. Como sacerdote, pois o dom de si ao próximo exigido pela revolução é um requisito da caridade fraterna, indispensável para realizar o sacrifício da Missa, que não é uma oferta individual, mas de todo o povo de Deus tramite o Cristo. (TORRES *apud* BORDIN, s.d, p. 3).

Para padre Camilo, “os que detêm o poder constituem essa minoria econômica que domina no poder político, no poder cultural, no militar *e, desgraçadamente também, no poder eclesiástico*, nos países nos quais a Igreja possui bens temporais.” (TORRES, 1968, p. 119; grifos meus). Esse posicionamento adotado por Torres se assemelha ao do grupo de leigos acima citado, pois quando estes dizem: “sendo a miséria uma grave desordem introduzida no plano de Deus para a humanidade, não terão os cristãos o dever de se interrogar sobre a sua eventual cumplicidade neste pecado?” (GRUPO DO LAICATO CATÓLICO BRASILEIRO, 1967, p. 27), também questionam o papel da Instituição perante os problemas que assolam a maior parte dos latino-americanos.

Por não se considerar apenas um sacerdote, mas também cidadão colombiano, Torres se posicionava contra a forma que estava delineada a representatividade dos poderes públicos em seu país – muito poder nas mãos de poucas pessoas que agem de acordo com o interesse próprio. Sobre isso, *Paz e Terra* nos mostra o discurso de Torres em duas Conferências que proferiu:

Quando tomamos consciência de que neste momento, na Colômbia, o poder político, o poder econômico, o poder cultural, *o poder eclesiástico* e o poder militar acham-se concentrados em poucas mãos e quando nos apercebemos de que essas mãos não representam as maiorias, mas as minorias; quando vemos que aqueles que representam essas minorias – nas quais as maiorias não se vêem refletidas – são os que detêm o poder político e o poder de deliberar sobre as transformações fundamentais do país, então somos levados á conclusão de que essa minoria não pode continuar decidindo. (TORRES, 1968, p. 121; grifos meus).

Ainda sobre as duas Conferências proferidas pelo Padre Camilo Torres, fica fácil perceber o quanto Camilo era uma figura simbólica para os ideais do periódico, pois em suas palavras sempre expressou o repúdio às classes dirigentes, estando ao lado dos que mais necessitavam.

Padre Camilo foi pressionado, pelo alto clero, a renunciar ao ministério sacerdotal, uma vez que foi considerado subversivo, por ter um discurso ligado às mudanças sociais. Mesmo antes de deixar o sacerdócio, ele já era intitulado de comunista, principalmente por se

engajar em lutas contra as injustiças sociais que assolavam a América Latina. Todavia, não se considerava como comunista e se sentia no direito de exercer suas funções religiosas. Sobre isso:

A classe dirigente declarou que sou comunista e isso quando eu estava em pleno exercício de minhas funções sacerdotais. Muito mais vai dizer agora, embora eu afirme que estou em pleno acordo com a doutrina da Igreja, que continuo sendo católico e que nunca deixarei de ser sacerdote “porque quando alguém recebe a ordenação continua sacerdote por toda a eternidade”, de modo que continuarão dizendo que sou comunista e o mesmo dirão de todos, mesmo que se declarem cristãos. (TORRES, 1968, p. 130).

Padre Camilo morreu no ano de 1966, em guerrilha na Colômbia, defendendo ideais cristãos de amor ao próximo. Ideais estes que se pautavam na melhoria de vida de grande parte da população latino-americana, seu objetivo só seria alcançado com uma divisão de renda justa.

Diante das características do padre, que foram ao encontro dos ideais da *Paz e Terra*, a revista transcreveu e publicou, na edição de número 8, uma entrevista a respeito de Torres com Monsenhor Germán Guzman, assim introduzida pelos editores:

Tendo vivido durante cinco anos com Camilo Torres e dispondo de grande parte de seus documentos pessoais, Monsenhor Germán Guzman – um dos mais lúcidos interpretes da problemática colombiana, autor de um dos mais importantes estudos sobre a questão da violência em seu país – tornou-se uma das poucas pessoas realmente capacitadas a fazer uma apresentação do padre guerrilheiro, tarefa que tentou realizar através do seu livro *Camilo, presencia y destino*.

Na entrevista, apesar da concisão de suas respostas permite-nos vislumbrar o sentido profundo do engajamento de Camilo e, ao mesmo tempo, sentir em toda a sua intensidade o drama que vive o povo colombiano. (P&T, 1968, p. 259).

Na referida entrevista, Monsenhor diz que Camilo extraiu sua convicção revolucionária “do povo, da realidade, da circunstância histórica, do homem considerado como maioria, colocado em situações infra-humanas”. No entanto, como foi visto pelos posicionamentos de Camilo Torres, para efetivar seu engajamento, ele precisou lutar contra a hierarquia católica, apontada como negligente ou mesmo conivente com relação à situação do povo.

3.2“Diagnóstico” 2: O peso das políticas dos Estados Unidos (imperialismo)¹¹

A América Latina, dos anos de 1960, é caracterizada politicamente pelo declínio dos governos ditos populistas e as dificuldades dos chamados Estados oligárquicos em preservarem suas posições. Segundo as interpretações correntes na época, a estagnação econômica obrigava as oligarquias a uma exploração cada vez mais acentuada da força de trabalho, o que resultava na organização política dos trabalhadores. Para a manutenção do poder, a oligarquia se aliou a setores dos EUA e se utilizou da repressão.

Conforme Cesar Augusto Barcellos Guazzelli (2004), a crescente incapacidade das burguesias nacionais na AL em absorver as demandas das camadas populares seria respondida por uma progressiva radicalização no cenário político. A experiência da Revolução Cubana propôs uma transformação do modo de produção realizando as mudanças rumo ao socialismo numa área tida como quintal dos Estados Unidos, o que levou as duas maiores potências mundiais ao auge da Guerra Fria.

Ainda de acordo com Guazzelli, a intervenção da política dos EUA foi decisiva nas questões latino-americanas, tendo sido desenvolvidas estratégias fundamentais. A primeira era uma versão mais elaborada da velha *política do dólar*, sendo batizada de *Aliança para o Progresso*, desencadeada no final de 1961. Além de prever investimentos nos países da América Latina, havia uma orientação no sentido de reduzir as profundas desigualdades sociais das nações do continente. A ideia geral era oferecer possibilidades que evitassem a opção pela luta revolucionária, como ocorrera em Cuba. Contudo, essa política consistia no uso do poder econômico, visando à instalação de práticas que fossem vantajosas ao capital norte-americano.

Isso não invalidou a utilização paralela de uma outra estratégia, que era a versão moderna do *big stick*, e que vinha sendo montada desde o final da Segunda Guerra. O *big stick* consistia no uso aberto e ostensivo da força para obter o que eventualmente era negado. (Cf. GUAZZELLI, 2004, p. 85). No contexto da Guerra Fria, a Organização dos Estados Americanos (OEA) funcionou como um mecanismo de transmissão da hegemonia norte-americana sobre vários países da América Latina.

¹¹ O conceito de imperialismo já foi duramente criticado, contudo não podemos deixá-lo de lado, pois o contexto da época em que estudamos é marcado pelo uso deste termo. O imperialismo na década de 1960 era tido como explicação para qualquer problema que ocorria na AL, de modo que tudo se relacionava ao *inimigo externo* - EUA.

Desse modo, observamos que esses temas e posicionamentos apareceram também, com certo destaque, nas páginas de *Paz e Terra*.

A publicação de número 9 trouxe o artigo intitulado “As Origens e as Causas da Política Latino-Americana dos Estados Unidos”, escrito por Brady Tyson.¹² De acordo com o texto de apresentação, para o desenvolvimento dos temas do artigo, o autor adotou um enfoque histórico limitado, concentrado sobre a dinâmica governamental e doméstica dos Estados Unidos, deixando em segundo plano as iniciativas e as reações dos latino-americanos, bem como suas situações objetivas, que produziam determinadas iniciativas ou reações norte-americanas.

Para explicar a política estadunidense, o autor explana que, como qualquer nação, os EUA se firmam enquanto Estado, agindo cruelmente sobre os outros países – no caso de seu estudo, os latino-americanos. Sugere, então, conhecer algumas dessas políticas para que, a partir do conhecimento destas, algo pudesse ser feito para a melhora das condições humanas:

Nações-Estados são realmente incapazes de ação consistente desinteressada ou altruísmo, mas, por outro lado, são perfeitamente capazes de cegueira, estupidez e falta de perspicácia. Exercendo-se o discernimento crítico, freqüentemente podemos descobrir esse tipo de deficiência e talvez retificar, até certo ponto, alguns dos erros do passado e evitar semelhantes no futuro. Portanto, não é para condenar ou exaltar a política dos Estados Unidos que este estudo foi escrito, mas para examiná-la e analisá-la de modo que erros e concepções errôneas possam ser revelados, e o futuro funcionamento das relações América Latina – Estados Unidos possa ser mais sábio e mais produtivo em bem-estar e justiça humana. (TYSON, 1967, p. 68).

Tyson exemplifica como políticas imperialistas “A Doutrina de Monroe”, “O Destino Manifesto”, “O Canal do Panamá”, entre outras. Interessante perceber o que o autor explica sobre a Doutrina Monroe:

A Doutrina de Monroe tem provado ser um ponto de partida conveniente e flexível para repetidas redefinições e ampliações da política latino-americana dos Estados Unidos. O ‘interesse especial’ dos Estados Unidos pela América Latina começou cedo, e cedo foi identificado com a ‘paz e a segurança’ dos Estados Unidos – tanto na mente do povo quanto na do governo norte-americano. (TYSON, 1967, p.71).

¹² “Especialista em ciências políticas. Trabalhou durante vários anos no Brasil, como pastor metodista, na função de capelão para universitários, tendo lecionado na Escola de Sociologia e Política de São Paulo”. (P&T, n. 4, 1967, p. 67).

As justificativas norte-americanas para suas políticas imperialistas frente à AL sempre são pautadas, segundo Tyson, nas ideias de *segurança nacional e liberdade e democracia*, mesmo que para isso tenha de explorar um continente, usando a roupagem de “protetores”.

A relação EUA e América Latina, ou podemos nos referir a países desenvolvidos e subdesenvolvidos, é explicada por Tyson por três motivos. Motivos estes que “justificam” políticas imperialistas de intervenção e controle:

Houve realmente uma alternância e mistura de três motivos no relacionamento dos Estados Unidos com a América Latina. Em primeiro lugar, e predominante a maior parte do tempo, o tema da segurança militar, geopolítica e economia. O tema da exploração econômica, em segundo lugar, encarando a América Latina como mercado para os produtos norte-americanos, um campo para investimento de capital aleatório excedente dos Estados Unidos, e como fonte de matérias-primas ‘vitais’ e gêneros alimentícios. (TYSON, 1967, p.83).

Tais análises e diagnósticos seriam ainda estendidos, nesse artigo e em outros, a aspectos particulares das relações entre os EUA e a América Latina.

América Latina: um campo de disputa

Durante a Guerra Fria, a América Latina se tornou uma área de disputa devido à ameaça do *perigo vermelho*. Ainda no artigo “As Origens e as Causas da Política Latino-Americana dos Estados Unidos”, Brady Tyson, em um segundo momento, refere-se a políticas mais próximas de seu tempo, como: “A Remilitarização da Política Latino-Americana dos Estados Unidos”. Vale lembrar que foram realizados naquele momento vários programas de treinamentos para os militares na AL e as Forças Armadas foram fortalecidas e, especialmente, ideologizadas, destacando-se a ideia de “contra-insurgência na Doutrina de Segurança Nacional, que fazia da oposição interna o alvo das Forças Armadas.” (GUAZZELLI, 2004, p. 10).

Tyson explica ainda a presença poderosa, sufocante e impositiva do governo estadunidense na AL:

A política latino-americana dos Estados Unidos tem sido geralmente insensível às necessidades e desejos latino-americanos, baseando-se em percepções emocionais de grupos especiais de interesse e do povo norte-americano, a respeito do que seja o interesse próprio estadunidense. O sistema norte-americano tende, ele próprio, a ser cada vez mais dirigido por tecnocratas que raciocinam em termos de estabilidade, equilíbrio e bem estar

do seu próprio sistema, vendo-o em competição estratégica a ponto de se tornarem subsistemas. (TYSON, 1967, p. 90).

Interessante perceber, nesta passagem, a visão de que a AL sofria imposições das políticas estadunidenses que se implantavam de cima pra baixo, tendo como consequência a não participação da maioria da população. Tem-se, assim, uma América Latina fraca, “dividida e desorganizada perante o colosso norte-americano.” (TYSON, 1967, p. 90).

Com o mundo dividido em duas áreas de influência, cujo enfrentamento direto poderia ser catastrófico, os EUA tratavam de organizar sistemas de defesa mútua para a proteção dos governos aliados. Qualquer crítica decorrente do capitalismo dependente era considerada como sinal do avanço comunista. O Império norte-americano deveria ser responsável por afastar o *perigo vermelho*. Sobre esse assunto, Tyson remete-se à Doutrina das “Fronteiras Ideológicas”, afirmando que

O guardião da segurança dos Estados Unidos, o Pentágono, já deve ter vendido à maioria dos líderes militares sua doutrina de fronteiras ideológicas. Isto é: o que tem validade, hoje, não são as fronteiras antigas, nacionais, mas as ‘fronteiras ideológicas’ entre o ‘mundo livre’ e o mundo comunista. (TYSON, 1967, p. 89).

Vale ressaltar que a palavra “livre” faz referência ao capitalismo. Logo se entende que o comunismo era visto como oposto. Esse jogo de palavras (livre X comunista) por muito tempo foi utilizado nos discursos dos Estados Unidos para influenciar os países que poderiam ter alguma ligação com a URSS.

De fato, como se sabe, na década de 1960, o programa *Aliança para o Progresso* fracassou em seus intentos de “resolver” os problemas da América Latina. Ao mesmo tempo, o exemplo da Revolução Cubana estimulava perspectivas revolucionárias em outros países. Nesse contexto, a política estadunidense tende a apoiar a consolidação de ditaduras militares, como meio de barrar a explosão dos movimentos sociais e a expansão do comunismo na região.

Para Brady Tyson, “os Estados Unidos, como qualquer outra nação, regulavam sua política externa quase que totalmente de acordo com a própria percepção de seu interesse nacional e as opções que lhe são vantajosas.” (TYSON, 1967, p. 68). Assim, a política dos EUA nos países latino-americanos estaria em sua era mais perigosa:

Foi mais estridente, no passado, por vezes. Foi mais brutal e ditada pela avidez pura de lucros, tem sido mais moralista e mais desatenta aos

sentimentos dos latino-americanos. Mas nunca, anteriormente, a política latino-americana dos Estados Unidos esteve sob o controle de um grupo tecnicamente mais competente, integrado e coeso, quanto hoje. É um grupo de professores, burocratas, tecnocratas e oficiais militares, que partilham ponto de vista ideológico comum – que precisa ser classificado de antidemocrático e antipopular, seja no que mais for. (TYSON, 1967, p. 90).

A “paz social” e “segurança nacional” deveriam ser garantidas pelo uso da violência, sendo as Forças Armadas da AL responsáveis por combater o *perigo comunista*. A velha Doutrina de Segurança Nacional, criada em 1947, nos Estados Unidos, para combater o *inimigo vermelho*, era transplantada para as nações latino-americanas, aliadas a seu maior parceiro para o enfrentamento com o bloco soviético. (Cf. GUAZZELLI, 2004, p. 32). Nesse contexto, ditaduras militares foram a resposta dos setores dominantes ao medo da expansão revolucionária. Dabène explica que apesar de a reação autoritária, provocada pelo começo da Guerra Fria, ter perdido parte de seu impulso no final dos anos cinquenta¹³, sucederam-se golpes de estado preventivos, especialmente contra presidentes, em sua maioria eleitos.¹⁴ (DABÈNE, 2003, p. 165).

O que se percebe, enfim, é que tais interpretações estavam fortemente presentes na revista *Paz e Terra*, conforme é demonstrado pela publicação da análise efetuada por Tyson.

Crítica ao “sentimento de superioridade” por parte dos EUA

Um debate muito travado durante a década de 1960 diz respeito à existência de uma “cultura alienada”, importada dos países mais desenvolvidos e identificada como uma das facetas do *imperialismo*. Para Renato Ortiz, “os intelectuais do mundo periférico tinham uma preocupação constante com o sujeito colonizado, por isso encontramos recorrentemente nos diversos autores o tema do ‘complexo de inferioridade do colonizado em relação ao colonizador.’” (1994, p. 56).

Porém, Ortiz entendia que este conceito foi uma construção feita a partir dos intelectuais da ISEB:

¹³ Exemplos da diminuição do autoritarismo na América Latina: queda do ditador Odría, no Peru, em 1956, Rojas Pinilla, na Colômbia, em 1957 e Pérez Jimenez, na Venezuela, em 1958.

¹⁴ Exemplos de presidentes eleitos que foram depostos por golpes civil-militares: João Goulart no Brasil em 1964, Allende no Chile em 1973.

Quando, nos artigos de jornais, nas discussões políticas ou acadêmicas, deparamos com conceitos como ‘cultura alienada’, ‘colonialismo’ ou ‘autenticidade cultural’, agimos com uma naturalidade espantosa, esquecendo-nos de que eles foram forjados em um determinado momento histórico, e creio eu, produzido pela *intelligentsia* do ISEB. Penso que não seria exagero considerar o ISEB como matriz de um tipo de pensamento que baliza a discussão da questão cultural no Brasil dos anos 60 até hoje. (ORTIZ, 1994, p. 46).

Este debate permaneceu durante décadas, pois parte dos intelectuais buscavam diagnosticar a existência desta alienação importada dos países centrais. Octávio Ianni identifica isto como imperialismo cultural, em seu livro “Imperialismo e Cultura”, afirmando que “na sociedade capitalista, a ideologia da classe dominante em geral informa, influência e predomina no pensamento das outras classes sociais.” (IANNI, 1979, p. 14). Isso ajudaria a entender as relações entre os EUA e a AL, pois as manifestações imperialistas norte-americanas apareciam nos meios de comunicação de massa, nos sistemas de ensino, que, conforme o autor, operavam em áreas colonizadas e dependentes, como é o caso dos países latino-americanos.

Ainda segundo o mesmo autor, a explicação que os Estados Unidos adotavam para justificar essa influência se pautava no discurso dos “interesses da nação” e do “progresso humano”. Em função da atitude de superioridade norte-americana com a América Latina, os EUA interferiam não só no campo político e econômico, mas também no cultural. Ianni afirma ainda que:

para que possam reproduzir-se, as relações imperialistas de produção dependem da produção cultural, tanto quanto da material. A rigor os produtos materiais e culturais são reciprocamente referidos e encadeados, no conjunto do processo de reprodução do capital. (IANNI, 1979, p. 7).

Seja como for, parece que os estadunidenses efetivamente partiam da premissa, difundida por políticos e pela imprensa, de que os latino-americanos eram intrinsecamente *inferiores*. Este pensamento etnocêntrico era padrão para a maioria dos americanos. Na verdade, foi o pensamento típico de boa parte da elite política americana ao longo do século XIX e que continuou durante o século XX.

Para confirmar tal constatação, Thomas Skidmore nos indica uma pesquisa nacional realizada em 1940 pelo *US Office of Public Research*, nos EUA, em que se pedia aos entrevistados que indicassem quais dentre 19 adjetivos melhor descreviam os latino-americanos. As oito primeiras respostas eram dominadas por qualidades do tipo *atrasados*,

preguiçosos, ignorantes e supersticiosos, enquanto a parte de baixo da relação era liderada por *eficientes, progressistas, generosos, corajosos e honestos*. (SKIDMORE, 1999, p. 9).

Para os objetivos deste trabalho, o que importa é ressaltar que a denúncia da suposta *superioridade cultural* dos EUA – e, por conseguinte, a crítica à adoção, por parte dos latino-americanos, de um *sentimento de inferioridade* – aparece também nas páginas de *Paz e Terra*, especificamente no já referido artigo de Brady Tyson. Esse autor observa, por exemplo, que

Finalmente houve a concepção de superioridade cultural, como foi verificado em tentativas quase sempre mal sucedidas, de favorecer o crescimento de formas democráticas anglo-saxônicas na cultura latina, e no senso de superioridade moral, manifestado pelos ianques com relação a qualquer coisa latina. (TYSON, 1967, p.83).

O mesmo autor avaliava também que o “imperialismo cultural” poderia ser entendido como uma “ameaça” ao continente latino-americano:

Essa nova forma de imperialismo norte-americano constitui-se em ameaça à integridade cultural das nações latino-americanas, porque 1º) é algo de novo e ainda não completamente compreendido ou descrito, 2º) é magistral no uso e recurso de massa, meios através dos quais a futura cultura de massa latino-americana está sendo formada, 3º) é dedicada à tarefa de criar um consenso popular, que não seja demasiadamente perturbador e que possa alimentar desejos passíveis de serem atendidos e 4º) está impregnada, ao menos neste estágio, por uma ideologia de conflito total, procurando sua maneira própria de adquirir completo controle de todos os fatores desconhecidos e variáveis, que afetam a vida e a segurança norte-americana. (TYSON, 1967, p. 83).

Enfim, pode-se deduzir que a revista *Paz e Terra* se dispunha a apoiar os latino-americanos em sua luta para afirmar sua dignidade diante das frequentes atitudes de difamação dos norte-americanos. Em outras palavras, o combate ao estigma de *inferior* era visto como necessário para que a AL deixasse de se enxergar como incapaz de mudar suas condições enquanto um continente subdesenvolvido.

3.3 “Diagnóstico” 3: Miséria e desigualdade: a sociedade na América Latina

O mais importante “diagnóstico”, contudo, é o que se refere à situação social da América Latina – enfaticamente associada, pelos artigos de *Paz e Terra*, às ideias de miséria e desigualdade.

O laicato católico brasileiro, no texto “A miséria na América Latina: fatalidade ou pecado”, apontava estatísticas sobre a pobreza latino-americana baseadas em números da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL. De acordo com a Comissão, metade da população latino-americana se contentava com apenas 1/5 da produção total, enquanto 5% da população apropriavam-se de 20% desta produção.

Os leigos também fizeram a crítica à explosão demográfica e ao desemprego, pois, conforme as estatísticas, a população latino-americana aumentava ao ritmo brutal de 2,6% ao ano – a taxa mais elevada do mundo por região – o que significava que sua população duplicava a cada 28 anos. O desemprego é mencionado como a consequência da soma entre a alta densidade demográfica e a falta de infra-estrutura para essa população. A pujança do latifúndio foi mencionada no artigo, pois apenas 1,5% dos proprietários agrícolas possuíam 50% das terras cultiváveis em toda a AL.

Sobre o analfabetismo, a CEPAL mostrava que era um problema que atingia mais da metade da população brasileira, pelo recenseamento de 1950. O número chegava a 75% da população quando se referia ao Nordeste, de modo que na cidade de Recife a cifra se elevava a 82%.

A contundência desses números, que buscavam mostrar a miséria de grande parte dos latino-americanos, encontrava eco ainda nas páginas da revista em duas Conferências realizadas pelo padre Camilo Torres, publicadas por *Paz e Terra* na edição de número 6, no ano de 1968. Tais Conferências deixam explícito o olhar de Torres sobre a sociedade latino-americana. Em seu discurso, encontram-se várias referências às “maiorias” representadas pelo povo, a que “não se pode dar de comer, nem o que vestir, nem onde morar.” (TORRES, 1968, p. 119). No trecho a seguir, já citado anteriormente, percebemos sua indignação com as “minorias”, representadas por quem detém o poder, principalmente, quando se refere ao poder eclesiástico:

Os que detêm o poder constituem essa minoria econômica [...] que domina no poder político, no poder cultural, no militar e, desgraçadamente também, no poder eclesiástico, nos países nos quais a Igreja possui bens temporais. Essa minoria não tomará decisões contrárias a seus interesses. Por isso as

decisões governamentais não são feitas em favor das maiorias. (TORRES, 1968, p. 119-120).

Na mesma linha de raciocínio sobre as questões sociais, Pablo Piacentini, em seu artigo “Considerações em torno do liberalismo latino-americano”, faz referência aos contrastes da sociedade latino-americana:

O Novo Continente, à diferença da Europa, tem composição social dilatada na base e estreita nos escalões superiores. Nossa pirâmide social é sustentada por pedestal multifundiário de classes muito baixas, que nem ao menos passaram pelo processo inicial de incorporação ao conjunto social. No vértice do edifício, ocupando posições-chave, a pirâmide encolhe, dando lugar a reduzido número de privilegiados. São imensas as distâncias entre base e vértice: distâncias econômicas, e, em consequência, abismais contrastes nos níveis de vida; distâncias geográficas que medeiam os usos e bens do homem urbano e o camponês isolado; finalmente distâncias culturais que separam aquele que opera com computadores e dirige jatos daquele que ara a terra em contornos pré-colombianos. (PIACENTINI, 1967, p.14).

Piacentini explica que quanto maior fosse a marginalidade e a distância entre o que padre Camilo Torres chama de “minoría” e “maioría”, mais rigorosa “se torna a ideologia reacionária que coroa distâncias econômicas, sociais e culturais, brindando pretextos de superioridade técnica e intelectual” (PIACENTINI, 1967, p.15), fazendo com que as chances de que ocorresse maior igualdade entre todos se tornasse cada vez mais distante.

No artigo “O Novo Espírito Revolucionário da América Latina”, Richard Shaull¹⁵ avalia que na América Latina existiu durante séculos uma ordem semi-feudal de privilégios, que teve como consequência:

[...] um número muito reduzido de famílias tem enormes riquezas e um poder econômico e político quase completo. As massas, por seu lado, vivem na mais abjeta pobreza e praticamente não tem participação na vida nacional. O desenvolvimento econômico recente não transformou as estruturas básicas desta sociedade. (SHAULL, 1967, p. 104-105).

¹⁵ Norte-americano, doutor em teologia. Foi professor no Seminário Presbiteriano de Princeton, Estados Unidos e missionário na Colômbia e chegou ao Brasil em 1952, onde foi professor de teologia no Seminário Presbiteriano de Campinas por 10 anos. Publicou vários livros e artigos, principalmente sobre a relação entre teologia e as questões sociais. De acordo com Agemir de Carvalho Dias (2009), com a chegada de Richard Shaull ao Brasil, o movimento ecumênico brasileiro teve um grande impulso por conta de sua capacidade de elaboração teológica. Seu papel foi importante no desenvolvimento da teologia ecumênica. Iniciou a reflexão sobre o papel da igreja nas rápidas transformações sociais, tema tratado na II Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas, em Evanston, Estados Unidos. Nesta mesma Conferência, houve a formação do Setor de responsabilidade Social da Confederação Evangélica do Brasil (CEB). (cf. p. 28).

O autor se utiliza dos estudos de Celso Furtado para explicar que o desenvolvimento econômico da época não transformou as estruturas básicas da sociedade latino-americana, pois enriqueceu apenas um pequeno número de pessoas, mas os camponeses e operários industriais estavam em pior situação agora do que antes em relação às demais classes da sociedade. Segue na mesma linha de pensamento Thomas Melville, quando explica as condições da maioria de trabalhadores na Guatemala: “estes trabalham agora por 80 centavos ao dia enquanto os ricos fazem milhões a custa do seu suor.” (MELVILLE, 1968, p. 223).

Ainda acerca da sociedade latino-americana, vale destacar a discussão efetuada sobre o campesinato, tal como acolhida nas páginas da revista. Na entrevista que *Paz e Terra* transcreveu, Guzman (1967) comenta a situação dos camponeses colombianos. Para ele, Camilo Torres se empenhava em participar das lutas por melhores condições de vida desta população, explicando que num país subdesenvolvido existem vastas zonas onde o camponês vive em condições subumanas, não tendo o mínimo necessário para sua sobrevivência.

Percebemos ainda que Padre Camilo Torres entendia que existiam soluções de sentido pragmático para a melhoria de vida da população, todavia essas soluções se encontravam nas mãos de quem detinha o poder e que jamais lutariam contra seus interesses. Melhores condições de vida para a maioria da população andavam em sentido contrário ao que almejavam as “minorias”. Para Torres,

Quanto às soluções técnicas, nós as temos ou podemos obtê-las. Mas quem decide sobre sua aplicação? A minoria contra seus próprios interesses? É um absurdo sociológico que um grupo atue contra seus próprios interesses. (1968, p. 120).

Richard Shaull avaliava, por sua vez, que os países latino-americanos se tornavam cada vez mais próximos do processo revolucionário. Isso, segundo ele, devido às grandes injustiças e desigualdades desta sociedade. É natural, de acordo com Shaull, “que em situação desse tipo, o desenvolvimento econômico e as rápidas transformações sociais levem a difundir o entusiasmo pela revolução.” (SHAULL, 1967, p. 104).

Busquei, no presente item, explicitar algumas das análises mais recorrentes nas páginas de *Paz e Terra*, no que concerne à interpretação dos problemas enfrentados pela América Latina. Ao expor tais análises, foi praticamente impossível separá-las das *soluções* apontadas pelos mesmos autores – o que é fácil compreender, pois cada um dos textos analisados possui sua unidade interna, em que, frequentemente, ao “diagnóstico” segue-se o

“remédio”. Entretanto, como recurso analítico, procuro concentrar no item seguinte a exposição e análise dos referidos “remédios”.

3.4 Os possíveis “remédios” para os problemas na América Latina

Diante de todas as “doenças” latino-americanas retratadas anteriormente, os autores que colaboraram em *P&T* pensaram em algumas soluções e atitudes que deveriam ser tomadas para a melhoria das condições sociais.

3.4.1 “Remédio” 1: A Revolução

Tomando-se o conjunto de textos selecionados para esta análise, percebemos que, praticamente, todos defendem uma “revolução” como a principal forma de solucionar os problemas apontados.

Na verdade, isso não parece tão surpreendente se observarmos que, conforme Hobsbawm, o contexto da América Latina era caracterizado, nessa época, por uma grande diferença em relação aos países mais desenvolvidos, pois a AL situava-se em “uma zona mundial de revolução recém realizada, iminente ou possível”. (2003, p. 421).

De uma forma geral, poucos países, naquilo que o autor denomina de terceiro mundo, atravessaram o período a partir da década de 1950 sem uma tentativa de revolução ou golpes militares que visavam impedir ou promover a revolução ou alguma outra forma de conflito interno.

A AL se enquadrava numa conjuntura de esperança e fé de várias pessoas que acreditavam na revolução social. O sentimento revolucionário estava tão presente que foi comparado por Hobsbawm a um vulcão prestes a entrar em erupção.

A Revolução Cubana serviu de força motora para influenciar vários outros países. Sobre isto, Hobsbawm nos explica que

Nenhuma revolução poderia ter sido mais bem projetada para atrair a esquerda do hemisfério ocidental e dos países desenvolvidos, no fim de uma década de conservadorismo global; ou para dar à estratégia da guerrilha melhor publicidade. A revolução cubana era tudo: romance, heroísmo nas montanhas, ex-líderes estudantis com a desprendida generosidade de sua juventude – os mais velhos mal tinham passado dos trinta –, um povo exultante, num paraíso turístico tropical pulsando com ritmos de rumba. E o

que era mais: podia ser saudada por toda esquerda revolucionária. (2003, p. 427).

Para a libertação da AL, muitos jovens recorriam também à figura de Simon Bolívar e a um pensamento anti-imperialista e social revolucionário da esquerda pós Revolução Russa, em 1917.

Conforme Hobsbawm, toda a esquerda, incluindo humanitários liberais e social-democratas moderados (entre os quais se encaixavam, como já observamos, os intelectuais que escreveram na *P&T*), lutava por mudanças nas estruturas sociais. Dentro deste mesmo assunto, o autor nos lembra também do que ele chama de grande novidade intrigante e perturbadora para a velha tradição esquerdista, o surgimento de padres católico-marxistas: “Uma tendência [...] apoiada por uma Conferência episcopal na Colômbia (1968), surgira após a Revolução Cubana e encontrara poderoso apoio intelectual no setor mais inesperado, os jesuítas, e na menos inesperada oposição do Vaticano.” (p. 439).

Passando à análise dos textos de *P&T*, notamos que Pablo Piacentini, por exemplo, escreve em seu artigo “Considerações em torno do liberalismo latino-americano” que a estrutura social na América Latina era antiquada e apresentava resistências surpreendentes às modificações rápidas e profundas dos movimentos reformistas. Porém, a maior discussão da época partia da perspectiva revolucionária e não só reformista. Isso porque “declara-se reiteradamente ser esta zona uma cratera em constante erupção, e uma revolução iminente e inevitável, já que é impossível frear as violentas transformações que se avizinham”. (PIACENTINI, 1967, p. 10).

Outro autor que se posicionava, nas páginas de *P&T*, claramente a favor de uma revolução era Hiber Conteris. Escrevendo sobre o que seria a função do intelectual, Conteris afirma:

não há outro caminho, no momento em que vive o continente, senão o de pôr-se ao lado do povo – o que equivale a dizer, ao lado da revolução social. [...] A revolução latino-americana é autenticamente uma revolução popular, o veículo de reivindicações das grandes massas despossuídas. Lutar pelo povo, aqui e agora, é lutar pela revolução; e, ao buscar a revolução, o escritor busca e defende seu próprio destino. (1966, p. 210-211).

A “luta revolucionária” era igualmente defendida por Richard Shaull, quem, num trecho em que se refere à importância do ecumenismo, escreve: “Agora protestantes e católicos descobriram de repente que, ao participar da luta revolucionária, encontram-se na

corrente principal da vida nacional, em estreita relação com o povo no ponto de seus mais profundos interesses”. (1967, p. 109).

Também o bispo católico D. Helder Câmara fazia uso da palavra “revolução” para designar as mudanças que considerava necessárias na América Latina. Para ele, em texto publicado pela *P&T* de número 7 e intitulado “A violência – única opção?”, tratava-se de uma “revolução estrutural” – a qual deveria ocorrer, na verdade, em todos os países do mundo: “Eis uma primeira observação, fundamental para entender bem a problemática da violência: o mundo inteiro tem necessidade de uma revolução estrutural”. (CÂMARA, 1968, p. 90).

Do mesmo modo se posicionava o padre Thomas Melville, em artigo escrito em “algum lugar do México”, em janeiro de 1968, e publicado no sétimo número de *P&T*. Já a apresentação do referido número trazia a seguinte informação sobre Melville:

[ele] crê que a revolução é a única solução para a Guatemala e grande parte da América Latina e porque ele, pessoalmente, a escolheu. O Padre Thomás Melville e seu irmão Arthur Melville foram suspensos de suas funções sacerdotais da Ordem Maryknoll e convidados a deixar a Guatemala depois de suas ligações com as guerrilhas tornarem-se conhecidas de seus superiores. (P&T, n. 7, 1968, p. 217).

De fato, Thomas Melville começa seu texto, intitulado “Guatemala: revolução, única saída”, sendo categórico e direto: “só existe um caminho para ela [a Guatemala]: a Revolução. A revolução que transformará completamente as estruturas do corpo eclesiástico e da sociedade civil, onde os fiéis vivem e atuam”. (MELVILLE, 1968, p. 219). Para o padre, a revolução seria um caminho necessário, pois só assim existiria uma mudança profunda e abrupta dentro da sociedade e também dentro do corpo eclesiástico. Segundo ele, este processo deveria ser realizado rápido, o que de certa forma já estava acontecendo.

Ainda para Melville, a revolução se apresentava como a única saída para as massas, visto que, como grande parte delas não tinha acesso à educação, não lhes restava outro caminho para obter seus direitos. Melville salienta que os males na sociedade não seriam curados com o que ele chama de “processo evolucionário”, pois “estes [males] cresceram tanto, que não é mais possível que o vigor do organismo por si só possa combatê-los e curá-los. A cirurgia é necessária. Esta é a opinião comum dos maiores estudiosos da realidade latino-americana”. (MELVILLE, 1968, p. 221).

O mesmo autor assinala que a revolução afetaria também todas as estruturas da igreja, já que ela deveria fazer com que a hierarquia voltasse ao seu caminho de ensinar o Evangelho de Cristo, deixando de lado sua posição como poder econômico, político e social. Desse

modo, segundo Melville, as pessoas da hierarquia que não aceitassem tais mudanças se tornariam marginalizados. Pois estas deviam

mostrar que sua liderança é de fé e caridade, e não de poder temporal com o qual a tem suplantado. O crente escolherá seus padres e bispos dentre aqueles cuja vida seja ao mesmo tempo uma lição viva de mensagem de Cristo e uma indicação do crescimento em sua graça, da comunidade que representam. (MELVILLE, 1968, p. 220).

Em outras palavras, a Igreja e o Papa somente voltariam a ser vistos como infalíveis quando atuassem como “porta-voz[es] da fé que existe no corpo eclesiástico.” A fé e a caridade deveriam ser o caminho que levasse à transformação (MELVILLE, 1968, p. 220), de modo que, para Melville, a América Latina experimentaria positivamente a revolução a partir do momento em que a fé cristã fosse posta em prática.

Vale ressaltar que existia uma cobrança de vários autores da *P&T* com relação à instituição Igreja. Percebemos isso de forma nítida quando o laicato católico questionava com um tom irônico, em seu artigo “A Miséria na América Latina: Fatalidade ou Pecado?”, que “diante de fatos tão graves, e face aos problemas responsáveis pelo destino temporal de seus irmãos, a Igreja não tem o dever de falar novamente com clareza e de agir mais do que nunca sem tibieza?” (GRUPO DO LAICATO CATÓLICO BRASILEIRO, 1967, p. 32). Dentro deste contexto, os leigos cobraram uma postura da Igreja Católica com o subcontinente em que tantos fiéis expressam sua devoção à religião:

Não seria oportuno que a Santa Sé de Roma respondesse à expectativa de todos os países subdesenvolvidos, e especialmente a de seus filhos da América Latina, através de mensagem oficial que pusesse em xeque a economia do mundo atual e convidasse todos os homens de boa vontade à construção de uma Nova Ordem Econômica? (GRUPO DO LAICATO CATÓLICO BRASILEIRO, 1967, p. 32).

Ainda com relação ao clero, Pablo Piacentini observou que as reformas na sociedade teriam maior credibilidade quando “a maré progressista submerja os naufragos pré-conciliares, deixando desintegrado o edifício das grandes forças conservadoras.” (1967, p. 18). Mas o autor acreditava que isto estava longe de se tornar realidade, mesmo percebendo a inquietação de vários setores eclesiásticos. Para o autor, este seria o devido momento para o diálogo entre a esquerda e os católicos. “É, contudo, duvidoso que, alienada como costuma andar, a esquerda consiga elaborar uma estratégia de entendimento que permita à igreja

enquadrar-se nas forças progressistas, deixando de constituir um obstáculo para a evolução”. (1967, p. 19).

Discussões sobre a forma como deveria ocorrer a revolução

Embora houvesse, portanto, um notável consenso acerca da necessidade de uma revolução, o mesmo consenso não se repetia entre os diversos autores acima elencados, no que diz respeito ao “caráter” que deveria assumir tal revolução. Discutia-se, por exemplo, se ela poderia ser violenta ou se deveria ser, necessariamente, pacífica.

Vale notar que tal discussão, naquela época, perpassava, na verdade, toda a esquerda, e não apenas a esquerda cristã. O que impressionava tanto os adversários da revolução quanto os próprios revolucionários era a forma básica que parecia então estar sendo assumida pela luta revolucionária, isto é, a guerra de guerrilha. As táticas de guerrilha eram fortemente propagadas pela esquerda radical. Figuras como Mao Tsé-tung, Fidel Castro e Ernesto Guevara inspiravam essa luta. Importa ressaltar que o livro de Régis Debray, *Revolução na Revolução*¹⁶, dava um toque romântico à experiência cubana e influenciava vários jovens da época. Maria Helena Moreira Alves (1985) explica que, a partir de Debray, enraizou-se entre os estudantes a teoria do foquismo, que consistia em ações isoladas de pequenos grupos de militantes que poderiam desencadear a revolução na América Latina.

No Brasil, diante de tanta repressão pós Ato Institucional de número 5, vários militantes da esquerda enxergavam a luta armada como única via de tomada de poder. Na verdade, a estratégia de rebelião vinha sendo discutida pelo menos desde 1967. A luta armada era vista principalmente na zona urbana, e a maioria dos militantes fazia parte do movimento estudantil. Todavia, não pode ser deixada de lado a guerrilha rural do Araguaia, que ocorreu na região amazônica brasileira, ao longo do rio Araguaia, entre fins da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970.

Por mais que a Igreja Católica continuasse contra a violência, a Ação Popular, que como dito anteriormente era uma organização católica, optou pela luta armada e o foquismo num Congresso clandestino realizado no Uruguai, no ano de 1966. (cf. ALVES, 1985, p. 143).

O caminho pacífico para a revolução brasileira era defendido pelo Partido Comunista Brasileiro. Por rejeitar a luta armada, o PCB perdeu grande parte de seus militantes. Já no ano

¹⁶ Essa obra, publicada em francês, só podia ser lida no Brasil em pobres edições mimeografadas, clandestinas. Debray conheceu Ernesto Guevara em Cuba, e o acompanhou a Bolívia. Devido a esta proximidade, seu livro descreveu a experiência revolucionária cubana. (Cf. NOSSO Século, 1980)

de 1962, houve a criação do Partido Comunista do Brasil (PC do B), que se mostrava a favor da luta armada. Outro desfalque ocorrido dentro do PCB foi do membro do comitê executivo do partido, Carlos Marighela, que em 1967 pregou a guerra de guerrilha urbana como estratégia revolucionária central e fundou a Aliança de Libertação Nacional (ALN). (cf. ALVES, 1985, p. 143).

A ALN modificou o foquismo no que diz respeito à guerra de guerrilha, pois na teoria de Debray a luta armada deveria começar no meio rural, e Marighela adaptou-se às condições para a guerrilha urbana. Alves explica que esta adaptação não era um ato particular da ALN, mas de uma considerável parte da esquerda radical que optou pela guerrilha urbana. Marcelo Ridenti (1993) nos oferece como exemplos: MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), ALA (Ala Vermelha do PC do B), entre muitos outros.¹⁷

As atividades de guerrilha urbana serviriam de base de apoio para seu principal esforço, que seria a guerra de guerrilha no campo. Elas garantiriam fundos e armas a serem enviados aos militantes encarregados de preparar terreno nas regiões rurais. (Cf. ALVES, 1985, 143).

No entanto, como a maioria das organizações nunca chegou à etapa da atividade rural, o período de luta armada caracterizou-se principalmente pelos combates urbanos. Desta forma, a teoria de Debray, mesmo sendo adaptada à guerrilha urbana, mostrou-se fortemente influenciadora de uma parte da esquerda brasileira radical. Isso porque existia a crença de que pequenos bandos armados, completamente isolados, poderiam formar uma rebelião num país tão grande quanto o Brasil. (op. cit. p. 143-144).

Para Pablo Piacentini, no texto “Considerações em torno do liberalismo latino-americano”, a guerrilha seria uma hipótese para comunismo internacional de melhorar as condições das nações subdesenvolvidas, e por ter um alcance ideológico mundial, repercutiria nos países latino-americanos como alternativa de mudança. (op. cit. p. 13).

Também Richard Shaul, no texto “O novo espírito revolucionário da América Latina”, discute o tipo de revolução a ser realizada na AL. Explica que, para muitos latino-americanos, a esperança de que a transição fosse gradual e sem violência era quase zero. Isso devido à resistência que as velhas estruturas sociais tinham à mudança. Sobre isso, Shaul explica que

¹⁷ Por já existir um debate complexo sobre a esquerda brasileira na década de 1960, não me aprofundi na discussão, pois a intenção aqui é apenas mostrar que existia uma divisão dentro desta esquerda.

Os homens e grupos que estão no poder parecem incapazes de compreender quão crítica chegou a ser a situação ou responder a ela eficazmente. [...] Além disso, a impaciência das massas e da geração mais jovem já chega ser bem aguda, como também o é sua tomada de consciência das injustiças que os cercam. Isto se acentua entre as massas devido a uma total falta de confiança em sua sociedade e nos que a controlam; entre os jovens, devido à perda de fé nas gerações mais velhas, que segundo eles fracassaram em criar-lhes um mundo decente ou uma forma de existência responsável e com significado. [...] Existem alguns grupos e indivíduos de destaque que estão tentando fazer o papel de mediadores e encontrar um caminho intermediário; é duvidoso que cheguem a ter êxito facilmente. (SHAULL, 1967, p. 111-112).

Entre a esquerda cristã, especificamente, tal como se podem visualizar as posições dessa corrente nas páginas de *P&T*, notamos, desde logo, uma enfática defesa do caráter pacífico da revolução, feita por D. Helder Câmara. No artigo intitulado “A violência – única opção?” (*P&T* n. 7), Câmara demonstra uma visão profundamente crítica da situação tanto do Brasil quanto da maior parte dos países latino-americanos. Para ele (do mesmo modo, aliás, que para o Partido Comunista Brasileiro), tais países viviam em um regime “semifeudal”:

aparência de vida patriarcal, mas, na realidade, ausência dos direitos da pessoa, situação infra-humana, escravidão autêntica. Os trabalhadores rurais – verdadeiros párias – não têm acesso à maior parte das terras que os grandes proprietários guardam inútil, para a valorização de amanhã. (1968, p. 91).

Para Câmara, portanto, os cristãos da América Latina deveriam assumir a responsabilidade face ao subdesenvolvimento do continente. Deveria, segundo ele, haver mudanças profundas em todos os domínios da vida social, especialmente na política e no ensino. (1968, p. 91). Entretanto, tais mudanças estruturais deveriam ocorrer de modo pacífico. Embora D. Helder demonstrasse respeito por figuras que pensavam e agiam de modo diferente, como o padre Camilo Torres e Ernesto Guevara, respeitava também os defensores da via pacífica:

- respeito aqueles que, em consciência, se sentiram obrigados a optar pela violência, mas não a violência fácil dos guerrilheiros de salão, mas daqueles que provaram sinceridade pelo sacrifício da vida. Parece-me que as memórias de Camilo Torres e de Che Guevara merecem tanto respeito como a do pastor Martin Luther King;
- minha vocação pessoal é de peregrino da paz, seguindo o exemplo de Paulo VI: pessoalmente, prefiro mil vezes ser morto a matar. (CÂMARA, 1968, p. 95-96).

Câmara salienta que seu posicionamento de mudança estrutural na sociedade se baseava no Evangelho. Este que, para o bispo, era visto como revolucionário, principalmente no que diz respeito à conversão de cada indivíduo. Com a vivência dos ensinamentos do Evangelho, o egoísmo é deixado de lado e o amor é colocado em seu lugar. Porém, a mensagem evangélica, para Câmara, mostrava-se clara no que se referia à busca por um mundo melhor de forma pacífica, o que de nenhuma forma se tornaria um sinônimo de fraqueza e passividade: “Não-violência é crer mais na força da verdade, da justiça e do amor, do que na força da mentira, da injustiça e do ódio”. (1968, p. 96).

Para a revolução nas estruturas sociais latino-americanas, Dom Helder propõe uma “revolução cultural”, o que significaria uma mudança profunda na mentalidade das pessoas. O que podemos entender desta revolução cultural que Dom Helder propôs se relaciona a uma mudança principalmente nas questões da educação, o que passa pelo caminho da conscientização política e de classe: “[...] tentai preparar-vos para as vossas responsabilidades de amanhã e de ajudar as massas a tornar-se povo. Sabeis muito bem que o subdesenvolvimento material e físico envolve o subdesenvolvimento intelectual, moral e espiritual”. (1968, p. 96).

Para essa “revolução cultural”, Câmara chama a atenção dos jovens dos países subdesenvolvidos, questionando como estes chegariam ao poder se não tivessem um modelo próprio de revolução, mas sim cópias de modelos que foram estudados em países desenvolvidos. Conforme Câmara, os jovens faziam uma adaptação desses modelos e não possuíam um modelo para a realidade latino-americana.

Para os jovens dos países desenvolvidos, Dom Helder advertia que, ao invés de irem aos países subdesenvolvidos tentar promover a violência, deveriam ficar em casa, para ajudar na conscientização de seus países, “que também precisam de uma revolução cultural capaz de conduzir a uma nova hierarquia de valores, a uma nova visão de mundo, a uma estratégia global de desenvolvimento, à revolução do homem”. (1968, p. 96-97). Podemos pensar nesta discussão que o bispo poderia ter feito uma crítica a teóricos como o francês Régis Debray.

Nenhum outro autor, dentre os analisados neste trabalho, apresentou um ponto de vista tão definido e claro quanto o de D. Helder com relação ao caráter pacífico que deveria ter a luta pelas mudanças na AL. Thomás Melville, por exemplo, explicava que a transformação pacífica seria o desejo da maioria dos cristãos, pois Cristo trouxe a paz. Contudo, a verdadeira paz seria, para ele, o resultado da justiça, algo que não ocorria na sociedade latino-americana.

A revolução só poderia ser pacífica quando as pessoas que controlassem o poder econômico e as estruturas de poder permitissem que as mudanças ocorressem, reconhecendo,

desta maneira, os direitos negados à maior parte da população. Entretanto, isto seria algo muito distante de acontecer, e por isso as massas deveriam tomar o poder e efetuar as mudanças por si mesmas. Para ele,

são os ricos, portanto, que aliados por seus interesses, dirão realmente se o processo será pacífico ou violento. ‘Aqueles que tornam a revolução pacífica impossível, tornam inevitável a revolução violenta’ (JFK). Temos uma só pergunta a fazer-lhes: qual é a resposta dos ricos às demandas dos pobres por seus direitos humanos? Permitirão eles que seja pacífica, ou se oporão com todos os meios ao seu dispor? Basta-nos examinar o presente e o passado recentes das estruturas de poder na América Latina, para ver a alternativa que já escolheram. (MELVILLE, 1968, p. 221).

Entendemos, desta forma, que o caminho desejado para a revolução, segundo Melville, era o pacífico; porém, quem seria responsável por isto seria quem detivesse o poder político e econômico.

Vários autores enfatizam, de fato, que os revolucionários deveriam adotar, como principal método de luta, a conscientização da população – sem, no entanto, recusar a eventual necessidade do recurso à violência por parte dos oprimidos contra os opressores.

Richard Shaull, no texto “O Novo espírito revolucionário da América Latina”, foi um exemplo disto. Para ele, com a consciência de classe, o povo conseguiria tomar atitudes de mudança de sua situação. Vale ressaltar que o autor também colocava os jovens das classes “privilegiadas” como agentes das mudanças. E estas mudanças se relacionavam às estruturas de toda a sociedade:

[...] Operários e camponeses não só estão conscientes de que estão sendo injustiçados como também se dão conta de que podem e devem fazer algo para remediar isto. Para eles, e para muitos membros mais jovens das classes privilegiadas, o próximo passo indispensável em direção a uma sociedade nova e melhor consiste na mudança radical das estruturas dessa sociedade, as ‘reformas de base’, para usar termo corrente no Brasil. Isto significa reforma agrária, sistema tributário baseado nas possibilidades do contribuinte, nova política fiscal do governo e dos bancos visando auxiliar o pequeno proprietário e o homem comum, controle da especulação com a terra e dos bens de raiz, reforma das instituições políticas, novas oportunidades de educação para as massas, reforma universitária etc. (SHAULL, 1967, p. 105).

Vale lembrar o que Germán Guzman, em sua entrevista, explicou sobre a luta por mudanças na sociedade latino-americana, em especial a colombiana. Para ele, isso só teria sucesso a partir do momento em que o povo passasse da motivação “politiqueira” e “partidista” à motivação social. Só assim, o povo tomaria “consciência em forma crescente,

com base nas aspirações sociais que não se podem desconhecer. Estou seguro de que chegará um momento em que os fatores que mantêm desunidos ao povo e que retardam a sua marcha, serão superados”. (GUZMAN, 1968, p. 264 e 265).

A necessidade de compreender como funciona a sociedade, assim como a conscientização de cada classe e grupo, também foi discutida por Nestor Raúl García no texto “Os intelectuais na América Latina”. Seria apenas a partir desses fatores que a transformação na sociedade se tornaria plena. O conhecimento da cada sociedade se fazia necessário, pois só mediante o entendimento das particularidades do local, suas diferenças e semelhanças, é que o intelectual teria competência para poder encaminhar a transformação estrutural. Isso porque, o autor faz uma crítica severa aos que pensam na revolução, mas não levam em consideração as características de cada região:

[...] Dentro de cada nação discute-se se os operários, camponeses ou até militares são fatores decisivos para as transformações; os postulados ideológicos cegam tanto, que certos movimentos, como ocorre em alguns países latino-americanos, esperam que a revolução seja realizada pelo proletariado por exemplo, sem refletir que operam numa sociedade quase que exclusivamente composta por camponeses. Esses preconceitos, esses messianismos, dificultam a explicação correta de um dos principais aspectos para o progresso. (GARCIA, 1966, p. 204).

Percebemos, ao ler Nestor Raúl García, que, devido à importância de ter a consciência de classe bem estabelecida, os intelectuais teriam um papel fundamental, enquanto “classe”, no sentido de conduzir as mudanças na sociedade latino-americana. Contudo, seria necessário que o intelectual fosse espectador do que seria analisado, já que o militante puro perderia essa condição de análise ao se entregar à dinâmica dos fatos. O intelectual precisaria saber que só com certa independência seu pensamento seria fecundo.

Hiber Conteris, no artigo “O compromisso do escritor latino-americano”, também identifica a responsabilidade do escritor latino-americano ao entender a essência do modo de ser continental, o próprio ser da América Latina, a nacionalidade. Pois, o continente

[...] teve uma vez sua maneira própria de ser e suas formas autênticas de expressão cultural; mas, a partir da conquista, essa expressão autóctone foi alienada. No principio, por efeito da própria conquista, que nos impôs uma cultura alheia, externa, inadequada à nossa idiosincrasia. As causas de nossa alienação, porém, persistiram depois da aquisição da independência política, através de outras formas de imperialismo cultural e econômico. (CONTERIS, 1966, p. 211).

Assim, para Conteris, o intelectual precisaria compreender sua realidade e sua nação. O que significaria o fim de quase todas as influências alienadoras, tanto no campo político, como no econômico e cultural.

De acordo com Conteris, o contexto de subdesenvolvimento econômico, injustiça social e a exploração capitalista andam ao lado do escritor na AL. Sendo assim, não existe uma tarefa mais cabível ao intelectual que a denúncia dos erros que acontecem em sua sociedade. (cf. CONTERIS, 1966, p. 211).

Portanto, nas páginas de *P&T* aparecem várias discussões abordando o tema da *conscientização* como o caminho para a *revolução*. Isto não implicava necessariamente que essa conscientização teria de ocorrer somente nas classes populares, sendo a “classe” dos intelectuais de extrema importância, de acordo com os artigos da revista, para as mudanças na AL.

A revolução segundo Camilo Torres

Como dito anteriormente, Padre Camilo Torres foi uma figura simbólica para os religiosos progressistas da época. Prova disso foi a importância que *P&T* deu ao padre, publicando diversos artigos que de uma forma ou de outra estavam relacionados a ele.

Na revista de número 1, na parte dos documentários, *P&T* reservou lugar para 4 textos sobre Torres: “Os padres ‘rebeldes’ na Colômbia”, de Waldo César; “O caso do padre Camilo Torres: documentos e fatos”, de responsabilidade da própria *P&T*; “A morte do sacerdote Camilo Torres”, de Gonzalo Castilho, e “O testemunho do padre Camilo Torres”, de Luiz Alberto G. de Souza.

Vale lembrar que nosso estudo conta ainda com duas Conferências do próprio Torres, intituladas “Encruzilhadas da Igreja na América Latina”, e uma entrevista com Monsenhor Germán Guzman que recebeu o título de “Colômbia: Camilo, o padre guerreiro.”

Uma possível explicação para o carisma de Torres perante os progressistas pode se relacionar ao fato de ele (Torres) enfrentar “os conservadores, dentro ou fora da Igreja”, aos quais “repugnava” a idéia de que membros do clero católico participassem de lutas políticas, supostamente abandonando o exercício de seu sacerdócio. De fato, o padre explicava que o exercício do sacerdócio levava o amor ao próximo, cumprindo, desta maneira, uma obrigação com Deus e levando ao fortalecimento da Igreja:

Quando os cristãos viverem fundamentalmente para o amor e para fazer com que outros amem, quando a Fé for uma fé inspirada na VIDA e especialmente na VIDA DE DEUS, de Jesus e da Igreja, quando o rito externo for a verdadeira expressão do amor dentro da comunidade cristã, poderemos dizer que a IGREJA É FORTE, sem poder econômico e sem poder político, mas com CARIDADE. (1968, p. 121).

Logo, se o compromisso do sacerdote em lutas políticas contribuía para a melhor qualidade de vida da maior parte das pessoas, o sacerdócio e o exercício do Evangelho pareciam justificáveis.

Seguindo a linha de raciocínio que indica que a revolução seria o caminho para a melhoria das condições sociais latino-americanas, e compreendendo o relevante papel que Camilo Torres teve neste período, torna-se importante entender o posicionamento do padre neste contexto, tomando ainda como base suas conferências.

Para Torres, o povo colombiano tinha razões supremas para buscar uma mudança fundamental nas instituições, especialmente na estrutura política do poder. Desta maneira, dever-se-ia

patrocinar, então, a tomada do poder por parte das maiorias, para que realizem as reformas estruturais econômicas, sociais, políticas em favor dessas mesmas maiorias. Isto se chama revolução, e se é necessário para realizar amor ao próximo, para um cristão é necessário ser revolucionário. (TORRES, 1968, p. 120).

Para isso, ele ressaltou a importância da conscientização da “classe popular”. E mesmo com essa consciência, o povo deveria contar com todos os que tivessem “boa fé”. Torres destaca que “o que esperamos das pessoas não esperamos dos grupos aos quais pertencem”. De acordo com essa passagem, podemos compreender que, mesmo sendo da “classe burguesa” ou até da “classe clerical”, todos os que tinham “boas intenções” seriam vistos como aliados da revolução, pois, caso contrário, ele mesmo seria excluído:

Excluir a mim mesmo, pois sou, sob alguns aspectos, infelizmente, de estirpe burguesa e pertencço também ao grupo clerical, sob alguns aspectos também infelizmente. Teríamos que excluir qualquer pessoa de boa vontade, qualquer militar de boa vontade, qualquer burguês; no entanto, entre eles podemos encontrar pessoas que podem colaborar na revolução. (1968, p. 122).

A palavra “infelizmente” nos faz entender o alto grau de insatisfação de Torres com os que detinham o poder, tanto a burguesia como até a hierarquia religiosa. Contudo, é

importante perceber que, para Torres, mesmo a revolução estando aberta às pessoas de “boa vontade”, todos os que não fossem da “classe popular” seriam considerados como suspeitos. Por isso, seriam exigidas, destes, provas concretas de que não estariam no movimento por oportunismo. Todos deveriam se doar à causa revolucionária, mesmo que para isso tivessem de abdicar de dinheiro, conforto e, no caso de Camilo, do sacerdócio.

[...] seja dinheiro, seja tranqüilidade, etc. Por isso considereí indispensável para minha vocação sacerdotal, para minha vocação revolucionária, o dar uma prova de que estou disposto a servir à causa do povo. Porque quando se me apresentou o dilema de continuar na disciplina clerical ou de continuar na luta revolucionária eu não podia duvidar; pois de outro modo teria sido trair a revolução, trair-vos. (TORRES, 1968, p. 122).

Referindo-se especificamente ao caso colombiano, o padre Camilo chegou a traçar, em suas conferências, publicadas em *P&T*, um autêntico plano de trabalho para que a “classe popular” assumisse verdadeiramente o poder na Colômbia. Em outras palavras, tais conferências nada mais eram que um programa político, que não deveria ficar só na discussão teórica, mas se transformar num roteiro da luta revolucionária.

O primeiro aspecto que Torres aponta que a “classe popular” deveria ter uma consciência comum. Sem o acordo entre os objetivos, o povo andaria disperso. Segundo ele, a formação dessa consciência comum criaria “a força indestrutível da união em torno das idéias. E quando um povo se une em torno de uma idéia, é indestrutível.” (TORRES, 1968, p. 130). Para o padre Camilo, qualquer pessoa que pertencesse à “classe popular” poderia estar dentro da militância. Ele se lembrou dos sindicatos agrários, das ligas camponesas, das juntas de ação comunal, das comunidades indígenas. Todos esses segmentos sociais deveriam formar a unidade popular em torno dos objetivos em comum.

Torres propôs estabelecer uma plataforma mínima em que a maioria das pessoas deveria estar de acordo com a luta. Nesta plataforma, a união seria o primeiro passo. E para que isso ocorresse com maior êxito, as diferenças entre as ideologias e as religiões deveriam ser deixadas de lado. Neste momento, percebemos um discurso ecumênico muito forte, em que, independentemente da diferença de pensamento, “a luta por um mundo mais justo” estava em primeiro lugar:

Temos então que passar por cima das diferenças religiosas. Repito uma vez mais que não podemos continuar discutindo por uma porção de coisas que nos separem e deixando de pormo-nos de acordo nas coisas que nos unam. Como em muitas oportunidades já dissemos: para que ficarmos brigando, nós os católicos contra os comunistas, com os quais, por exemplo, temos

antagonismos sobre se a alma é mortal ou imortal, em lugar de nos pormos de acordo em que a fome sim é mortal? (TORRES, 1968, p. 127).

É importante perceber que Camilo Torres em nenhum momento se mostra contra os comunistas, mas também não se identifica enquanto um deles. O padre se intitulava como revolucionário e acreditava que entre os revolucionários cabiam todas as pessoas com boas intenções, podendo ser comunistas, católicos ou protestantes: “Podemos declarar que quem quer que seja revolucionário, venha de onde vier, é nosso amigo; e quem quer que seja anti-revolucionário, venha de onde vier, é inimigo.” (TORRES, 1968, p. 129). Diante disto, o objetivo pelo qual se deveria unir a população, ou seja, a luta por um mundo melhor, ficaria no lugar das diferenças entre religiões, filosofias e ideologias.

Além da união, Torres coloca como condição fundamental para o êxito da “classe popular” a organização. Pois, para que o movimento não fosse demagógico, todos precisariam compreender cada objetivo concretamente. Com a união da “classe popular”, seria formado um movimento denominado *Frente Unida*, um lugar onde “cada um dos membros [...] seja um mestre da revolução, seja um homem capaz de explicar ponto por ponto, para que o conhecimento dos problemas seja claro e sólido.” (p. 131).

Torres percebeu ainda que, diante da união da “classe popular”, todos seriam tachados de comunistas, e como a *Frente Unida* estava aberta para também receber o Partido Comunista, muitos falariam que este tomaria conta do movimento. Sobre isto, ele assim se posicionava:

Mas se o que queremos é fazer a revolução, sabemos que os que se apoderarem do movimento serão os que tiverem as respostas mais populares e mais revolucionárias, os que tiverem mais valor na luta e, então, se se apoderam do movimento é porque o merecem. Vamos criar uma emulação para ver qual é mais revolucionário e não uma competição para ver como nos acabamos uns com os outros. Queremos saber quais são os líderes mais devotados, mais capazes, mais prontos para a luta, mais sensíveis a dar respostas à classe popular. O grupo que tiver esses líderes seguramente predominará. (1968, p. 130).

Frente a esta discussão, podemos compreender que, independentemente de quem tomasse o poder (cristãos ou não), tal grupo teria o apoio de Torres, pois a justiça social estaria à frente de qualquer outro desejo do padre.

Outro aspecto que Torres compreendia como necessário para que a “classe popular” assumisse verdadeiramente o poder na Colômbia se relaciona ao surgimento de líderes, devotados, capacitados e prontos para a luta. A esse respeito, Torres salienta:

Uma vez que se decida a forma de grupamento das maiorias que formam a Frente Unida, começarão a sair os líderes, quiçá por municípios, ou por bairros, ou por ruas, ou por fábricas. Será uma representatividade que pode chegar a ser departamental, e então esses representantes eleitos e controlados por vós, eleitos e controlados pela classe popular, formaremos um comitê nacional da Frente Unida. (1968, p. 134).

Importa perceber que Torres acreditava em líderes para o movimento de libertação da Colômbia, mas fazia uma crítica à imposição de dirigentes, pois ele acreditava que, nos esforços para organizar o movimento da *Frente Unida*, todos precisariam ser revolucionários, mudando, desta forma, o sistema de imposição de regras de cima pra baixo. A organização da *Frente Unida* deveria ser de baixo pra cima, o que significaria uma base fortalecida. (cf. 1968, p. 133-134).

Mediante esta organização representativa, com o apoio popular unido e disciplinado, então, sim, o poder poderia ser tomado, já que a partir daí o sistema eleitoral seria controlado. Torres é enfático quando explica que se, mesmo assim, as eleições não fossem permitidas, a *Frente Unida* recorreria a outro meio de tomar o poder, porém ele seria tomado. (cf. 1968, p. 135). A revolução armada fica, portanto, implícita neste discurso.

De acordo com a análise das Conferências, podemos compreender que existia a tentativa de organização das massas para que estas tomassem o poder. Mas os métodos para que isso ocorresse, segundo Torres, dependeriam totalmente das classes dirigentes. Pois eram elas as detentoras das armas e outros meios a que, devido ao alto custo, a “classe popular” não tinha acesso: “Por isso, os que decidem sobre a violência são aqueles que podem custeá-las.” (TORRES, 1968, p. 135).

Torres, em algumas passagens, mostrava-se contra a força e a violência, mas indicava que, se isso fosse necessário para a tomada de poder pela maioria, isso seria feito. Se a classe minoritária não permitisse a tomada do poder, tornando este processo algo violento, o padre dizia que a “classe popular” responderia à altura. Pois, se existisse uma maioria que lutava pela democracia, esta mereceria o poder.

Vale notar que a mesma postura era assumida pelo Monsenhor Germán Guzmán em sua entrevista, aqui já referida, na qual ele discorria sobre o padre Camilo Torres. De fato, quando questionado sobre o uso da violência no processo revolucionário, Guzmán responde que isso não seria necessariamente certo, mas dependeria da “correlação entre a previsão e o desejo de mudança da classe dirigente e a pressão que seja exercida pela base da pirâmide social.” (GUZMÁN, 1968, p. 264).

Por fim, ressaltamos que Torres compreendia a revolução enquanto um movimento democrático. Isso porque a democracia, para ele, não significava apenas o aparelho eleitoral, mas sim a organização das maiorias em torno de seus ideais. Não podendo existir democracia num contexto de miséria e diferença.

3.4.2 “Remédio” 2: A superação do capitalismo

Como foi visto, todos os autores analisados concordavam com a necessidade de uma revolução estrutural, fosse ela pacífica ou eventualmente (ou mesmo necessariamente) violenta. Cabe indagar, então, como se configuraria a sociedade resultante de tal revolução. Em outras palavras, talvez se possa traduzir a proposta de uma revolução como sendo um “remédio instrumental”, ou seja, o meio necessário para se chegar à solução dos problemas da AL. No entanto, a efetiva solução, ou “remédio” para os males da região, adviria de uma nova configuração social, a ser criada por meio da revolução.

Desse modo, parece possível observar que, para os autores analisados, essa nova sociedade representaria, claramente, uma superação do regime capitalista tal como ele se apresentava na região naquela época – sem, contudo, implicar, como veremos com maiores detalhes logo a seguir, na adoção do “comunismo”.

O padre Thomas Melville faz uma dura crítica ao capitalismo quando explica que este sistema, por mais desenvolvido que fosse, tinha, como um de seus fundamentos, o individualismo e a competição; sendo assim, ele não poderia ser aceito por nenhuma sociedade cristã que aceitasse e exercesse a mensagem de amor proposta por Cristo.

O atual estado de violência, para Melville, que se referia especificamente ao caso da Guatemala, estava diretamente ligado à desnutrição, ignorância, doença e fome da grande maioria do povo. Isto, para ele, seria a consequência direta do sistema capitalista, “que fez o índio indefeso competir contra o poderoso e bem armado latifundiário.” (1968, p. 224).

Esse padre e seu irmão decidiram, portanto, que não seriam mais cúmplices silenciosos na “massa assassina” gerada pelo capitalismo. Em suas palavras:

Começamos a ensinar aos índios que ninguém defenderia seus direitos se eles mesmos não o fizessem. Se o governo e a oligarquia estão usando armas para mantê-los na miséria, eles têm a obrigação de pegar em armas para defender os direitos que Deus lhes deu para se tornarem homens. (1968, p. 225).

Percebemos, aqui, o incentivo que Melville dá às massas com relação ao uso da violência, o que nos remete à discussão do item anterior.

Dentro do artigo “A miséria na América Latina: fatalidade ou pecado”, também o grupo do laicato católico brasileiro discutiu as exigências básicas a fim de “eliminar a injustiça capitalista: distinguir bens de consumo e instrumentos de produção e superar o regime econômico fundado na propriedade.” (GRUPO DO LAICATO CATÓLICO BRASILEIRO, 1967, p. 36).

Houve também uma grande crítica ao modelo capitalista quando, no mesmo artigo, aparece o subitem nº 2, que discute como seria superado o regime econômico fundado na propriedade. Assim, a propriedade dos bens de consumo aparecia como uma defesa da pessoa humana, mas a dos bens de produção surge ao contrário como instrumento de dominação. (cf. GRUPO DO LAICATO CATÓLICO BRASILEIRO, 1967, p. 37).

É importante perceber que, por mais que os autores deste artigo apresentem duras críticas ao capitalismo, isso não implica necessariamente que eles sejam a favor do comunismo. Isto fica visível no seguinte trecho: “A Igreja insiste, e com razão, sobre a injustiça dos regimes coletivistas, em que as grandes decisões estatais não são submetidas ao controle popular, notadamente ao controle das classes trabalhadoras, que tais regimes dizem defender”. (GRUPO DO LAICATO CATÓLICO BRASILEIRO, 1967, p. 38). A expressão “e com razão” nos mostra a concordância desses católicos com as críticas da Igreja contra os regimes socialistas.

Para os leigos, antes de qualquer debate ideológico e político existia uma situação precária na América Latina que se relacionava ao sistema econômico vigente, e se revelava incapaz de deter a pobreza da região. (cf. GRUPO DO LAICATO CATÓLICO BRASILEIRO, 1967, p. 36). Como decorrência dessa crítica ao sistema, uma solução proposta seriam as “armas do evangelho”; a situação subumana vivida pelos povos latino-americanos era de responsabilidade de todos os cristãos, incluindo assim o Vaticano: “[...] Não é antes o próprio sistema que se revela intrinsecamente injusto, e não é contra ele que devemos lutar com as armas do evangelho?” (GRUPO DO LAICATO CATÓLICO BRASILEIRO, 1967, p. 36).

A proposta de uma “linha do meio” parece ser, portanto, o que melhor caracteriza o conteúdo deste artigo, pois, como visto acima, em nenhum momento os leigos se mostram a favor de um sistema de governo comunista, mas, ao mesmo tempo, o capitalismo é constantemente criticado:

Mas, por outro lado, será justo deixarmos os órgãos do Estado à mercê dos detentores privados dos bens de capital, tal como ocorre, necessariamente, em regime capitalista? Não terão os trabalhadores de qualquer tipo (rurais e urbanos, qualificados e não-qualificados) o direito a participar das grandes deliberações estatais através de seus sindicatos? (GRUPO DO LAICATO CATÓLICO BRASILEIRO, 1967, p. 38).

“O homem acima da matéria, o trabalho acima da propriedade: tais são os axiomas fundamentais de qualquer humanismo.” (GRUPO DO LAICATO CATÓLICO BRASILEIRO, 1967, p. 41). A partir desta frase, entendemos que esta “linha do meio” proposta pelos leigos seria uma nova opção frente aos problemas latino-americanos. Em outras palavras, o humanismo ultrapassava qualquer forma de governo, fosse ela fundada no capitalismo ou no comunismo.

Este humanismo deveria estar aliado a Cristo e ao evangelho. Só assim as injustiças jamais seriam permitidas:

A consciência cristã não pode manter-se em atraso em relação à consciência humana. Ela deve proclamar o direito fundamental de todo homem a um trabalho que lhe permita uma existência digna, não sendo-lhe lícito ao Estado, no cumprimento de tal exigência, recuar diante dos interesses dos proprietários privados.

Em suma, os cristãos latino-americanos deveriam lutar, com as armas do Evangelho, contra o regime capitalista, que coloca a propriedade acima do trabalho que funda a economia no lucro e não no serviço da pessoa humana; pois tal regime não passa de um grosseiro materialismo. (GRUPO DO LAICATO CATÓLICO BRASILEIRO, 1967, p. 39).

O humanismo cristão superaria a situação de subdesenvolvimento e miséria da América Latina, tendo em vista que ele seria “mais exigente do que qualquer outro.” (GRUPO DO LAICATO CATÓLICO BRASILEIRO, 1967, p. 41). Isso porque “o próximo, qualquer que ele seja, não é apenas o nosso semelhante, ele é o nosso irmão no Cristo, Filho único do Pai Celeste. Todo homem participa desta filiação divina; ele é nesta medida o próprio Cristo”. (GRUPO DO LAICATO CATÓLICO BRASILEIRO, 1967, p. 41).

Esse humanismo teria um sentido de justiça mais aguçado, mostrando, assim, que a Igreja deveria permanecer ao lado da camada social mais necessitada:

O cristianismo, pois, não se contenta com uma justiça natural; ele exige uma caridade sobrenatural. Mas como poderá o mundo acreditar em nosso amor, se não sabemos nem mesmo respeitar a justiça? Como poderão as massas miseráveis do Terceiro mundo crer no Evangelho, se os seus ministros aprovam um regime que oprime a vida dele? Como poderão os subdesenvolvidos contemplar a pobreza e a pureza da Igreja, se ela permanece ligada às injustiças do mundo rico? (GRUPO DO LAICATO CATÓLICO BRASILEIRO, 1967, p. 41).

Os leigos afirmavam, desta forma, que seria dever dos discípulos de Cristo “empunhar a bandeira do mundialismo e lutar sem condições contra a corrida armamentista e o imperialismo econômico.” (GRUPO DO LAICATO CATÓLICO BRASILEIRO, 1967, p. 40).

Percebemos este mesmo discurso sobre o evangelho enquanto “arma” na mudança da sociedade, nas palavras de Thomas Melville, quando este afirmou que sua atitude revolucionária não foi motivada “pela leitura de Marx ou Lênin, mas pelo Novo Testamento”. Era, portanto, a partir da idéia de justiça cristã que o padre fazia sua defesa contra as acusações de parte da hierarquia católica e do embaixador dos Estados Unidos, que o haviam expulsado da Guatemala:

Fomos acusados de ser comunistas junto com aqueles que nos escutavam. Nossos superiores religiosos e o embaixador dos EUA solicitaram-nos que abandonássemos o país. Assim fizemos. Mas digo aqui que sou comunista só se Cristo o foi. Fiz o que fiz e continuarei a fazê-lo por causa dos ensinamentos de Cristo e não por causa de Marx ou Lênin. Digo também que somos muitos mais do que a hierarquia e o governo dos EUA pensam. (MELVILLE, 1968, p. 225).

Também Richard Shaull, por sua vez, aborda o uso do Evangelho como aliado da revolução: o “Evangelho e a oportunidade de testemunhá-lo é agora um fato evidente [...]. Assim, a participação nos novos movimentos levou muitos cristãos à consciência de sua alienação e a uma excitante oportunidade para testemunho e o trabalho de cristãos.” (SHAULL, 1967, p. 109). Vale lembrar que, de acordo com Agemir de Carvalho Dias (2009), Shaull enxergava a sociedade latino-americana em transformação e, para isso, o ideal de revolução era sempre suscitado. Contudo, essa revolução deveria ser conduzida pelos cristãos, e um bom caminho a ser seguido seria através do evangelho e do ecumenismo.

Em outras palavras, a preocupação dos cristãos com a realidade latino-americana era resultado da descoberta do significado da fé cristã. A prática do cristianismo fazia com que as questões de cunho social fossem olhadas de forma prioritária, seria “um dialogo com os outros em torno do Evangelho”. (SHAULL, 1967, 110).

Encerrando, enfim, este capítulo, registramos aqui uma significativa análise sobre o papel a ser desempenhado, nessa “revolução cristã”, pelos intelectuais – com o que se fecha portanto, de certa forma, a discussão que inicia o capítulo.

De fato, Nestor Raúl Garcia, no texto “Os intelectuais na América Latina”, se lembra de um tipo específico de intelectual, o cristão. Para isso, se utiliza da passagem bíblica de Coríntios, capítulo 12, quando Paulo destaca que nenhum membro pode prescindir dos

demais, que todos pertencem a um mesmo corpo, e que o propósito comum é a preocupação de uns com os outros. Nesse contexto, Garcia adapta para suas finalidades o conceito de “intelectual orgânico”; para ele, o intelectual que seguia Cristo tinha razões mais decisivas que as de Gramsci para submeter-se a uma função social. (cf. 1966, p. 203).

Para o autor, a intervenção dos intelectuais cristãos na sociedade latino-americana seguiria o mesmo caminho de Jesus Cristo, pois haveria maior justiça e liberdade. Essas transformações libertariam a população também dos vários tipos de messianismo e levariam a uma avaliação objetiva dos agentes de transformação em cada sociedade. (cf. GARCIA, 1966, p. 204).

Desse modo, as conclusões de Garcia servem também, de certa forma, de remate às discussões acima efetuadas não só acerca do andamento das transformações consideradas necessárias na América Latina, como também sobre o caráter da sociedade que deveria emergir a partir delas. Esse autor ressaltava, de fato, que, para a fé cristã, as transformações sociais não dependeriam exclusivamente dos intelectuais, nem do proletariado, nem de outras instituições humanas, mas sim, como dizia Paulo no Novo Testamento, do próprio Cristo: “a figura de Cristo é que dá seu caráter à nossa”. Jesus deveria estar nos corações dos homens e da sociedade: não são “os homens cristãos que estruturam o mundo com suas idéias, mas é Cristo que estrutura os homens de conformidade com ele.” (1966, p. 205).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pôde ser visto no decorrer dos capítulos, a esquerda cristã desempenhou um papel de suma importância dentro de um cenário mundial tão complexo como foi a década de 1960, que pode ser caracterizada por suas transformações na esfera sócio-cultural, com as mudanças comportamentais, os questionamentos dos jovens em relação aos padrões estabelecidos e as quebras de tabus.

Com relação ao campo político, os anos sessenta do século XX foram marcados pela Guerra Fria, que dividiu o mundo entre duas formas totalmente distintas de governo, uma capitalista e uma socialista, e que, mesmo tendo sido caracterizada, por muitos, como *ideológica*, trouxe como conseqüências um número significativo de mortes e influenciou diversos países, inclusive os latino-americanos.

A América Latina sofria forte pressão por parte dos Estados Unidos, que se diziam detentores da liberdade e da democracia e argumentavam que somente no capitalismo poderiam ser postos em prática tais conceitos. Uma das políticas usadas pelos EUA foi seu apoio às ditaduras instaladas em vários países da AL. As alegações para tal apoio eram pautadas na “defesa” contra a “ameaça comunista”.

É dentro de todo este contexto que se insere a esquerda cristã estudada na dissertação. Isso porque, diante de tantas mudanças, as igrejas precisavam se adequar (coloco as igrejas no plural, pois elas eram múltiplas, apesar de a Igreja Católica ter sido mais estudada), e o Concílio Vaticano II foi peça fundamental para isso.

Percebemos, durante este período, o fortalecimento de setores das igrejas que se opuseram ao conservadorismo cristão. É nestes setores progressistas que a esquerda cristã pode ser entendida, pois passou a existir uma maior preocupação com as questões sociais, principalmente na opção preferencial pelos pobres.

Existia em parte das igrejas uma preocupação com o diálogo, o que pode ser representado pelo ecumenismo. O movimento ecumênico foi fortemente caracterizado pela tentativa de união dos cristãos em busca da melhoria das condições de grande parte da população que vivia na miséria.

A revista *Paz e Terra*, como dito em quase toda a dissertação, foi a concretização das idéias ecumênicas, pois tinha como principal proposta o encontro e o diálogo. Ela que, durante a ditadura militar no Brasil, pode ser considerada um espaço importante para a articulação das esquerdas e que conseguiu reunir diversos autores com o objetivo de obter

uma ampla discussão. Foram debates com diferentes visões acerca de assuntos tão polêmicos como marxismo, cristianismo, guerras, educação, entre outros.

A América Latina, que também ganhou espaço dentro das folhas do periódico estudado e foi a problemática escolhida para a dissertação, passava por questionamentos de cunho religioso, pois onde estariam as igrejas frente a tantas injustiças sociais?

Por não conseguir trabalhar com todos os textos da *Paz e Terra*, usamos como método a escolha de um recorte temático onde só os artigos escritos por cristãos foram selecionados. Assim, vimos que a América Latina foi retratada por estes cristãos de uma forma bastante homogênea, no que diz respeito à compreensão da região como um lugar repleto de problemas sociais, onde o cristianismo e seus “verdadeiros” valores fariam a grande diferença.

Na dissertação utilizamos, em um sentido figurado, o jogo de palavras *doenças* e *remédios* para identificar os principais pontos de convergência e divergência entre os cristãos. Deste modo, observamos que, para vários autores, as injustiças sociais foram identificadas como consequência de uma falta de participação das igrejas e também dos intelectuais. O imperialismo estadunidense, da mesma maneira, foi visto por autores da *Paz e Terra* como um dos principais responsáveis pela exploração da AL. Assim como a pirâmide social latino-americana, que estava desenhada de forma que as minorias estavam no poder e as majorias em situação de miséria.

A *revolução* também foi um ponto de concordância entre os cristãos que escreveram na *Paz e Terra*. Somente com relação aos métodos houve discordância. Podemos perceber isso principalmente em uma dicotomia retratada na revista, onde se tem, por um lado, um padre que morre em guerrilha e, por outro, um bispo que diz preferir morrer a matar. Isso nos ajudou a entender o quão plural era essa esquerda cristã.

A superação do capitalismo seria *o lugar a se chegar*, o que não significava necessariamente que os cristãos da *Paz e Terra* estivessem de acordo com o comunismo. Assim, para que a sociedade se tornasse mais igualitária, o caminho que deveria ser seguido seria definido pelas *armas do evangelho*. Portanto, a justiça social seria o resultado da concretização dos ensinamentos de Cristo.

Como foi dito no interior do trabalho, a análise da *Paz e Terra* era um tema ainda inédito, de modo que nossa pesquisa precisou partir, poderíamos dizer, praticamente do zero. Além disso, devido às limitações próprias de um trabalho de mestrado (ligadas, sobretudo, ao exíguo tempo para a pesquisa), acabamos deixando de lado vários aspectos que gostaríamos de abordar.

De todo modo, esperamos haver trazido, com esta dissertação, uma contribuição ao estudo desse importante objeto. Ficam, portanto, para o futuro, ou para outros pesquisadores, temas como a compreensão da origem e do fechamento da própria *Paz e Terra* e um entendimento mais aprofundado da esquerda cristã (ou mesmo outra interpretação para a mesma) – cabendo enfatizar que essa revista, por seu inestimável significado na história recente do Brasil e da América Latina, permite ainda muitos outros estudos, podendo ser utilizada como fonte e como o próprio objeto de pesquisa.

REFERÊNCIAS

Bibliografia:

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964 – 1984)*. Petrópolis: Vozes, 1985.

AMADO, Jorge. *Tieta do Agreste*. Rio de Janeiro: Record, 2006

ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro. *A Laicidade numa Igreja Latinoamericana e Caribenha comprometida com a construção da Justiça*, 2007, p.1-8. Disponível em: www.cnl.org.br. Acesso em: abril de 2009.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil nunca mais*. São Paulo: Ed. Vozes, 1985.

AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da Hegemonia*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História – Especialidades e Abordagens*, Petrópolis: Vozes, 2004.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. PRIORI, Mary Del (org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

BORDIN, Luigi. *Camilo Torres – Testemunho e Profecia*, s.d, p. 1-10. Disponível em: www.ecsbdefesa.com.br. Acesso em maio de 2009

CALIMAN, Cleto. *Vida Religiosa e Igreja na América Latina*, s.d, p. 1-16. Disponível em: www.cnbb.org.br. Acesso em: maio de 2009.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

DABÈNE. Olivier, *América Latina no Século XX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

DI TELLA, Torcuato. *Para uma política latino-americana*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1969.

DIAS, Agemir de Carvalho. *O Ecumenismo: uma ótica protestante*. 2003, p.1-14. Disponível em: www.geog.ufpr.br. Acesso em: novembro de 2007.

_____. *O Movimento Ecumênico no Brasil: a serviço da igreja e dos movimentos populares*. Curitiba: Instituto Memória, 2009.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. Acesso em Maio de 2010.

FALCON, Francisco. *História Cultural: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FARIAS, Damião D. de. *Crise e renovação católica na Arquidiocese de São Paulo: impasses do progressismo e permanências do conservadorismo (1945-1975)*. 2002. 411 f. Tese (Doutorado em História Social) - FFLCH-USP, São Paulo.

GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História*. Como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GINZBURG, Carlo. *Sinais: Raízes de um paradigma indiciário*. In: _____. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GONÇALVES, Carlos Barros. *O Movimento Ecumênico Protestante no Brasil e a implantação da Missão Caiuá em Dourados*. 2009. 237 f. Dissertação (Mestrado em História) – FCH – UFGD, Dourados.

GUZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *História Contemporânea da América Latina: 1960 – 1990*. 2. ed. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2004.

HOBBSAWM, Eric. *Revolução Cultural*. In: HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

HOBBSAWM, Eric. *Revolução Social*. In: HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

IANNI, Octavio. *Imperialismo e cultura*. Petrópolis: Vozes, 1979.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. São Paulo: Ateliê ed., 2001

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *Evolução política dos católicos e da igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1977.

LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos, e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-149.

MACIEL, Luiz Carlos. *Anos 1960*. São Paulo: L&PM, 1987.

MANOEL, Ivan A. *A Esquerdização do Catolicismo Brasileiro (1960-1980); Notas Prévias para uma Pesquisa*. *Estudos de História – Revista de História da UNESP, Franca*, v.7, n.1, p.135-148, 2000.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *Morre um sonhador: Waldo Cesar (1922-2007)* *Estudos de Religião*, Ano XXI, n. 33, 42-58, jul/dez 2007.

MOUILLAUD, Maurice. *A informação ou a parte da sombra*. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

NEVES, Ozias Paese. *Revista Civilização Brasileira (1965-1968): uma cultura de esquerda no cenário político ditatorial*. 2006. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) UFPR, Curitiba.

NIETZSCHE, Friedrich. *Aurora*. São Paulo: Escala, 2007.

NOSSO século: memória fotográfica do Brasil no século XX. São Paulo: Abril Cultural, 1980. v. 5 (1960-1980).

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 5ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

PAES, Maria Helena Simões. *A Década de 1960*. Rebeldia, contestação e repressão política. São Paulo: Ática, 1982.

PADILHA, Anivaldo. *A juventude evangélica dos anos 60 e 70 e sua contribuição para o ecumenismo*. 2001. Disponível em www.cese.org.br. Acesso em: outubro de 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

REZENDE, Maria José de. *Celso Furtado e Karl Mannheim: uma discussão acerca do papel dos intelectuais nos processos de mudança social*. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences* Maringá, v. 26, n. 2, p. 239-250, 2004

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução*. São Paulo: Ed. Unesp, 1993

_____. Que história é essa? In: REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org) *Versões e ficções: o seqüestro da história*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997. p. 11-30.

_____. *Em Busca do Povo Brasileiro: artista da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro - São Paulo, Ed. Record, 2000.

_____. *Intelectuais e Romantismo Revolucionário*. 2001. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: fevereiro de 2010.

_____. 1968: rebeliões e utopias. In: REIS FILHO, D.A; FERREIRA, J; ZENHA, C. (Orgs) *O século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

ROSA, Michele Rossoni, O pensamento de esquerda e a Revista Civilização Brasileira. In WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI. (Orgs) *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2004

SKIDMORE, Thomas. *Os Estados Unidos e a América Latina: um permanente mal entendido?* 1999, p. 1-21. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br. Acesso em: abril de 2009.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

Fontes diversas:

BORRAT, Hector. A Revolução de Mensaje. *P&T*, 1967, volume 4, p.133-152, 1967.

CÂMARA, Helder. A Violência – Única opção? *P&T*, volume 7, p. 89- 97, 1968.

CONTERIS, Hiber. O compromisso do escritor latino- americano. *P&T*, volume 1, p. 208- 213, 1966.

DYLAN, Bob. *The Times They Are a-Changin*, 1964.

ENTREVISTA: Waldo Cesar. *Ultimato*, Viçosa, n. 305, p. 51 - 55, Março – Abril de 2007.

FELIX, Moacyr. A mais longa ditadura do século XX. *P&T*, volume 10, p. 3 – 8, 1969.

_____. Paz e Terra. *P&T*, volume 1, p. 5 – 10, 1966.

GARCÍA, Nestor Raúl. Os intelectuais na América Latina. *P&T*, Rio de Janeiro, volume 1, p. 195- 207, 1966.

GRUPO DO LAICATO CATÓLICO BRASILEIRO. A miséria na América Latina: fatalidade ou pecado. *P&T*, volume 4, p. 27- 43, 1967.

GUZMAN, Germán. Colômbia: Camilo, o padre guerreiro. *P&T*, volume 7, p. 259- 269, 1968.

LENNON, John. *Imagine*, 1971

LOPES, Eliseu Lopes. Apresentação. *P&T*, volume 2, p. 5 - 10, 1966.

MELVILLE, Thomás. Guatemala: revolução, única saída. *P&T*, volume 7, p. 217- 259, 1968.

PACEM IN TERRIS [Encíclica publicada em 1963] Disponível em: <http://www.vatican.va>. Acesso em Março de 2009.

PAZ E TERRA, Revista. Coleção completa - n. 1 a 10. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra; Ed. Civ. Brasileira, 1966- 1969.

PIACENTINI, Pablo. Considerações em torno do liberalismo latino-americano. *P&T*, volume 4, p. 9- 26, 1967

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº1217/2005, Ementa que concede o Título de Benemérito do Estado do Rio de Janeiro Post Mortem ao Poeta Moacyr Felix. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br>. Acesso em Fevereiro de 2010

RAMOS, Jovelino Pereira. Paz e Terra. *P&T*, volume. 3, p. 5 – 8, 1967.

RODRIGUES, José Honório. Paz e Terra. *P&T*, volume 5, p. 5 - 10, 1967.

SECONDI, Pedro. Paz e Terra. *P&T*, volume 4, p. 5- 8, 1967.

SHAULL, Richard. O novo espírito revolucionário da América Latina. *P&T*, volume 4, p. 103- 121, 1967.

TORRES, Camilo. Encruzilhadas da Igreja na América Latina. *P&T*, volume 6, p. 117- 139, 1968.

TYSON, Brady. As origens e as causas da política latino-americana nos Estados Unidos. *P&T*, volume 4, p. 67- 93, 1967.

Obras consultadas:

BANN, Stephen. Introdução: as invenções da História; Analisando o discurso da História. In: _____. *As invenções da História*, ensaios sobre representação do passado. Trad. Flávia Villas Boas. São Paulo: Edunesp, 1994.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. História e Análise de Texto. In: _____. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 375-400.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. *Movimentos sociais na América Latina*, s.d, p. 1-13. Disponível em: www.anpocs.org.br. Acesso em: maio de 2009.

CASANOVA, Pablo González. História Contemporânea da América Latina. São Paulo: Vértice, 1987.

DENNING, Michael. *A cultura na era dos três mundos*. Ed. Francis, São Paulo, 2005.

DONGHI, Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1969.

LÖWY, Michael. *Guerra dos Deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

RIDENTI, Marcelo. Intelectuais, artistas e estudantes: Paris, 1968. In: REIS FILHO, D.A. (org.). *Intelectuais, história e política* (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro, 7 Letras, 2000, p. 247-70.

_____. Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v.17, n.1, p.81-110, junho, 2005.

ROUQUIÉ, Alain. O Estado militar na América Latina. São Paulo: Alfa-Omega, 1982

SANTOS, A. M. América Latina: dependência, ditaduras e guerrilhas. In: REIS FILHO, D.A.; FERREIRA, J; ZENHA, C. (Orgs) *O século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

ANEXOS

Revista *Paz e Terra* Número 1

I. Apresentação		Página	Autor	Qualificação
1	Nota da direção	3		
2	Paz e Terra	5	Moacir Felix	Poeta
II. Artigos		Página	Autor	Qualificação
1	Dialogo da Igreja com o mundo moderno	11	Alceu de Amoroso Lima	Um dos líderes do pensamento católico brasileiro
2	A Igreja no mundo de hoje	28	Luiz Eduardo Wanderley	Foi membro da JUC e da Ação católica
3	Cristianismo: retorno às fontes	39	Conrado Eggers Lan	Argentino, professor de história da filosofia
4	Os cristãos e as instituições federais	52	Luiz Alberto Gomes de Souza	Foi membro da JUC e da JECI
5	Vida e história	66	José Honorário Rodrigues	Diretor executivo do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais
6	Moral, sociedade e nação	85	Henrique de Lima Vaz, S. J.	Padre
7	Dois poemas	112	Moacyr Felix	Poeta
8	Um católico analisa o marxismo	119	Jean Lacroix	Importante pensador católico
9	Ética cristã, ética marxista	154	Paul Lehmann	Norte - americano, Professor de ética e teologia
10	Um marxista diante da Igreja Católica	163	Michel Verret	Autor de livros marxistas
11	Berdiaev: perspectiva cristã da revolução social	180	Richard Shaull	Norte – americano, professor de teologia, foi missionário por mais de 10 anos
12	Os intelectuais na América Latina	195	Nestor Raúl García	Argentino, membro do MEC - Movimento Estudantil Cristiano e da ISAL – Igreja e Sociedade na América Latina
13	O compromisso do escritor latino-americano	208	Hiber Conteris	Uruguaio, secretário de estudos da Junta Latino – Americana de Igreja e Sociedade
14	Carta aos colegas de bom senso	213	Martin Luther King	Pastor protestante

III. Documentário		Página	Autor	Qualificação
1	Discurso do Papa Paulo VI na ONU	227		
2	Discurso de Dom Helder Câmara: evangelização e humanização num mundo em desenvolvimento	235		
3	Os padres “rebeldes” na Colômbia	243	Waldo César	Grande líder protestante
4	O caso do padre Camilo Torres: documentos e fatos	254		
5	A morte do sacerdote Camilo Torres	264	Gonzalo Castilho C.	Colombiano, pastor protestante
6	O testemunho do padre Camilo Torres	267	Luiz Alberto G. de Souza	Sociólogo, diretor do Programa de Estudos Avançados em Ciência de Religião da Universidade Candido Mendes
7	Anatomia da paz	273		

Revista Paz e Terra
Número 2

I. Apresentação		Página	Autor	Qualificação
1	Introdução	3		
2	Paz e terra	5	Eliseu Lopes, O. P.	Frei
II. Artigos		Página	Autor	Qualificação
1	A história e o universo segundo Teilhard de Chardin	11	Conrado Detrez	Belga, professor de literatura francesa
2	O cristianismo e o sentido da história	43	Paul Ricoeur	Filósofo francês e pensador católico
3	O absoluto e a história	61	Henrique C. de Lima Vaz S. J.	Padre
4	A concepção marxista da história	95	Leandro Konder	Colunista literário do semanário Folha da Semana
5	Tempo histórico e tempo revolucionário	109	Julio de Santa Ana	Uruguaio, diretor do secretariado Rio- platense de estudos cristãos e membro do comitê executivo da junta latino-americana de igreja e sociedade
6	Educação e história: Visão prospectiva	125	Lauro de Oliveira Lima	Educador
7	Revolução história nação	147	Oto Maria Carpeaux	Austríaco, escritor e jornalista

8	Cinema e história	155	Albert Salvá Contel	Espanhol, fotógrafo e montador de curtas e longas-metragens
9	O ensino da história no Brasil	165	Hugo Weiss	Professor assistente de história moderna e contemporânea na UFRJ
III. Igreja e diálogo		Página	Autor	Qualificação
1	A igreja no mundo de hoje	173	Luiz Eduardo W. Wanderley	Foi membro da JUC e do secretariado nacional da Ação Católica
IV. Tema vários		Página	Autor	Qualificação
1	Mulher, sujeito ou objeto	195	Maria Helena Kühner	Autora de peças teatrais e tradutora
V. Documentário		Página	Autor	Qualificação
1	Veterano na força especial denuncia como mentira a política dos EUA no Vietnã	209	Jack Raymond	Autor de alguns livros
2	Era tudo mentira	214	Donald Duncan	Empresário
3	Nova questão religiosa?	240		
4	Centros para obras públicas e treinamento ocupacional	288		
5	Perspectivas sobre o mundo dos livros	309		

Revista Paz e Terra

Número 3

I. Apresentação		Página	Autor	Qualificação
1	Introdução	3		
2	Paz e Terra	5	Jovelino Ramos	Pastor da Igreja Presbiteriana de Ipanema
II. Juventude hoje		Página	Autor	Qualificação
1	Juventude e crise no hemisfério	9	Jacqueline Skiles	Missionária
2	Caminhos e descaminhos de uma política da juventude	17	Pierre Furter	Suíço, pesquisador na área da educação.
3	Os Jovens são culpados?	71	Carlos Alberto Cristo	Frei
4	A revolução da Juventude	83	J. Kosiski de Cavalcante	Assessor de imprensa
5	Os que não fazem ouvir: a juventude rural	99	Ângela Neves	Bacharel e licenciada em História e Geografia pela URJ
6	O existencialismo e a juventude brasileira	111	Conrado Detrez	Belgo, diplomado em Teologia e Literatura Francesa.

7	O movimento estudantil nos U.S.A	129	Pamela Mills	Norte – americana formou-se em estudos Norte-Americanos.
III. Temas vários		Página	Autor	Qualificação
1	Sexo: mito e realidade	143	Debate entre Hefner, e Harvey Cox.	O primeiro é diretor de “Playboy” e, o segundo é , autor de “The Secular City”
2	Dois poemas	153	Eduardo Alves da Costa	Poeta
3	A verdade sobre o Viatname	159		
IV. Igreja e diálogo		Página	Autor	Qualificação
1	Os cristãos na Revolução tecnológica e social do nosso tempo	171		
V. Documentário		Página	Autor	Qualificação
1	A crise entre estudantes e governo no Brasil	191		
VI. Perspectivas do mundo dos livros		Página	Autor	Qualificação
1	Perspectiva sobre o mundo dos livros	241		

Revista Paz e Terra
Número 4

I. Apresentação		Página	Autor	Qualificação
1	Paz e Terra	5	Pedro Secondi	Francês, frei
II. América Latina hoje		Página	Autor	Qualificação
1	Considerações em torno do liberalismo latino-americano	9	Pablo Piacentini	Argentino, jornalista
2	A miséria na América Latina: fatalidade ou pecado	27	Grupo do laicato católico brasileiro	
3	Cepal, Prebisch e o desenvolvimento da América Latina	43	Ramon Ramirez Gomez	Da universidade Nacional do México
4	As origens e as causas da política latino-americana nos Estados Unidos	67	Brady Tyson	Pastor metodista
5	A bancarrota dos liberais	93	Carl Oglesby	Em 1965 ele foi eleito presidente dos Estudantes para uma Sociedade Democrática, um grupo que organizou oposição à guerra do Vietnã

6	O novo espírito revolucionário da América Latina	103	Richard Shaull	Norte americano, professor do seminário presbiteriano de Princeton
7	A caricatura da caridade	121	Ivan Illich	Norte- americano, coordenador do centro de formação intercultural em Cuernavaca, México
8	A revolução de "mensaje"	133	Hector Borrat	Uruguaio, leigo católico, advogado e jornalista.
9	A situação humana no atual romance latino-americano	153	Hiber Conteris	Uruguaio, secretário de estudos da Junta Latino-Americana de Igreja e Sociedade
10	O Brasil e os entraves ao desenvolvimento	165	Celso Furtado	Economista
11	O ensino e a pesquisa do Brasil	183	Warwick Estevan Kerr	Catedrático de Genética na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, na USP
III. Diálogo		Página	Autor	Qualificação
1	Espiritismo e participação	192	Noronha Filho	Fundador da União da Juventude Espírita de Minas Gerais
IV. Temas vários		Página	Autor	Qualificação
1	Populorum Progressio: neocapitalismo ou revolução	209	Raymundo Ozanam de Andrade, S. J	Padre, em Roma
2	América	222	Carlos. D. Andrade	Poeta
3	A carregar o corpo desta América	227	Moacyr Felix	
V. Documentário		Página	Autor	Qualificação
1	Discurso pronunciado pelo deputado Mata Machado	229		
2	Carta geral dos jesuítas aos provinciais da América Latina	243		
3	Populorum Progressio: A publicação foi adiada para permitir atenuar a redação do texto sobre o direito de propriedade	246		
4	Núncio apostólico vê Cuba muito bem	248		
5	Congresso Internacional sobre os problemas de população	250	Romeu Dale, o.p	Frei

VI. Perspectiva sobre o mundo dos livros		Página	Autor	Qualificação
1	Perspectiva sobre o mundo dos livros	252		

Revista Paz e Terra
Número 5

I. Apresentação		Página	Autor	Qualificação
1	Paz e terra	5	José Honório Rodrigues	Diretor executivo do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais
II. Sexualidade		Página	Autor	Qualificação
1	Somos o sexo que temos	11	Eliseu Lopes	Frei
2	A maravilha o descaminho, o enigma	27	Paul Ricoeur	Pensador protestante
3	A etica diante da sexualidade	39	Yvon Brés	Frances, professor de filosofia
4	Mito, ciencia e ética do sexo	47	Michel Dufrenne	Frances, professor da Univ. Poitiers
5	Alienação e sexualidade	57	Jean Brun	Assistente de filosofia na Sobornne
6	Sexo, uma dimensão da liberdade humana	69	Maria Helena Kuhner	Autora de peças teatrais e tradutora
7	Mudança dos costumes sexuais	87	Quaker	Grupo inglês
8	Natureza e prática das relações sexuais no velho testamento	99	André Dumas	Capelão protestante
9	Sexo e erotismo em revistas brasileiras	113	A. Bernardo Peres	----
10	Chapeuzinho vermelho: história Ilustrada	141	Claudius	Cartunista
III. Igreja e diálogo		Página	Autor	Qualificação
1	Resposta de Martin Buber ao enigma de ser judeu	147	Nelson Pilosof	Uruguaio, Professor de Filosofia
2	Imposições da solidariedade universal	159	Helder Câmara	Arcebispo
3	Reflexões sobre o engajamento pessoal	169	Paul-Louis Landsberg	Filósofo francês
4	A falência do clero	185	Monsenhor Ivan Illitch	Norte- americano, coordenador do centro de formação intercultural em Cuernavaca, México
5	Oratório do corpo	205	Fernando Mendes Vianna	Poeta

IV. Documentário		Página	Autor	Qualificação
1	Universidade e totalitarismo	209	Leônidas R. Xausa	Autor de “A Constituinte Questionada”
2	Apartheid: Uma aberração	223		
3	Três cartas abertas sobre o Vietname	241		

Revista Paz e Terra
Número 6

I. Apresentação		Página	Autor	Qualificação
1	Paz e Terra	3		
II. Artigo		Página	Autor	Qualificação
1	Cristianismo e Mundo Moderno: posição e evolução do problema	5	Henrique C. de Lima Vaz	Professor de filosofia, doutor em teologia.
2	Qual será o futuro do cristianismo na América Latina?	21	Pierre Furter	Suíço, pesquisador na área da educação.
3	Estrutura na igreja no Brasil	35	Francisco C. Rolim	Frei
4	Nuclearização e Paz	49	Helder Câmara	Arcebispo
5	Marxistas e Católicos: da mão estendida ao único caminho	57	Luiz Maranhão	Advogado e Jornalista
6	Protestantismo Brasileiro: Visão Panorâmica	73	Jovelino Pereira Ramos	Pastor da Igreja Presbiteriana de Ipanema *
7	Da propriedade capitalista à propriedade humana	95	Danilo Zolo	Assistente de filosofia de direito na Universidade de Florença
8	Encruzilhadas da Igreja na América latina	117	Camilo Torres	Padre
9	Ode a João XXIII	139	Francisco Carvalho.	Poeta
III. Documentário		Página	Autor	Qualificação
1	A presença da Igreja no Brasil de hoje	149		
2	Abril: documentário extra	281		

Revista Paz e Terra
Número 7

I. Apresentação		Página	Autor	Qualificação
1	Paz e Terra	3		
II. Violência - não violência		Página	Autor	Qualificação
1	O mundo cão (oito anos de violência)	7	Affonso Romano de Santana	Poeta, cronista, jornalista

2	Reflexões sobre a violência	17	Raymond Domergue, o, f, m	Autor de “Socialismo e Cristianismo”
3	Justiça, revolução e violência	59	John M. Swomley Jr.	Secretário americano de reconciliação
4	A justa violência dos oprimidos	73	George Hourdin	Fundou e dirigiu um dos principais grupos de informação da França. Dentre os diversos livros que publicou, destacam-se os que escreveu sobre Francisco de Assis e sobre Simone Weil.
5	A violência - Única opção?	89	Helder Câmara	Bispo
6	O cristão e a violência	99	Francisco de Araujo, o. p	Frei
7	A guerra e a paz	113	Karl Barth	Suíço, teólogo protestante,
8	A violência serve do amor	125	Ernest Bloch	Um dos maiores pensadores do marxismo
8 ^a	o bom uso da violência	133	Pierre Furter	Suíço, pesquisador na área da educação.
9	Intelectuais brasileiros e a violência	143	Enquete da Revista Paz e Terra	
Estados Unidos		Página	Autor	Qualificação
10	E agora, Johnson?	169	Jovelino P. Ramos	Pastor da Igreja Presbiteriana de Ipanema
11	Violência: espelho para os americanos	175	Ivan Illich	Norte- americano, coordenador do centro de formação intercultural em Cuernavaca, México
12	Apelo ao povo dos Estados Unidos	183	Bertrand Russell	Filósofo inglês
América Latina		Página	Autor	Qualificação
13	Violência, revolução e mudança estrutural	193	John Gerassi	Inglês, professor, escola de economia
14	Guatemala: revolução, única saída	217	Thomás Melville	Padre
15	Bolívia: declaração diante do Conselho de Guerra, em Camiri	227	Régis Debray	Francês. filósofo, jornalista e professor.
16	Colômbia: Camilo, o padre guerreiro	259	Entrevista com Monsenhor Germán Guzman,	Grande intérprete da problemática colombiana
III. Documentário		Página	Autor	Qualificação
1	A indústria da morte	269	Léon Poliakov	Russo, historiador que escreveu exaustivamente sobre o Holocausto e o anti-semitismo
2	Gandhi e a não-violência	283		

3	A não-violência no Brasil	287	Mário Carvalho de Jesus	Participou da Juventude Universitária Católica (JUC), trabalhou como operário na comunidade de Boimendeau, França, junto à equipe do padre Lebret
4	A Igreja voltada para o futuro, o governo apegada ao que passou	301	Edgar G. da Mata Machado	Deputado
IV. Perspectiva do mundo dos livros		Página	Autor	Qualificação
1	Perspectiva do mundo dos livros	317		

Revista Paz e Terra
Número 8

I. Apresentação		Página	Autor	Qualificação
1	Paz e Terra	3		
II. Homem- ciência e tecnologia		Página	Autor	Qualificação
1	Tecnologia e humanização	7	Rubem Alves	No período de 1953 a 1957 estudou Teologia no Seminário Presbiteriano de Campinas (SP), tendo se transferido para Lavras (MG), em 1958, onde exerce as funções de pastor naquela comunidade até 1963.
2	A aventura e o seu horizonte interplanetário	27	Paul Ricoeur	Filósofo francês e pensador católico
3	Política de desenvolvimento científico e tecnológico na América Latina	39	Oscar J. Maggiolo	---
4	Tecnologia e subdesenvolvimento	87	Mario Schenberg	Professor
5	O desenvolvimento da ciência e dos povos de terceiro mundo	95	J. Leite Lopes	Professor no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas da UFRJ
6	Êxodo de cientistas: as suas causas e possíveis soluções	109	H. M. Nussenzweig	Faz parte do Departamento de Física e astronomia da Universidade de Rochester
7	A física nuclear no Brasil			
	I - Os primeiros vinte anos	125	J. Leite Lopes	Professor no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas da UFRJ
	II - Situação atual	137	Alfredo Marques	Professor titular do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas e livre-docente UFRJ
8	A música na era da tecnologia	153	Cláudio Santoro	Musico

III. Temas vários		Página	Autor	Qualificação
1	Marxismo e estruturalismo	159	Yvan Simonis	Autor do livro "Introdução ao Estruturalismo"
2	Um mergulho no real: Budismo	193	Murilo Nunes de Azevedo	Escritor e engenheiro brasileiro
3	O marxismo "No mundo de nosso Tempo"	203	R. Simon, s.d.b.	Professor de filosofia do seminário salesiano de Paris
IV. Documentários		Página	Autor	Qualificação
1	Terceira Conferência Ministerial OECD sobre a Ciência	223		
2	Potencialidades da revolução tecnológica e científica contemporânea	233		
3	Panorama Nuclear mundial e do Brasil	243		
4	Russo e americano debatem ano 2.000	261	José Itamar de Freitas.	Jornalista
V. Perspectiva sobre o mundo dos livros		Página	Autor	Qualificação
1	Perspectiva sobre o mundo dos livros	267		
VI. Bibliografia		Página	Autor	Qualificação
1	Bibliografia	277		

Revista
Número 9 Paz e Terra

I. Apresentação		Página	Autor	Qualificação
	Paz e Terra	3		
II. Educação em debate		Página	Autor	Qualificação
1	O futuro da universidade	7	C. A. Van Peursen	Professor de filosofia na Universidade de Leiden, Holanda
2	Visão utópica da universidade: Seu desafio e suas limitações	45	Pierre Furter	Autor de Juventude e o tempo presente, trabalha para a UNESCO em Caracas
3	Reconstruir a Universidade	51	Paul Ricoeur	Filósofo francês e pensador católico
4	Problemas brasileiros de educação	61	Jayme Abreu	Coordenador da Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais do CBPE
5	Aspectos sociais da educação no meio rural tradicional	93	Marcel de Clerk	

6	Papel da educação na humanização	123	Paulo Freire	Educador
7	Universidades americanas na Guerra do Vietnã	133	Michael Klare	Autor de livros sobre a Guerra Fria
III. Temas vários		Página	Autor	Qualificação
1	Ética e Sociedade industrial	143	André Dumas	Faculdade de Teologia protestante de Paris
2	O sentido dialético do humano	159	Néstor Garcia Canclini	Argentino, antropólogo
IV. Documentários		Página	Autor	Qualificação
1	Missão da Universidade católica na América Latina	181		
2	Relatório Meira Matos	199		
3	Relatório do grupo de trabalho da reforma universitária	243		
4	Desafio que honra uma geração: discurso de Dom Helder Câmara	283		
V. Perspectivas sobre o mundo dos livros		Página	Autor	Qualificação
1	Bibliografia selecionada sobre a Universidade brasileira	293		
2	Resenhas	301		

Revista Paz e Terra
Número 10

I. Apresentação		Página	Autor	Qualificação
1	A mais longa ditadura do século XX	3	Moacyr Felix	Poeta
II. Artigos		Página	Autor	Qualificação
1	42 anos de fascismo em Portugal	9	Augusto Aragão	Português membro do conselho de redação do jornal Portugal Democrático e da Comissão executiva da Unidade Democrática portuguesa
2	Breve análise da repressão à vida intelectual em Portugal	43	Vítor Ramos	Português, Professor de língua e literatura francesa na USP, colabora com organizações anti – salazaristas no Brasil
3	Em torno do obscurantismo na Universidade	59	Joaquim Barradas de Carvalho	Português, professor de história das civilizações Ibéricas/USP, militante nas organizações antifascistas portuguesas no Brasil

4	A luta dos estudantes	73	Maria Antônia Fiadeiro	Membro do Secretariado dos Encontros dos Estudantes Portugueses no Estrangeiro
5	A Igreja e o regime	83	Nome não revelado	Sacerdote português antifascista
6	Sobre alguns aspectos do colonialismo português	97	Miguel Urbano Rodrigues	Português, militante antifascista
7	O Tarrafal visto por um antigo prisioneiro	139		
8	Francisco Miguel depõe sobre a repressão	147	Francisco Miguel	Português, dirigente operário
9	Comunicados estudantis	159		
10	A “declaração do estudante português”	163		
11	Um documento histórico – O Bispo do Porto critica violentamente o Regime	167	D. Antônio Ferreira Gomes	Bispo do Porto
12	Em defesa dos padres angolanos – o Arcebispo de Conakry condena o fascismo português	183	Raymond Marie Tchidimbo	
13	Carta aberta ao Cardeal Cerejeira	191	Ruy Gomes e José Morgado	
14	A Guiné – Bissau que a paz e a independência	197		
15	Resoluções do Comitê Central da Frente de Libertação de Moçambique	201		
16	A situação militar em Moçambique	207	Anders Johansson	Sueco, jornalista
17	“Em Moçambique o patriota abre a própria sepultura antes de ser fuzilado”	213	Afonso Henrique Sacramento	Ex – cabo
18	Programa do Movimento Popular de Libertação de Angola	219		
19	Panorama da insurreição angolana em 1961	227	Brasil Davidson	Autor do livro “A Libertação da Guiné
20	Depoimento de um Oficial	239	Mário M.Pádua	Médico
21	Nuremberg para Salazar	245	Ruy Luiz Gomes	Ex – candidato à presidência da República Portuguesa
22	Democratas portugueses do Brasil dirigem-se ao Itamarati e ao Congresso	249		
23	O documento enviado ao presidente da Câmara dos Deputados	253		
24	Portugueses da América dirigem-se à XXIII Assembléia Geral ONU	257		

25	Resoluções da III Conferência da FPLN	263		
26	O desaparecimento de Salazar – pela destruição do Estado fascista Português	273		
27	Democratas do Porto manifestam-se pela democracia, contra o fascismo	279		

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 27 de agosto de 2010.

Layana Karine Pimentel